



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GRÃO-CHANCELER**  
Dom Bruno Gamberini

**MAGNÍFICO REITOR**  
Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

**VICE-REITOR**  
Prof. Pe. Wilson Denadai

**PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO**  
Prof. Marco Antonio Carnio

**PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
Profa. Dra. Vera Sílvia Marão Beraquet

**PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS**  
Profa. Carmen Cecília de Campos Lavras

**PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO**  
Prof. Antonio Sergio Cella

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
Diretor: Prof. Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves  
Diretora Adjunta: Profa. Maria Salete Zулzke Trujillo

**FACULDADE DE HISTÓRIA**  
Diretora: Profa. Lilia Inês Zanotti de Medrano

**Endereço para Correspondência:**  
Revista Notícia Bibliográfica e Histórica  
Rodovia Dom Pedro I, Km 136 - Parque das Universidades  
13086-900 - Campinas - SP  
Fone (19) 3756 7238 / 3756 7237 - Fax (19) 3756 7238  
*E-mail:* historia@puc-campinas.edu.br

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

**ODILON NOGUEIRA DE MATOS**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

---

**ANO XXXVII - Nº 197 ISSN-0101-4919 ABRIL - JUNHO 2005**

---

## SUMÁRIO

Alguns aspectos da historiografia paulista .....	91
Odilon Nogueira de Matos	
Um achado não procurado .....	109
Odilon Nogueira de Matos	
Um capítulo da história econômica do sul brasileiro .....	111
Aluísio de Almeida	
A oração de Gettysburgh .....	115
Abraham Lincoln	
Minha oração a Deus enquanto eu estive no poder dos selvagens .....	117
Hans Staden	
Cornélio Penna e Campinas .....	119
José Renato Nalini	
A textualidade contida de Graciliano Ramos .....	127
Fábio Lucas	

Avós rebeldes na lembrança de seus netos .....	137
Paulo Bomfim	
A Abolição dos escravos no Ceará .....	145
João Plutarco Rodrigues Lima	
Mariátegui, potentado do pensamento marxista .....	153
Gabriel Kwak	
Bailes e valsas no Brasil Oitocentista .....	157
Samuel Pfromm Netto	
Fritz Müller um príncipe da natureza .....	177
Duílio Battistoni Filho	
Quatro centenário de nascimento de João Maurício de Nassau (1604-2004) .....	183
Hitoshi Nomura	
A visita do príncipe Alfred, Duque de Edimburg a Ponta D'areia em 1860 .....	187
Eduardo André Chaves Nedeuf	
O Astrônomo Abraão Zacuto e seu Almanaque perpétuo .....	189
Carlos Francisco de Moura	
O aniversário de Jundiáí, por que sem uma comemoração oficial? .....	193
Regina Dragiça Kalman	

### **Textos (Sugestões para seminários)**

A Coroação de Napoleão (Mme. de Remusat) .....	199
A incomparável obra da Casa de Avis .....	199

### **Estrangeiros que escreveram sobre o Brasil**

Adolphe d'Assier (1828 - ?) .....	201
-----------------------------------	-----

### **Rabiscos de um Escrevinhador**

430. Paraná e Goiás em crônicas de viagem (1) .....	203
431. Paraná e Goiás em crônicas de viagem (2) .....	204
432. Ingleses no interior do Paraná .....	205
433. Ainda os ingleses no Paraná .....	207

## ALGUNS ASPECTOS DA HISTORIOGRAFIA PAULISTA

Odilon Nogueira de MATOS

As mais antigas fontes para o estudo da história de São Paulo, que remontam ao primeiro século (XVI) não foram tão logo postas ao alcance dos pesquisadores. Referimo-nos à documentação de origem jesuítica, constantes de cartas, informações, relatórios, enfim tudo o que os discípulos de Santo Inácio se viam na necessidade de escrever a fim de dar conta aos superiores da Ordem, de suas atividades no Brasil.

Esse riquíssimo manancial de informações do mais alto interesse para o conhecimento da vida íntima dos primeiros tempos de São Paulo, só começou a se tornar conhecido em fins do século passado, por iniciativa de Alfredo Vale Cabral e Capistrano de Abreu. Os três volumes então publicados foram reeditados pela Academia Brasileira de Letras nos anos de 1931 e 1933, na seguinte ordem: 1. Cartas de Nóbrega; 2. Cartas avulsas (de vários missionários); e 3. Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões de José de Anchieta.

Alguns anos mais tarde (1940), por iniciativa do Padre Serafim Leite, o mais conhecido historiador dos jesuítas no Brasil, apareceu novo volume, em complemento àqueles editados pela Academia Brasileira, contendo “Novas cartas jesuíticas”. E bem mais tarde (1954), numa edição comemorativa do quarto centenário da cidade de São Paulo, o mesmo padre Serafim Leite promoveu a publicação de mais três alentados volumes, contendo “Cartas dos primeiros jesuítas”.<sup>1</sup>

---

<sup>(1)</sup> O volume **Novas cartas jesuíticas, de Nóbrega a Vieira**, encontra-se publicado na coleção “Brasileira” (vol. 194), da Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1940. Quanto às **Cartas dos primeiros jesuítas**, foram editadas numa coleção oficial instituída pela Comissão do Quarto Centenário de São Paulo, e na qual se encontram diversos títulos de interesse para a história paulista.

Convém lembrar que as pesquisas em torno da documentação jesuítica não se encerraram, como o provam os volumes publicados pelo saudoso Padre Hélio Abranches Viotti, que continua, no Brasil por muitos anos a grande obra iniciada por Serafim Leite.<sup>2</sup>

Com relação a Fernão Cardim, que com Nóbrega e Anchieta, constitui a trindade dos grandes informantes da Companhia de Jesus, seus três trabalhos – **Narrativa epistolar, Tratado do clima do Brasil e Sobre a origem dos índios brasileiros** –, embora publicados isoladamente no século passado, só neste século (1925) foram reunidos para formar o volume que atualmente se conhece com o título de **Tratados da terra e da gente do Brasil**.<sup>3</sup>

Uma das primeiras descrições de São Paulo é a que se deve a D. Luís de Cespedes Xeria, governador do Paraguai, que à vila de Piratininga chegou em junho de 1628. Em memorável jornada, desceu o Tietê, depois o Paraná até o salto do Guaira, donde partiu para o Paraguai a fim de tomar posse do governo para o qual fora nomeado. Deve-se-lhe o mais antigo documento iconográfico que se conhece sobre São Paulo e que tem sido divulgado numerosas vezes, inclusive em capas de livros.<sup>4</sup>

Texto assás significativo e até mais antigo para os primeiros tempos paulistas é o relato do alemão Ulrico Schmidt, que, vindo do Paraguai, passou pelo planalto paulista antes da própria fundação de São Paulo, deixando curiosa notícia (a única que se tem) da primitiva vila de Santo André da Borda do Campo, donde desceu a serra com destino a Santos, seguindo, depois, para a Europa. Não nos esqueçamos de que a localização dessa vila – a grande cidade de Santo André dos nossos

---

<sup>2</sup> **A Monumenta Anchieta**, obras completas de Anchieta que vem sendo publicadas pelo Pe. Hélio A. Viotti, deverá compreender 18 volumes (São Paulo, Loyola). Um dos últimos (o 6º) encerra a correspondência ativa e passiva do jesuíta.

<sup>3</sup> Cardim, Fernão – **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Intr. e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Rio de Janeiro, J. Leite, 1925. Reeditado em 1939 e em 1978 na coleção "Brasiliana" (v. 168), da Cia. Editora Nacional e em 1980 na coleção "Reconquista do Brasil" (nova série, vol. 13), da Editora Itatiaia, de Belo Horizonte.

<sup>4</sup> Em **Na era das bandeiras** (São Paulo, Melhoramentos, 1922), Taunay dedica vários capítulos e viagem de Céspedes y Xeria.

dias – pioneira no povoamento do planalto, constituiu sério desafio aos estudiosos do passado paulista no início do século.<sup>5</sup>

Da grande expansão bandeirante dos séculos XVII e XVIII quase nada ficou escrito. Os dois volumes publicados por Afonso de Taunay, em 1954, reunindo “relatos sertanistas” e “relatos monçoeiros”, embora com textos valiosos, constituem muito pouco como reflexo de um dos maiores movimentos de devassamento de terras em toda a história da humanidade. A rigor, nem os roteiros das bandeiras se conhece com precisão. Sabe-se os locais por elas alcançados, mas não se sabe por onde foram. Eis porque Afonso de Taunay ao elaborar a belíssima “carta geral das bandeiras paulistas”, que ornamenta uma das salas deste Museu, não teve condições de indicar senão os lugares por elas atingidos, sem a menor preocupação de reconstituir seus roteiros.

Isso chamou a atenção do grande geólogo Orville Derby, que viveu em São Paulo em fins do século passado, criando a nossa Comissão Geológica e Geográfica e interessando-se igualmente pela história paulista, como o demonstram os diversos trabalhos que a respeito publicou. Interessou-se ele particularmente pelo roteiro das antigas bandeiras, numa tentativa de reconstituí-los, bem como trabalhar numa espécie de geografia retrospectiva que lhe permitisse conhecer a paisagem paulista de outrora, assunto que também interessou a Teodoro Sampaio, outro grande estudioso da história paulista, autor de modelar ensaio sobre **O sertão antes da conquista**. Mas ambos – Derby e Sampaio – nada conseguiram – ou conseguiram muito pouco – na idéia de uma geografia retrospectiva.<sup>6</sup>

<sup>(5)</sup> Kloster/Sommer – **Ulrico Schmidel no Brasil quinhentista**. São Paulo, Sociedade Hans Staden, 1942.

<sup>(6)</sup> Os dois volumes mencionados – **Relatos sertanistas e Relatos monçoeiros** – preparados por Afonso de Taunay, foram editados pela antiga Editora Martins, na preciosa coleção “Biblioteca Histórica Paulista”, em 1954 e reeditados algumas vezes. – Uma relação completa dos trabalhos de Derby sobre a história paulista pode ser encontrada em “Notícia Bibliográfica e Histórica”, nº 1, Campinas, março de 1969. A maior parte deles encontra-se publicada na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”. Assim também, os de Teodoro Sampaio. Para este autor, ver **São Paulo na obra de Teodoro Sampaio**, de nossa autoria, em “Revista da Academia Paulista de História”, nº 1: 54-75. São Paulo, 1981. **O sertão antes da conquista**, publicado originalmente na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, v. 5, foi reimpresso no volume **São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos**, Petrópolis, Vozes, 1978.

A não existência de imprensa, sequer de tipografia, no Brasil, durante o longo período colonial, impossibilitou a publicação de livros. Alguém que o quisesse fazer, teria que ir a Portugal cuidar da impressão do que tivesse escrito, coisa que, na verdade, pouca gente podia fazer dada a dificuldade e o alto custo das viagens. Eis porque a maior parte do que se escreveu sobre o Brasil no período colonial (e foi muito) não pôde ser publicado na época. Trabalhos importantes, como os que conhecemos hoje, só vieram a público a partir do século passado, muitos outros só neste século e muitos, ainda, permanecem inéditos.

Há, contudo, algumas exceções e dentre elas é com prazer que registramos o nome de Frei Gaspar da Madre de Deus, que teve o privilégio de ver publicado, em 1797, seu livro sobre a história da capitania de São Vicente. Tornou-se, assim, Frei Gaspar (1715-1800) o primeiro historiador paulista a ter um livro publicado.<sup>7</sup>

Menos sorte teve seu primo, Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714 - 1774), que também teve condições de ir a Portugal a fim de proceder a pesquisas para seus trabalhos sobre a história paulista, mas o fados foram-lhe adversos. Encontrava-se em Lisboa quando sobreveio o terremoto de 1º de novembro de 1755, que praticamente destruiu a capital portuguesa. No desastre, perdeu todos os seus haveres, inclusive os manuscritos que vinha elaborando. Em extrema pobreza, não lhe restou senão voltar para o Brasil, onde conseguiu obter um cargo público de certo nível, mas nele não foi muito feliz, acusado, inclusive, de atos desonestos. O que importa, porém, é que, com incrível tenacidade, conseguiu Pedro

---

<sup>(7)</sup> **Madre de Deus, Frei Gaspar da – Memórias para a história da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo, do Estado do Brasil.** Lisboa, Academia Real das Ciências, 1797. 242p.. Reeditada em 1847 por F.A. de Varnhagen (Rio de Janeiro, Tip. de A. de Freitas Guimarães). **Terceira edição** promovida por Taunay (São Paulo, Weiszflog, 1920), precedida de um extenso estudo biográfico e trazendo, em apêndice, a **Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil. Quarta edição**, pela Editora Martins na "Biblioteca Histórica Paulista", também aos cuidados de Taunay, que substituiu a extensa introdução da edição de 1920 por uma "súmula biográfica", de menores proporções (São Paulo, 1953). **Quinta edição**, mesma editora, 1975. **Sexta edição**, em fac-símile da anterior, pela Editora Itatiaia (Belo Horizonte, 1975) na coleção "Reconquista do Brasil", v. 20.

Taques refazer o trabalho que perdera em Lisboa, páginas valiosas, mais até que as de Frei Gaspar, sobre nosso passado, mas que o autor não teve oportunidade de ver publicadas.

Isso só veio a ocorrer em meados do século passado, quando seus primeiros trabalhos começaram a ser publicados na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, mas apenas neste século o reconhecimento do valor de sua obra tomou vulto e o ensejo para que tal ocorresse foi a comemoração do bicentenário de seu nascimento, em 1914, por parte do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. A esse trabalho, por assim dizer, de exumação da obra do historiador e linhagista, associa-se de maneira íntima o nome de Afonso de Taunay, a quem se ficou devendo não só as comemorações bicentenárias de 1914, como o empenho na divulgação da vida e obra do autor setecentista. De seu esforço resultou a reedição ou mesmo publicação de diversos escritos de Pedro Taques, como a **História da Capitania de São Vicente, a Informação sobre as minas de São Paulo** e, principalmente, o que se conhece hoje de sua maior obra, a **Nobiliarquia Paulistana**.<sup>8</sup>

Historiador tipicamente regionalista, suas preocupações, no campo da pesquisa histórica, limitaram-se a São Paulo, o que levou Almir de Andrade a lamentar que não fosse ele levado a preocupações mais amplas, no que, aliás, lhe assiste razão, pois a própria **História da Capitania de São Vicente**, contrariando o sentido geral de seu título, constitui, antes, um arrazoado jurídico para provar os direitos do Conde de Vimieiro às terras da antiga capitania de Martim Afonso de Souza.

<sup>(8)</sup> Leme, Pedro Taques de Almeida Pais – **História da Capitania de São Vicente**. São Paulo, Melhoramentos, 1928 – **Informação sobre as minas de São Paulo**. São Paulo, Melhoramentos, 1929 – **Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania**. São Paulo, Martins, 1953; novamente editada em 1975 pela Editora Itatiaia (Belo Horizonte, 1975), na coleção “Reconquista do Brasil”. – Notícia histórica da expulsão dos jesuítas do Colégio de São Paulo, no volume **Informação sobre as minas de São Paulo, de 1929**. – **Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica**. São Paulo, Martins, 1953. 3 vols.; reeditada em 1975 pela Itatiaia, de Belo Horizonte, na coleção “Reconquista do Brasil”, nova série, vols. 5, 6 e 7. De Afonso de Taunay, consultar **Pedro Taques e seu tempo**. São Paulo, Museu Paulista, 1922.

Todavia, foi o mesmo Almir de Andrade quem observou um grande significado na obra de Pedro Taques ao lembrar que coube a ele introduzir um elemento novo nos processos de narração histórica até então utilizados no Brasil: o povo. A observação vem a propósito da **Nobiliarquia Paulistana** e são estas textualmente suas palavras: “Antes de Pedro Taques, a história do Brasil se coordenava em torno de figuras de generais, governadores, guerreiros, padres, ordens religiosas. Depois dele, a nossa história passou a considerar também a grande massa, que é a força material de todas as mutações sociais”.<sup>9</sup>

Também do século XVIII é o relato de Manuel Cardoso de Abreu, intitulado **Divertimento Admirável**, que Taunay, em extenso estudo a ele dedicado, considera simples plágio de Frei Gaspar. Todavia, esse relato oferece alguns dados interessantes sobre a época da mineração no centro-oeste do Brasil.<sup>10</sup>

Alguns textos importantes do período colonial, como os de Gabriel Soares de Souza, os **Diálogos das grandezas do Brasil**, o de Diogo de Campos Moreno, e mesmo o clássico Antonil, pouco interesse oferecem para a história paulista, a não ser o de Antonil para indicar sumariamente os primeiros roteiros dos paulistas para as minas. E o movimento academicista do século XVIII, com tanta coisa já divulgada, interessa mais a outras regiões do Brasil, como a Bahia, Minas, Pernambuco e Rio de Janeiro. Assim também tudo o que se escreveu na era pombalina, na qual tanto se beneficiou o norte do país.<sup>11</sup>

(9) Andrade, Almir de – **Os primeiros estudos sociais no Brasil**, p. 171. Rio de Janeiro, José Olympio, 1941. Col. “Documentos Brasileiros”, v. 27.

(10) Abreu, Manoel Cardoso de – **Divertimento admirável para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuiabá e Mato Grosso**, extraído pela curiosidade incansável de um sertanista paulistense, 1783. “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, vol. VI, 1902. Reeditado no volume **Roteiros e notícias de São Paulo colonial**, nº 1 da coleção “Paulística”, São Paulo, Governo do Estado, 1977.

(11) Publicado em 1711, **Cultura e opulência do Brasil**, de André João Antonil, sofreu confisco por parte do Estado português, restando poucos exemplares dessa primeira edição. Há diversas edições, todas a partir de 1920, sendo a mais recomendada a da Cia. Editora Nacional, com intr. e notas de A.P. Canabrava. A mais recente (1982) é a da Editora Itatiaia, na coleção “Reconquista do Brasil”, vol. 70 de nova série.

A restauração de capitania de São Paulo após quase vinte anos de interrupção em sua autonomia administrativa, abriu novas perspectivas para a terra paulista. O governo do Morgado de Mateus (1765-1775) caracterizou-se não apenas pelo desenvolvimento material da capitania – intensificação da cultura da cana de açúcar, visando agora ao comércio internacional, mas também ao povoamento, que praticamente alcançou metade de área de seu território e, conseqüentemente, a necessidade de ampliação e melhoramento de sua rede de transportes, verdadeiro ponto de partida de um desenvolvimento que, inevitavelmente com altos e baixos, não cessou mais, preparando São Paulo para o desempenho de sua condição de “província” do reino que em breve se constituiria.

Época, portanto, propícia ao surgimento de estudos sobre as condições gerais da capitania, de que são exemplos os relatórios de Antônio Manuel de Melo e Castro, o último capitão-general do século XVIII e o de seu sucessor Franca e Horta, os quais se incluem entre as peças bastante raras em nosso país de escritos elaborados por homens do governo. E ainda os trabalhos de Marcelino Pereira Cleto, Santos Vilhena e Santos Chichorro, os dois primeiros reeditados há pouco tempo e este último à espera ainda de quem o queira reeditar. São todas peças indispensáveis como “retrato” de São Paulo na época de transição representada pela presença da corte portuguesa no Brasil.<sup>12</sup>

<sup>(12)</sup> Os relatórios de Melo e Castro encontram-se publicados nos volumes XV e XVIII dos “Anais do Museu Paulista”, São Paulo, 1961 e 1964, e foram largamente comentados por Afonso de Taunay em seus **Ensaio de história econômica e financeira**. Tivemos também oportunidade de deles nos ocupar em **Fontes para a história de São Paulo numa conjuntura de transição**, “Memória da Terceira Semana da História”: 213-223. Franca, 1981. \* O volume **Roteiros e notícias de São Paulo colonial**, a que nos referimos em uma das notas anteriores, reuniu também a **Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la**, de Marcelino Pereira Cleto (de 1782), a **Recopilação de notícias sobre a capitania de São Paulo**, de Santos Vilhena (de 1802) e os **Jornais das viagens pela Capitania de São Paulo**, de Martim Francisco Ribeiro de Andrada (de 1803). \* Quanto à memória de Souza Chichorro “em que se mostra o estado econômico, militar e político da Capitania de São Paulo” (1814), encontra-se na “Revista do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro”, tomo 36: 197-267. Rio de Janeiro, 1873.

É como “retratos da província” que encaramos também o “quadro estatístico”, do Marechal Müller, da época da Regência, e, mais tarde, as monografias de Veloso de Oliveira e Joaquim Floriano de Godoy, todas elas referenciais para um melhor conhecimento de São Paulo no século passado.<sup>13</sup>

Já com tantas fontes ao dispor dos pesquisadores, compreende-se que comecem a aparecer estudos mais sistematizados sobre a história de São Paulo, destacando-se, dentre eles, o **Quadro Histórico**, do Brigadeiro Machado de Oliveira e, numa ordem um pouco diferente, os **Apontamentos Históricos**, de Azevedo Marques e a **Cronologia**, de J.J. Ribeiro.<sup>14</sup>

<sup>(13)</sup> Müller, Daniel Pedro – **Ensaio dum quadro estatístico da Província de São Paulo**, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. São Paulo, Tip. de Costa Silveira, 1838. Reedição “literal”, com biografia do autor e advertência de Eugênio Egas. São Paulo, Seção de Obras de “O Estado de S. Paulo”, 1923. xxx+265p Terceira edição, fac-similar da segunda, com introdução de Honório de Sylos. São Paulo, Governo do Estado, 1978. xxx 266p (Coleção “Paulística”, vol. 11. Matos, Odilon Nogueira de – **Retrato de uma província na época da Regência**. “Memória da Quarta Semana da História”: 167-175. Franca, 1982. \* Oliveira, Antônio Rodrigues Veloso de – **Memória sobre o melhoramento da província de São Paulo, aplicável em grande parte às províncias do Brasil**. “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, tomo 31, 2ª parte: 5-106. Rio de Janeiro, 1868. Segunda edição, com prefácio e notas de Antônio Barreto do Amaral. São Paulo, Governo do Estado, 1978. 106p. (Coleção “Paulística”, v. VI). \* Godoy, Joaquim Floriano de – **A Província de São Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso**. Rio de Janeiro, 1875. Reedição fac-similar, com prefácio do Brasil Bandecchi, São Paulo, Governo do Estado, 1978, Coleção “Paulística”, vol. XII. Ricci, Maria Lúcia de Souza Rangel – Joaquim Floriano e “**A Província de São Paulo**”, “Anais da XI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica”; 279-283. Porto Alegre, 1992.

<sup>(14)</sup> Oliveira, J.J. Machado de – **Quadro histórico da Província de São Paulo**, para uso das escolas de instrução pública. São Paulo, Tip. Imparcial, 1864. Segunda edição, São Paulo, Tip. Brasil, 1897. Terceira edição, fac-similar da primeira, com intr. e notas de Célio Debes. São Paulo, Governo do Estado, 1978. Coleção “Paulística”, v. 4. \* Marques, Azevedo, **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo**. Rio de Janeiro, 1879. Reed. na “Biblioteca Histórica Paulista”, São Paulo, Martins, 1953 e 1975. \* **A Cronologia**, de J.J. Ribeiro ficou na primeira edição. São Paulo, Diário Oficial, 1899-1901. 2 vs.

O ano de 1894 tem muito significação numa cronologia da historiografia paulista. Nesse ano, surgiram em São Paulo duas instituições às quais muito ficaram a dever os estudos históricos: o Instituto Histórico e Geográfico e o Museu Paulista. O Instituto, que teve como principais fundadores Antônio de Toledo Piza, Domingos Jaguaribe e Estevão Leão Bourroul, pôs-se a publicar, logo no ano seguinte, uma revista, atualmente com mais de oitenta volumes e que, principalmente nos seus vinte primeiros reveste-se de importância fundamental para os estudos da história paulista, não só pelas monografias publicadas, como pela quantidade de documentos que divulgou.

O Museu Paulista, inicialmente pouco cuidava de História. Era mais dedicado às ciências naturais, mais precisamente à zoologia, que era a especialidade de seu primeiro diretor, o naturalista Herman von Ihering. Só depois de muitos anos, quando Afonso de Taunay assumiu a sua direção (1917), foi que ele se transformou num museu histórico, sem prejuízo de suas atividades anteriores. E nossa característica mista, conservou-se até a década de 40, quando as seções de história natural passaram a constituir outro museu. Isto se reflete nas suas publicações. Desde fins do século passado, vinha o Museu editando uma “Revista”, de grande projeção, inclusive internacional, mas dedicada exclusivamente aos estudos de história natural. Assumindo a direção do Museu, entendeu Taunay de criar uma nova publicação que fosse para os estudos de história paulista o que a revista vinha sendo para a história natural. Surgiram, assim, os “Anais do Museu Paulista”, cujo tomo inicial, volumoso de mais de mil páginas, foi publicado em 1922, com o caráter comemorativo do centenário da Independência.

Na longa direção de Taunay, doze tomos dos “Anais” foram publicados, quase todos preenchidos exclusivamente com trabalhos do próprio diretor do Museu, mas alguns deles, especialmente os primeiros, dedicados também à divulgação de documentos relativos ao bandeirismo procedentes dos arquivos espanhóis. Em nosso livro sobre Afonso de Taunay, editado por este Museu, tivemos oportunidade de recensar toda

a produção do grande historiador, sem necessidade, pois, de voltar ao assunto<sup>15</sup>.

Outro evento significativo do fim do século passado: a reorganização ao Arquivo do Estado, que publicou, por vários anos, documentos do mais alto interesse para a história paulistana e paulista: atas da câmara, inventários e testamentos, documentos interessantes, etc, enfim um acervo que nenhum estudioso poderá ignorar.

A divulgação desses documentos, continuada mais tarde por Washington Luís quando prefeito da Capital e depois presidente do Estado, propiciou o aparecimento de importantes obras da historiografia paulista, à luz dessa documentação, entre elas as do próprio Taunay, as de Alfredo Ellis Júnior, Alcântara Machado, Benedito Barros Barreto (“Belmonte”), Otoniel Mota, Tito Lívio Ferreira, Ernani Silva Bruno, Carvalho Franco e tantos outros, obras que certamente não teriam sido possíveis não fora a divulgação sistemática desse precioso documentário.<sup>16</sup>

<sup>(15)</sup> Matos, O.N. – **Afonso de Taunay, historiador de São Paulo e do Brasil: perfil biográfico e ensaio bibliográfico**. São Paulo, Museu Paulista 1977.

<sup>(16)</sup> Para a obra de Taunay, v. a indicação já feita de nosso trabalho sobre o grande historiador \* Um elenco, provavelmente completo do que Alfredo Ellis Júnior publicou em livro, num total de mais de 30 volumes (entre 1922 e 1960), o interessado poderá encontrar em “Notícia Bibliográfica e Histórica”, nº 5: 23-27. Campinas, 1969. \* Machado, Alcântara – **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo, 1929; reeditada diversas vezes, a última das quais na coleção “Paulística” (vol. 13), com introdução de Sérgio Milliet. São Paulo, 1978 \* Belmonte, – **No tempo dos bandeirantes**. São Paulo, Melhoramentos, 1939. 253 p \* Mota, Otoniel – **Do rancho ao palácio: evolução da civilização paulista**. São Paulo, Editora Nacional, 1941. 192 p (Col. “Brasíliana”, v. 204. \* Ferreira, Tito Lívio – **Gênese social da gente bandeirante**. São Paulo, Editora Nacional, 1944. 200 p (Col. “Brasíliana”, v. 240 – **História de São Paulo**, 2 vs. São Paulo, Biblos, s.d. \* Do muito que Ernani Silva Bruno escreveu, destacam-se preferencialmente, **História e tradições da cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953. 3 vols. – **Viagem ao país dos paulistas. Rio de Janeiro, José Olympio, 1966. 152 p.** (Col. “Documentos Brasileiros”, v. 123 – **Memória da cidade de São Paulo: depoimentos de moradores e visitantes**. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1981 – **História do Brasil, geral e regional**, 5º volume. 220 p São Paulo, Cultrix, 1981 \* Franco, Carvalho – **Dicionário-rio de bandeirantes e sertanistas do Brasil**. São Paulo, Comissão do IVº Centenário, 1954, 438p – **Bandeiras e bandeirantes de São Paulo**. São Paulo, Ediotra Nacional, 1940. 340p (“Brasíliana”, v. 181).

E o Arquivo, tal como o Instituto e o Museu, continuam, com os inevitáveis altos e baixos, sua tarefa de divulgar textos significativos para a história paulista, inclusive a reprodução fac-similar de velhos jornais paulistanos, como os que foram publicados durante a administração de José Sebastião Witter (“Cabrião”, “Democracia”, entre outros).

A criação da Universidade de São Paulo (1934) e, com ela, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na qual o ensino da História foi, pela primeira vez, ministrado de maneira sistemática e em nível superior, em São Paulo, estimulou o espírito de pesquisa em todas as áreas abrangidas pela novél instituição. E a História foi largamente beneficiada. A necessidade de trabalhos de grau para atender à carreira universitária estimulou seus docentes a importantes trabalhos de pesquisa e, com isto, obviamente, beneficiou-se a historiografia paulista com trabalhos específicos, preferentemente sobre a história social e econômica. É verdade que nem todos se referiam a São Paulo, pois outras áreas do Brasil também despertaram o interesse dos pesquisadores. Mas, muita coisa que atualmente enriquece a bibliografia histórica paulista derivou desses trabalhos de grau e, às vezes, até de modestos trabalhos de classe.

Iríamos longe se a todos enumerássemos, não contando, ainda, a grande quantidade deles que permanecem inéditos, guardados nas prateleiras da instituição. Mencionemos, para não deixar de exemplificar, os estudos de Emília Viotti da Costa e José Sebastião Witter sobre o regime de trabalho nas fazendas paulistas; o de Heloísa Liberalli Bellotto, sobre o governo do Morgado de Mateus; o de Tereza Petrone, sobre o ciclo do açúcar em São Paulo; o de Suely Robles de Queiroz, sobre a escravidão em São Paulo.<sup>17</sup>

<sup>(17)</sup> Costa, Emília Viotti da – **Da senzala à colônia**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966. 500 p (Col. “Corpo de alma do Brasil”, v. 19) \* Witter, J.S. – **Ibicaba, uma experiência pioneira**. São Paulo, Arquivo do Estado, 1982. 170 p (Col. “Monografias”, 5) \* Bellotto, Heloísa L. – **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo**. São Paulo, Cons. Estadual de Artes e C. Humanas, 1979. 382p \* Petrone, M. Tereza S. – **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio**. São Paulo, Difel, 1968. 244 p (Col. “Corpo e alma do Brasil”, 21) \* Queiroz, Suely Robles de – **Escravidão negra em São Paulo**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977. xviii+244 p (Col. “Documentos Brasileiros”, 176).

Contribuição valiosa à historiografia paulista, nessa mesma época, foi a de alguns “brazilianists” norte-americanos que enriqueceram nossa bibliografia com trabalhos importantes, vários deles já traduzidos e divulgados em nosso país. É certo que a atenção de boa parte desses pesquisadores voltou-se para outras áreas do Brasil. Mas, gostaríamos de ressaltar a contribuição de pelo menos quatro desses autores norte-americanos que escolheram temas paulistas para seus estudos: Richard Morse, que se interessou particularmente pela evolução da cidade de São Paulo; Warren Dean, que estudou a industrialização de São Paulo; Joseph Love, que analisou o papel de nossa terra na Federação brasileira e Stanley Hilton, que nos legou a mais desenvolvida monografia sobre o movimento de 1932.<sup>18</sup>

O estudo particularizado das grandes figuras da história paulista constitui capítulo até certo ponto pobre em nossa bibliografia. As tentativas de Taunay e de Alfredo Ellis Júnior procurando reconstituir a vida das grandes figuras do bandeirismo, como Raposo Tavares e Fernão Dias, esbarraram em grandes dificuldades resultantes da carência de documentação. Já mais fácil, foi o levantamento biográfico dos paulistas ligados à Independência e à organização do Império, como José Bonifácio e Feijó, que sugeriu diversos livros, sendo de se destacar os de Octávio Tarquínio de Souza. E os paulistas da República, mais ainda, mereceram estudos especiais, como os de J. Sebastião Witter (sobre Francisco Glicério) e João Ribeiro Júnior (sobre Alberto Sales). E os que ascenderam ao governo do Estado e da República, foram demoradamente estudados por Silveira Peixoto (Prudente de Moraes), Célio Debes (Campos Sales,

(18) Morse, Richard – **De comunidade à metrópole: biografia de São Paulo**. Trad. de Maria Aparecida Madeira Kerbeg. São Paulo, Comissão do Quarto centenário da cidade de São Paulo, 1954. 338 – **Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970. 450p (Coleção “Corpo e Alma do Brasil”, v. 30). \* Dean, Warren – **A industrialização de São Paulo, 1880 - 1945**. Trad. de Octávio Mendes Cajado. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971. 272p (Coleção “Corpo e Alma do Brasil”, v. 33) \* Love, Joseph – **A Locomotiva: São Paulo na Federação brasileira**. Trad. de Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 470p \* Hilton, Stanley – **1932: a guerra civil brasileira: história da revolução Constitucionalista de 1932**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982. 384p. (Coleção “Brasil século XX”).

Washington Luís e Júlio Prestes) e Afonso Arinos de Melo Franco (Rodrigues Alves).<sup>19</sup>

A presença de São Paulo nas Histórias Gerais do Brasil deixa muito a desejar. Ocorrências de outras regiões do Brasil sempre despertaram mais atenção por parte dos autores de livros dessa natureza. São Paulo aparecia apenas (quando aparecia) no capítulo referente à expansão geográfica, e, de maneira um pouco mais acentuada, na história da República, devido à presença paulista no governo do país. Abra-se uma exceção para a importante obra coletiva **História geral da civilização brasileira**, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda e Boris Fausto (este, a partir do oitavo volume), no qual certos aspectos da história paulista são bastante valorizados, tratados cuidadosamente por autores que sobre eles se dispuseram a escrever excelentes capítulos. Aliás, convém que se recorde que Sérgio Buarque de Holanda dedicou à história paulista dois dos seus melhores trabalhos.<sup>20</sup>

- (<sup>19</sup>) Taunay, Afonso de – **A grande vida de Fernão Dias Pais**. São Paulo, Museu Paulista, 1931. Segunda edição, Rio de Janeiro, José Olympio, 1955, Col. “Documentos Brasileiros”, v. 83. Terceira edição, com apres. de Odilon Nogueira de Matos, São Paulo, Melhoramentos, 1977. 158p (Col. “Memória Brasileira”) \* Ellis Junior, Alfredo – **Raposo Tavares e sua época**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1944. 307p \* Souza, Octavio Tarquínio de – **José Bonifácio**. Rio de Janeiro, 1945, 320p (Col. “Documentos Brasileiros”, v. 51) – **Diogo Antônio Feijó**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1942. 332p. (Col. “Documentos Brasileiros”, v. 35). Estas duas obras passaram a integrar a coleção **História dos Fundadores do Império Brasileiro**, sob nos 1 e 7. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957. 10 volumes. \* Witter, J. Sebastião – **Idéias políticas de Francisco Glicério**. Brasília, Senado Federal/Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982. 2 vs. \* Ribeiro Júnior, João – **Alberto Sales: trajetória intelectual e pensamento político**. São Paulo, Convívio, 1983. 241p (Col. “Ensaio”, v. 5) \* Peixoto, Silveira – **A tormenta que Prudente de Moraes venceu**. Segunda edição fac-similar. São Paulo, Imesp, 1990. \* Debes, Célio D. – **Campos Sales: perfil de um estadista**. São Paulo, Francisco Alves/Instituto Histórico e Geográfico, 1977, 2 vs. – **Júlio Prestes e a Primeira República**. São Paulo, Imesp, 1982 – **Washington Luís, 1869-1924**. São Paulo, Imesp/Instituto Histórico e Geográfico, 1994 – Franco, Afonso Arinos de Melo – **Rodrigues Alves**. Rio de Janeiro, José Olympio/São Paulo, Edusp, 1973. 2 vs. (“Col. “Documentos Brasileiros”, v. 155).
- (<sup>20</sup>) Holanda, Sérgio Buarque de – **Monções**. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1945. 255p. Reed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976. 163p. – **Caminhos e Fronteiras**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957. 334p (Col. “Documentos Brasileiros”, v. 89).

São Paulo não foi muito beneficiado com a literatura dos viajantes estrangeiros que no século passado visitaram o Brasil. Outras áreas do território nacional atraíram mais a atenção dos grandes naturalistas que deixaram obras valiosas sobre nosso país. Alguns há, contudo, que não podemos omitir, a começar por um dos maiores, Saint-Hilaire, que em 1819 cruzou o território paulista no sentido Norte-Sul, vindo de Goiás e tomando a direção do Rio Grande. Em 1822, já quase às vésperas de sua partida para a França empreendeu uma segunda viagem a São Paulo, a fim de apanhar algumas caixas de amostras botânicas, que deixara em sua viagem anterior; desta vez, percorreu o vale do Paraíba. Como de hábito, Saint-Hilaire fazia preceder seus relatos de viagem de excelentes sínteses históricas das províncias que visitava e a que elaborou sobre São Paulo foi das mais felizes. Eis porque seu nome não pode deixar de ser citado numa bibliografia sobre a história de São Paulo

Diversos outros viajantes – Mawe, Spix e Martius, Beyer, Kidder – estiveram em São Paulo e em algumas cidades mais próximas à capital. Mais para meados do século, Zaluar e Tchudi deixaram excelentes relatos de visitas a fazendas paulistas na região de Campinas, Itu e Limeira, assim como devemos a um antigo colono de Ibicaba, Davatz, um bem fundamentado libelo sobre o regime de trabalho nas colônias de parceria, publicação muito valorizada pelos que têm tratado do assunto.<sup>21</sup>

---

<sup>(21)</sup> Saint-Hilaire, Auguste de – **Viagem à Província de São Paulo**. Trad. e pref. de Rubens Borba de Moraes. São Paulo, Martins (1940). 375p (“Biblioteca Histórica Brasileira”, v. 2) – **Viagem à Província de São Paulo**. Trad. de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1976. 229p (Col. “Reconquista do Brasil”, v. 18) – **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo**. Trad. de Afonso de Taunay. São Paulo, Editora Nacional, 1933. 242p (Col. “Brasílica”, v. 5) – Outra edição: trad. de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1974. 125p (Col. “Reconquista do Brasil”, v. 11) \* Zaluar, A. Emilio – **Peregrinação pela Província de São Paulo**. São Paulo, Cultura, 1943. 266p (Série “Brasílica”, v. 4). Há mais duas edições: Martins, 1954, (“Biblioteca Hist. Paulista”) e na col. “Reconquista do Brasil”, v. 33, Belo Horizonte, Itatiaia, 1975. \* Tchudi, J.J. – **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Trad. Eduardo de Lima Castro. Martins, 1952. São Paulo (“Biblioteca Hist. Paulista”). Reed. fac-similiar, Itatiaia, Belo Horizonte, 1980. (Col. “Reconquista do Brasil”, v. 14) – \* Davatz, Thomaz – **Memórias de um colono no Brasil**. Trad. e pref. de Sergio Buarque de Holanda. São Paulo, Martins, 1941. 277p (Bibl. Hist. Brasileira, v. 5).

Não nos parece inútil uma referência a algumas coleções de obras de interesse para a história paulista, duas surgidas por ocasião do quarto centenário da cidade de São Paulo (1954) e outra, bem mais tarde (1978), sob o bafejo oficial do governo do Estado, ao tempo de Paulo Egídio Martins.

A primeira – “Biblioteca Histórica Paulista” – iniciativa da antiga Editora Martins e dirigida por Afonso de Taunay, editou mais de dez volumes de verdadeiros clássicos da historiografia paulista, como as obras de Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques, os **Apontamentos históricos**, de Azevedo Marques, os relatos de viagem de Zaluar e de Luís d’Alincourt, a “segunda viagem”, de Saint-Hilaire e dois volumes constantes de documentos sobre as bandeiras e as monções. Mereceu reedição em 1975.

A segunda, sob os auspícios da Comissão do Quarto Centenário, divulgou três volumes de cartas jesuíticas, o estudo de Richard Morse sobre a evolução da cidade de São Paulo, o dicionário de bandeirantes e sertanistas, de Carvalho Pinto, o dicionário de autores paulistas, de Luís Corrêa de Melo.

Finalmente, a coleção “Paulística”, com mais de vinte volumes, na maior parte constante de reedições de obras antigas sobre São Paulo, muitas das quais já referidas nas notas bibliográficas deste trabalho, como as de Machado de Oliveira, Daniel P. Müller, Alcântara Machado, Adolfo Pinto, Joaquim Floriano de Godoy, Arouche Rendon, Veloso de Oliveira, Afonso de Freitas... e de alguns autores modernos, como Antônio Barreto do Amaral, Melo Nóbrega, Soares de Melo, entre outros.

Aspecto curioso da historiografia brasileira, e que predominou por muito tempo entre nossos historiadores, era o seu caráter monotemático. Cada Estado tinha seu tema favorito e quase não se admitia que alguém pudesse trabalhar fora dele. Assim, os paulistas com relação ao bandeirismo, os mineiros com relação à Inconfidência, os pernambucanos com relação às lutas para a expulsão dos holandeses, os gaúchos com relação à Farroupilha. Hoje, a situação é bem diversa. Isto não significa que esses assuntos estejam superados ou esgotados. Não,

ainda há muito o que pesquisar sobre cada um deles. Apenas eles não constituem mais a única preocupação dos respectivos historiadores. Estão todos descobrindo e investigando outros fatos de seu passado, igualmente ou até mais significativos, nos domínios da história social e econômica, da história cultural, da história da mentalidades, do cotidiano, etc. Assim também a historiografia paulista vê seu leque ampliar-se consideravelmente com novos temas, que nem de longe eram aflorados, talvez nem mesmo suspeitados pelos historiadores do passado. E em muitos casos, conforme mostramos, servindo às carreiras universitárias através de dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Apenas em dois pontos parece-nos ter falhado a nossa historiografia. Primeiro, a ausência de obras significativas para a história das cidades paulistas. Em quase todas elas há pessoas interessadas em rebuscar seu passado, tendo mesmo, muitos, publicados livros a respeito, mas quase sempre na base apenas de crônicas ou reminiscências, de interesse, sem dúvida, mas não o suficiente para preencher os claros da historiografia; ou, então, prendendo-se demasiadamente em discussões estéreis em torno dos nomes dos verdadeiros fundadores das cidades ou das datas exatas de suas fundações. E quase sempre com preocupações polêmicas. Há, contudo, exceções e permitimo-nos citar, entre estas, o caso de Campinas, com os dois importantes livros de nosso saudoso confrade Celso Maria de Melo Pupo, **Campinas, seu berço e juventude** (1969) e **Campinas, um município do Império** (1983). Sob este aspecto, a cidade de São Paulo tem tido mais sorte. Daria um livro o simples arrolamento do que já se escreveu sobre a história paulistana.

Outra lacuna da historiografia paulista: a ausência de obras didáticas ou de natureza geral sobre a História de São Paulo. Temos obras altamente especializadas, elaboradas dentro das mais rigorosas normas metodológicas, que honrariam a historiografia de qualquer país, mas nada temos que chegue ao povo. Entre alguém numa livraria e procure uma "História de São Paulo". Ouvirá esta dura resposta: "Não existe". E não existe mesmo. No entanto, em outros Estados, isso não acontece. Conhecemos pelo menos meia dúzia de Histórias do Rio Grande Sul e três ou quatro do Paraná, para os mais diversos níveis. Por que ninguém teria

se animado, em nossos dias, a escrever livros dessa natureza? Difícil a resposta. No entanto, algumas já tivemos em outros tempos. Conhecemos duas, a de Tancredo do Amaral datada de 1895 e a de Rocha Pombo, de 1919. Ambas traziam a indicação: “Adotada nas escolas públicas do Estado”. Significa isto que já se ensinou a História de São Paulo nas escolas primárias e secundárias. E podemos recuar mais ainda: o **Quadro Histórico**, de Machado de Oliveira, ao qual já fizemos referência, trazia em sua primeira edição, de 1864, a indicação: “para uso das escolas de instrução pública”.

## UM ACHADO NÃO PROCURADO\*

Odilon Nogueira de MATOS

Quando estava colhendo material para meu livro sobre Afonso de E. Taunay, empenhei-me por meses a fio em conseguir o primeiro livro publicado pelo grande historiador, que, por sinal, não era sobre História, mas um “Léxico de termos técnicos e científicos”. A lexicografia fora, de fato, em certa época, uma das áreas de interesse de Taunay, que publicou sobre o assunto pelo menos meia dúzia de livros. Não tinha pelo tema nenhum interesse especial. Era apenas a curiosidade ou, melhor dizendo, um sentimento afetivo que me levava a querer ter em minhas estantes, o primeiro livro do meu biografado.

**Léxico de termos técnicos e científicos** fora publicado em 1909, no “Anuário da Escola Politécnica” (da qual Taunay era professor) e tirado em separata no mesmo ano. Qualquer das modalidades me serviria, pois se tratava do mesmo texto. Tudo indicava ser mais fácil encontrar a separata do que o próprio Anuário. Mas, foi este que consegui, graças ao conhecido e saudoso livreiro e amigo Olinto de Moura.

Com a única coisa que me interessava era o “Léxico” de Taunay, arranquei-o afim de mandar encaderná-lo junto com outros trabalhos menores do autor, dispondo-me a jogar fora o restante do volume. Foi quando me decidi a folheá-lo pela curiosidade de ver o que poderia conter uma publicação, na época já mais que sexagenária, da Escola Politécnica. E para minha surpresa, de uma tese sobre álgebra, um relatório sobre exames em laboratório de zootecnia e um estudo sobre a

---

(\*) Publicado originalmente em “A Federação”.

fertilidade dos solos, deparei com belíssimos estudos sobre o Renascimento italiano, da lavra do Dr. Alexandre de Albuquerque, professor da Escola da qual veio a ser diretor muitos anos mais tarde.

Eis como, às vezes, o acaso favorece a pesquisa. Pela via normal, jamais me passaria pela idéia procurar numa revista de Engenharia um estudo sobre o Renascimento. No entanto, fui encontrá-lo, sem a mínima preocupação de pesquisa.

Tratava-se de uma “tese” apresentada à congregação da Politécnica como uma espécie de prestação de contas do prêmio de viagem à Europa com que o ilustre professor fora agraciado. Diga-se, a propósito, que o Dr. Alexandre Albuquerque, a quem tive o privilégio de conhecer já no fim de sua vida, demonstrou sempre grande interesse pelos temas de cultura humanística e histórica. Tanto que, quando diretor da Politécnica, promoveu a publicação pela Escola, dos dois alentados volumes que Taunay escrevera sobre o padre Bartolomeu de Gusmão e sua prioridade aerostática. Mas o belo estudo sobre o Renascimento, de que maneira tão casual me caiu às mãos, superou as minhas expectativas e é sem exagero que posso indicá-lo entre os melhores trabalhos elaborados em nosso país sobre o palpitante tema.

Eis o resultado, totalmente inesperado, de um... achado não procurado. Outros existem igualmente interessantes, de que ainda cuidarei.

## UM CAPÍTULO DE HISTÓRIA ECONÔMICA DO SUL BRASILEIRO

Aluísio de ALMEIDA

A época do ano em que se realizavam as feiras de Sorocaba foi sempre no primeiro semestre, com pequena variação entre fevereiro e junho, como pontos extremos. Ultimamente, no esplendor e na decadência, “rebentavam” elas nos derradeiros dias de março e terminavam antes de junho.

Mas as primeiras principiaram em fevereiro e foram até janeiro. Passado o inverno, com as geadas no pampa, vinham com agosto as queimadas e, depois, reverdeciam os campos, cujas gramíneas iam os animais tosando na longa jornada. E assim, ao findar o ano e começar o novo, estavam em Itararé. Daí para Sorocaba as invernadas se multiplicavam. E o gado ia engordando à medida que se aproximava da feira.

Como os primeiros negócios estivessem para começar, amontoavam-se as tropas já desde os arredores de Sorocaba até Campo Largo, numa área de cinco a dez léguas, no máximo da quadra. A aglomeração de animais era tamanha que nada ficava da selva, havendo devastação completa. Compreende-se, pois, porque as tropas de muares atingiram em vários anos 300 mil cabeças.

A década de 1826-1835, que precede a revolução dos Farrapos nos fornece bases bem sólidas para uma estatística. De antemão, note-se que não só nos dois meses de feiras passavam animais pelo Registro de Sorocaba, mas, excetuado o período mais forte do inverno, continuavam a transitar as tropas e boiadas por alguns meses e em grande quantidade.

E pagavam impostos também os viajantes comuns por suas montarias, e até o marchante que dentro do município tangesse o seu pequeno gado.

Os livros existentes no Arquivo Público do Estado são uma verdadeira selva espessa, reunião dos arquivos de todos os registros e barreiras da Província, em ordem perfeita, desde os primeiros anos da Independência até 1892, ano de extinção dessas repartições. Se cada página os nomes dos tropeiros, o número dos animais e a data em que passaram, compreende-se o imenso trabalho material reservado ao que quisesse fazer a soma completa de todas as parcelas, por exemplo, apenas na repartição de Sorocaba. Seria talvez demais encarecer a importância dos pobres muares. Afinal de contas, o que vale neste caso é o número de milhares, podendo desprezar-se centenas e unidades.

Várias vezes, graças à gentileza de Lellis Vieira e Paulino de Almeida e seus dedicados auxiliares do Arquivo Público do Estado, lá estivemos no meio daquele acervo de números, sem saber por onde começar. São trabalhos penosos, não há dúvida, mas as conclusões e os pontos de vista gerais dependem desses pormenores. Agora que o espírito clarividente de Abner Mourão nos permite trazer a público o resultado dessas pesquisas é como se uma nova luz brilhasse a mostrar-nos o caminho, encorajando-nos. Benevolentíssimo como sempre, e nada avaro de seus tesouros de ciência histórica, A. de E. Taunay vai nos indicando rumos, pistas a seguir, fontes a procurar, enfim, torna-se possível um estudo menos incompleto desse grande capítulo da história econômica do sul do Brasil, quem sabe se inspiração para outros, mais aquinhoados da sorte, tentarem um dia obra acabada.

Iamos dizendo que a década precedente à Revolução de Piratinim pode fornecer uma estatística menos imperfeita do movimento comercial de animais do sul, passando pela feira de Sorocaba. Tivemos em mãos dois livros do Registro, referentes ao “novo imposto” dos animais.

As palavras “novo imposto” têm uma história. Após o famoso terremoto de Lisboa, de 1º de novembro de 1755, escreveu el-rei (e pensou o Marquês de Pombal) uma carta a seus súditos americanos, pedindo-lhes um donativo para a reconstrução da metrópole arrasada. Em todo o país tomaram-se as medidas para mais esta empresa.

São Paulo estava pobre. Haviam-lhe despojado sucessivamente de Minas, Mato Grosso e Goiás. Obedecendo à sua vocação histórica, dera tudo de si para o Brasil. Os paulistas começaram, então, a olhar para os campos do sul, de onde podia vir a salvação, visto como a pecuária é mais fixa e duradoura do que as minas. Pois os oficiais da câmara paulistana, ouvindo estarrecidos a leitura da carta régia, na presença do Ouvidor, em julho de 1788, decretaram vários impostos pelo tempo de dez anos para satisfazerem a el-rei.

Entre os taxados, figuravam logo os criadores e tropeiros. Não podia entrar na cidade de São Paulo, nem passar para qualquer das Minas nenhuma quantidade de gado vaccum, cavalar e muar trazido do Sul, sem pagar em Sorocaba uma taxa de cem réis por cabeça de muar.

Ficou esse chamado “novo imposto” sempre novo até 1892! Caiu a monarquia dos Braganças e só então os legisladores republicanos aboliram essa excrescência. O mais interessante é que evoluiu o valor da moeda: 320 réis que, em 1756, eram alguma coisa passaram a ser uma micharia, mas a letra da lei paulistana se manteve inflexível.

Havia outros infinitos ou intermináveis impostos, mas isso é história bem longa. Compreendemos também o mecanismo simples da contagem dos animais, lembrando-nos de que o registro era na parte do rio Sorocaba, onde havia um edifício acachapado para os representantes do fisco e, na cabeça da ponte, um portão dava passagem a cada cabeça de gado. A rua do lado oposto ficou chamando da Contagem, com saída para São Paulo. As outras, por onde chegavam as tropas, chamaram-se da Ponte e da Passagem das Tropas.

Voltemos, agora, aos nossos dois livros de 1826-1835. Eis os primeiros assentos: “Janeiro. Aos cinco passou Bernardo, escravo da viúva Gavião, com duas bestas e dois cavalos, de que pagou o competente imposto, 1\$040”. “Aos cinco passou o alferes João Nepomuceno Souza com uma rês de que pagou o competente imposto, \$100” “Aos doze passou Manuel José dos Santos, com 92 bestas de que pagou o competente imposto, 29\$440.”

Temos aí três casos típicos. Bernardo é escravo da conhecida viúva Gavião, essa que, além de girar em São Paulo como fornecedora de tropeiros, tinha fazenda em Itararé. O escravo, homônimo de um menino

que seria grande político, Bernardo Pinto Gavião Peixoto, já levando para uso da família os quatro animais. Mas pagou a passagem.

O alferes João Nepomuceno de Souza, tronco de nobre família sorocabana, tinha o seu solar na então vila, à rua das Flores e a sua chácara na Boa Vista. Era também negociante de animais. No momento, porém, apenas fazia transportar uma vaca da vila para a chácara.

Enfim, Manuel José dos Santos é o tropeiro profissional, conduzindo bestas chucras para negócio no centro do país.

Um último tipo de viajante é o capitão Tomaz Delboux, que passou com três cavalos, em serviço público e, pois, não pagou direitos. A estrada do Sul conheceu cerca de setenta anos a fio, até a independência do Uruguai, a passagem inesgotável dos voluntários paulistas.

Os números vão elucidar alguns pontos. Antes de tudo, o grosso do comércio de animais em 1826 foi no primeiro trimestre, que rendeu três contos de réis, arredondados, sendo a metade dessa importância para o mês de fevereiro. O segundo trimestre baixou para 700\$000. O terceiro, no coração do inverno, atingiu 100\$000, sendo que agosto e setembro renderam apenas 30\$000. O último trimestre alcançou dois contos de réis, sendo dezembro o melhor mês. Logo a feira iniciou-se em dezembro, atingiu o ponto mais alto em fevereiro, acabou em março. Em agosto partiam dos pampas os tropeiros para Sorocaba; de volta, saíam em março. Na vinda, sofriam as grandes chuvas de verão em São Paulo; tanto eles como seus animais, a confirmar a alta conta em que os teve, entre outros, Eschwege, não se incomodavam com as chuvas torrenciais. Na volta, alcançavam os primores rigores do inverno sulino, com os ventos cortantes, as neves e geadas, mas não tangiam as bestas, mas recomeçavam a correr as estâncias a comprar novos lotes.

É diminuto o número de boiadas que transitaram por Sorocaba, em 1826-1835. Parte das tropas, cerca de 5% no máximo, eram cavalos de Curitiba e Guarapuava. E numa síntese final, bem próxima da verdade, embora não com precisão matemática, vieram por Sorocaba para o Brasil central, do Rio Grande e do Uruguai em 1826, 20.000 bestas muares.

É a lição dos documentos, sem os quais não há história. (“O Estado de S. Paulo, 29-10-1941).

## A ORAÇÃO DE GETTISBURG

Abraham LINCOLN

Oitenta e sete anos há que nossos pais deram vida neste Continente a uma Nação concebida na liberdade e sustentada no princípio de que todos os homens nasceram iguais.

Estamos sumidos em uma guerra civil, pondo à prova se esta Nação, ou qualquer outra assim concebida e sustentada, possa perdurar.

Encontramo-nos reunidos no vasto campo de batalha dessa guerra. Havemo-nos congregado para dedicar parte de nossos votos pelo eterno descanso daqueles que morreram para que a Nação vivesse. É de todo ponto justo e natural que assim o façamos.

Em um sentido mais amplo, porém, não podemos louvar, não podemos consagrar, não podemos bendizer esta terra. Os valentes, vivos e mortos, que aqui lutaram, dedicaram-lhe tamanho esforço que não está em nossas mãos juntar ou tirar a mínima parcela a tal consagração.

O mundo pouco notará do que aqui digamos, nem o recordará durante muito tempo; jamais olvidará, porém, o que eles aqui fizeram.

A nós, os vivos, toca-nos o dever de dedicar-nos à obra inacabada que eles com tanta nobreza iniciaram e continuaram. Toca-nos a nós consagrarmo-nos à tarefa imensa que temos pela frente: honrar a estes mortos, e, com seu exemplo, acrescentar nossos entusiasmos pela causa a que eles deram todo o seu esforço; mostrarmo-nos decididamente resolvidos a que os caídos na luta não hajam perecido em vão, fazer com que a Nação, ajudada por Deus, receba um novo batismo de liberdade, e que o governo do povo, pelo povo e para o povo não desapareça da terra.

Orico, Oswaldo – **Homens da América**,  
p. 179-180. Lisboa, Livraria Bertrand, s.d.



## MINHA ORAÇÃO A DEUS ENQUANTO EU ESTIVE NO PODER DOS SELVAGENS

Hans STADEN

Oh, tu, Deus todo poderoso, que fizeste o céu e a terra; tu, Deus dos nossos antepassados; tu, que tão poderosamente conduziste o teu povo de Israel da mão dos seus inimigos através do Mar Vermelho. A ti, que eterno poder tens, peço que me livres das mãos destes bárbaros, que não te conhecem, em nome de Jesus Cristo, teu amado filho, que livrou os pecadores da prisão eterna. Porém Senhor, se é tua vontade que eu sofra que hei de sofrer morte tão cruel das mãos destes povos que não te conhecem e que dizem, quando lhes falo de ti, que tu não tens poder de me tirar de suas mãos; então fortalece-me no último momento, quando realizarem os seus designios sobre mim para que eu não duvide da tua clemência. Se tenho de sofrer tanto nesta desgraça, dá-me ao depois repouso e me preserva do mal que horrorizou a todos os nossos antepassados. Mas, Senhor, tu podes bem livrar-se do seu poder; livra-me, eu sei que tu me podes auxiliar e, quando me tiveres livrado, não o quero atribuir à felicidade, senão unicamente mão poderosa que me auxiliou, porque agora nenhum poder de homem pode me valer. E quando me tiveres livrado de seu poder, quero louvar a tua Graça e dá-la a conhecer a todas as nações onde em negar. Amém.

Não posso crer que alguém possa orar de coração  
Sem que esteja em grande perigo ou perseguição,  
Porque enquanto o corpo vive conforme quer,  
Est sempre contra o seu Criador,  
Por isso, Deus quando manda alguma desgraça,  
É prova que Ele nos quer ainda bem,

E ninguém deve ter disso dúvida,  
Porque isso uma dádiva de Deus,  
Nenhuma consolação, nem arma, existe melhor  
Que a simples fé em Deus,  
Por isso, cada homem de devoção  
Nada melhor pode ensinar a seus filhos  
Do que a compreensão da palavra de Deus  
Na qual sempre podem ter confiança.  
Para que, leitor, não julgues  
Que eu tive todo este trabalho para ter fama e honra,  
Digo que é para o louvor e honra de Deus,  
Que conhece todos os pensamentos do homem.  
A Ele caro leitor, te recomendo,  
E peço que Ele continue a me ajudar. Amém

(Viagem ao Brasil, p. 125. Trad. de Alberto Loeffgren, ed. da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1930)



## CORNÉLIO PENNA E CAMPINAS

José Renato NALINI\*

A História elaborada pelos historiadores, com o registro dos fatos de interesse para a posteridade não é a única leitura que se pode fazer da inevitável voragem dos anos. Existe uma história que fica submersa, contida na memória individual e poucas vezes explorada. Requer uma investida na prospecção, paciência, carinho, respeito pelas individualidades.

Quantos sentimentos já compartilhados permanecem esquecidos e deixam de influenciar as novas gerações? Quem avaliaria o caudal de emoções que perpassa o caminhar anônimo de pessoas que trilham os mesmos espaços, os mesmos ambientes em que vivemos e para as quais não resta sequer um olhar saudoso?

Historiar é também resgatar os pequenos episódios das vidas passadas e tecer o encadeamento que propicia o sentido de pertença. Todos integramos a espécie humana e não é por acaso que nascemos aqui e agora, vivemos a contemporaneidade e herdamos um patrimônio cultural com as características deste nosso. Tão desprezado mas, simultânea e paradoxalmente, tão rico.

Tudo isso vem a propósito da leitura de uma obra esquecida, de um autor também quase esquecido. Ou, pelo menos, não cultuado como deveria ser.

Foi autor de quatro romances e, à época, chegou a ser considerado um ponto alto na ficção literária brasileira. Vozes autorizadas

---

\* Secretário-Geral da Academia Paulista de Letras.

tiveram-no como o continuador autêntico da linha psicológica de Machado de Assis e Raul Pompéia e mereceu as melhores referências de Adonias Filho, Ledo Ivo, Sérgio Milliet, Augusto Frederico Schmidt, Alceu Amoroso Lima, Murilo Araújo, Mário de Andrade e João Condé. Falo de Cornélio Penna, nascido em Petrópolis, em 20 de fevereiro 1896 e diplomado na Faculdade de Direito das Arcadas em 1919. Seus livros *“Fronteira”*, *“Dois Romances it de Nico Horta”*, *“Repouso”* e *“A Menina Morta”* causaram enorme impacto quando publicados na primeira metade do século passado. Mais exatamente, entre 1933 e 1953.

Não me proponho a falar sobre a obra literária de Cornélio Penna. Faltam-me credenciais para isso. Críticos respeitados como Wilson Martins já o fizeram. Mas gostaria, apenas, de recordar sua ligação com Campinas, cidade que me adotou por generosa lei da edilidade local e na qual passei anos felizes de minha vida acadêmica, no “Pátio dos Leões” da Faculdade de Direito da PUCCAMP.

Pouca gente sabe - ou se recorda - de que o romancista morou em Campinas. Em 1898, com dois anos de idade, perde o pai, o médico Manuel Camilo de Oliveira Penna e a mãe, Francisca de Paula Marcondes de Oliveira Penna retorna, com os cinco filhos menores, para Pindamonhangaba. A Terra dos Marcondes, abriga a viúva e as crianças por um ano. Depois disso, mudam-se para Campinas, onde vão permanecer dez anos. Residem no Largo do Pará, à rua Barão de Jaguará. Foi em Campinas que o romancista começa a ter consciência da vida.

Entra para uma escola particular de D. Alda do Amaral, casada com Leopoldo do Amaral e colocado em um ano adiantado depois da prova de leitura em que se saiu brilhantemente. Mas nem tudo era sucesso. Deixê-mo-lo contar.

Narra Cornélio Penna em entrevista concedida a Ledo Ivo para “O Jornal”, do Rio de Janeiro, edição de 23 de fevereiro 1948, suas impressões sobre a “Cidade das Andorinhas”. Textualmente: *“Em Campinas, onde existe a nossa mais bela catedral, fiz meu curso primário em uma escolinha adorável, em um velho casarão do Largo de Santa Cruz, e nunca me esquecerei de Dona Alda Amaral, minha primeira professora oficial - di-*

go oficial, porque aprendi as primeiras letras com minha única irmã, a Babi (Bárbara) que me ensinou a ler por um sistema muito curioso. Quando fui para a escola, mandaram-me ler, e li com facilidade e até expressão... E fui mandado para o terceiro ano. Como, porém, não soubesse escrever, voltei para o meu lugar. A professora veio a descobrir que eu lia romance de Alexandre Dumas e Camilo Castelo Branco...<sup>1</sup>.

O autodidatismo de Cornélio Penna é admirável e pode soar até exótico diante de uma infância e juventude que, em nossos dias, passa horas diante da internet e não tem paciência para terminar um livro. Sob o signo da velocidade e da imagem, a mocidade brasileira de hoje não concebe que alguém, dos oito aos doze anos, já lera toda a obra de Camilo Castelo Branco e não apenas uma vez. Chegou a ler dez vezes o mesmo livro e dizia que, não fora sua memória miserável, teria decorado “Novelas do Minho”, tantas leituras delas fez. Atribui a Camilo ter se tornado alguém triste por toda a vida. E lia compulsivamente. Desde folhetos que eram entregues na porta - já naquele tempo... - até o que não deveria ler como criança. E como aprendera francês por observar as lições de sua irmã, lia também tudo o que nesse idioma fosse encontrado, notadamente os da “*Bonne Presse*” de Paris e o Noel, as “*Lectures pour Tous*”. Mas também devorava o “Tico-Tico”, os rodapés do jornal “O Estado de São Paulo”, José de Alencar, os Irmãos Grimm, Feuillet, Alexandre Dumas, Condessa de Ségur, Ohnet, Cônego Achmid, Regnier.

Descreve sua experiência ao ler “Quincas Borba”, que o deixou trêmulo, comovido e a pensar que era louco também... “*Essa suspeita de loucura acompanhou-me até bem poucos anos, e afinal, tive que me render à evidência, e me resignar a ser uma pessoa inteiramente sensata*”<sup>2</sup>.

Foi em Campinas que, por acidente, em 1906, perde a vista direita. Armou um canhão com as correntes de rede da sala de almoço, uma

(1) “A VIDA MISTERIOSA DO ROMANCISTA CORNÉLIO PENNA”, Ledo Ivo, publicado em “O Jornal” do Rio de Janeiro, 23 de maio de 1948, in “CORNÉLIO PENNA”, “Romances Completos”, Rio de Janeiro, Editora José Aguilar, 1958, p. LIII.

(2) Idem, p. LVII.

cadeira deitada e a arbaleta que ganhara. Sonha vivenciar uma aventura medieval. As pesadas correntes caem, a arbaleta dispara e consome-se o desastre. Mas também foi em Campinas que Cornélio Penna escreveu o seu primeiro romance. A heroína era uma princesa da Casa dos Hoehnstauffen e habitava um castelo situado “*em um dos altos píncaros de uma altíssima montanha*”<sup>3</sup>. Tenta ilustrar o livro e exercita o teatro com seus personagens, servindo-se de um casal de bonecos alemães que veste com trajes de época. Esse primeiro romance foi renegado pelo autor pois acreditou, aos onze anos, fosse um pintor e não um escritor. Aliás, durante muitos anos Cornélio Penna pintou, fez desenhos, gravuras, caricaturas e charges e realizou exposições, com relativo sucesso.

Em 1908 faz curto estágio no 1º Grupo Escolar de Campinas, onde é matriculado por proteção no ano do Professor Artur Segurado. Volta depois de três meses a estudar em casa e, mais tarde, na Escola Modelo, mantida pela família Magro. Ali foi sua professora D. Anália Couto, que duvida ser de sua autoria uma composição sobre um piquenique na estrada da fazenda Santa Gertrudes. Permanece pouco tempo também ali e passa novamente a estudar em casa, com os professores particulares Alonso Leite de Barros, Seixas e Carlos Foschini.

Com estes mestres se prepara e em 1910 adentra ao famoso Ginásio do Estado “Culto à Ciência”. Encontra excelentes professores e idéias modernas. Fica muito amigo do professor de português, Américo Brasiliense de Moura, homem estudioso e muito tímido. Basílio de Magalhães seu professor de literatura e tem longos diálogos sobre Camilo Castelo Branco, o escritor predileto de ambos. Foi surpresa e prazer para Cornélio, ter aulas com o professor de Geografia Gustavo Enge, adiantado meio século sobre a pedagogia da época e que dá temas geográficos como composição aos alunos.

Relembrava com carinho sua passagem pelo “Culto Ciência”, instituição pela qual passaram alguns dos mais notáveis brasileiros. Ali matriculou-se em 1910, convicto de que era um modelar estabelecimento de ensino. “*Lembro-me do Sr. Jean Keating, professor de francês, que eu*

---

<sup>(3)</sup> Idem, *ibidem*.

*acreditava ir a Paris todos os anos para aprofundar sua pronúncia. O de português era o Sr. Américo de Moura, que foi um grande amigo para mim, e me considerava um ótimo aluno, sem saber que eu não era capaz de decorar uma regra de gramática, nem talvez conjugar um verbo mais difícil. Geografia, cujo professor era o Sr. Gustavo Enge, história, e coisa que até hoje não consegui me explicar, trigonometria, eram minhas matérias prediletas. Vivia um pouco afastado dos colegas, sem amigos, mas já nesse tempo a vida me ensinara rudemente os seus perigos, pois aos dez anos feri a vista direita, e perdi toda a visão, e daí o meu martírio de criança, proibido de ler, e ouvindo através da porta de meu quarto, a recomendação ansiosa: - Apague a luz, que você fica cego...<sup>4</sup>*. Desobediente à preocupação materna, mas submisso à sua vocação, continuava a ler, todas as noites, até três ou quatro da manhã. A essa altura já descobrira os russos e vivia entre os heróis de Dostoiévski, de Puchkine, de Gorki, Gontcharof, Tolstoi, Leskov e muitos outros.

Completa o quarto ano ginásial em Campinas e a família transfere-se para a Capital em 1913. Depois de breve curso no Ginásio Silvio de Almeida, entra para a Faculdade de Direito no ano seguinte. Não chega a terminar o primeiro ano, pois contrai tifo e vai se curar em Campos do Jordão. Depois repete o primeiro ano do curso de Direito, o que o salvou do temido trote acadêmico. Acreditava ter nascido pintor. Mas, solicitado a escrever no jornal das Arcadas, que cursou entre 1914 e 1918, acabou por agradar aos leitores. O jornalzinho se chamava “Floreal” e Cornélio Penna auxiliou a fundá-lo, em companhia de Luis Filipe do Rego Rangel, Getúlio Paula Santos, Jefferson Ávila Júnior, Hamilton B. Pinheiro da Cunha e Boaventura Dias Barreto. Sua colaboração nesse periódico, que é quinzenário, consiste em alegorias, gênero que pretende criar, feito de decoração e simbolismo.

Suas saudades da São Francisco, porém, não estavam no mesmo patamar afetivo daquelas sentidas de seus tempos em Campinas. De quase duzentos colegas, lembrava-se de poucos, “*pois não conseguia me fazer aceitar por eles, e hoje vejo como tinham razão: eu devia ser*

---

<sup>(4)</sup> Idem, *ibidem*.

*incrivelmente aborrecido com a minha intensa literatura, que não me deixava viver simplesmente, como todos os rapazes de minha idade, pois não podia separar a minha vida imaginária, presidida pela desgraça dos fatos, da vida de estudante de Direito. Não posso compreender como consegui passar todos os anos, é verdade que com as notas mais baixas de minha turma, alcancei o diploma de bacharel. Mas, mesmo assim, levei uns vinte e muitos anos certo de que tinha sido reprovado no exame final, pelo Professor Cardoso de Melo Neto, que era a minha **bête noire**...<sup>5</sup> Há bem pouco tempo foi que verifiquei que tinha sido aprovado na matéria dele, e mandei vir o meu diploma... ”<sup>6</sup>.*

Sua vida profissional é bastante confusa. A partir de 1920, como jornalista, presta serviços a jornais também confusos, como o “*Combate*”, de Caio Monteiro de Barros e a “*Razão*”, do Comendador Matos. Em seguida, a convite de Figueiredo Pimentel II trabalha como redator de banca de “*O Jornal*” de Assis Chateaubriand, mas interrompe por três vezes esse vínculo.

Entre 1925 e 1926 admitido como 3º oficial no Ministério da Justiça, considera-se medíocre funcionário, mas faz boas amizades como Téo Filho, Abbadie de Faria Rosa e Silvio Elia. Chega a morar em São Paulo, em 1941, à rua Ministro Godoi, 657, em companhia da mãe, para que esta fique próxima à maior parte dos filhos. A mãe falece em 1943 e nesse mesmo ano ele volta para o Rio de Janeiro. Ali permanece até sua morte, em 12 de fevereiro de 1958.

Profunda a vida interior desse romancista circunspeto, reservado, intensamente religioso no melhor significado dessa condição de criatura vinculada ao Criador. Em 1935 fora comungar no Mosteiro de São Bento e retorna à prática da religião católica, a qual abandonara na juventude. Entendia que a solução para todos os homens, seria comparecer

---

<sup>(5)</sup> O Professor Cardoso de Melo era o titular da disciplina Direito Internacional Privado. Por achar que havia sido reprovado por ele, Cornélio Penna desinteressou-se de colação de grau e formatura. Só muitos anos depois é que veio a tomar conhecimento da aprovação e mandou buscar seu diploma nas Arcadas.

<sup>(6)</sup> Idem, p. LVIII.

**voluntariamente**, no sentido de espontaneidade, perante Deus. “*Desse contato sairá a salvação do mundo, porque estou convencido de que as soluções individuais é que determinarão o aparecimento das soluções gerais. Não é a humanidade que está errada, é o homem..*”<sup>7</sup>.

Continua correto o asserto de Cornélio Penna. Não é a humanidade, ficção da retórica, mas a criatura humana, na concreção de seus paradoxos, que não sabe conferir um destino mais nobre à sua história. É mediante o resgate de ensinamentos perenes, como os contidos na vida e obra de Cornélio Penna, que talvez se valide o reencontro de cada qual consigo mesmo.

*Em “Fronteira”, que Tristão de Ataíde considera o “romance da Santidade falhada, ou antes, da sede de santidade insatisfeita e incompreendida”<sup>8</sup>, encontra-se o clamor de Cornélio Penna por uma alma nova. Rumo a essa alma nova, defronta-se ele com uma porta desconhecida: “E devagar, furtivamente, abro a porta para entrar no mundo novo que se acha atrás dela, ao encontro dos homens e das mulheres cujas vozes chegam mais distintas, sabendo que nada poderei oferecer-lhes, a não ser as minhas mãos gastas, meu corpo cansado, minha alma usada e sem destino”<sup>9</sup>.*

---

<sup>(7)</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>(8)</sup> ALCEU DE AMOROSO LIMA, sob o pseudônimo “Tristão de Ataíde”, na Revista *Fronteiras*, Recife, novembro de 1936.

<sup>(9)</sup> CORNÉLIO PENNA, “Fronteira”, *cit.*, p.13.

## A TEXTUALIDADE CONTIDA DE GRACILIANO RAMOS

Fábio LUCAS

Pretendemos alimentar este estudo com algumas idéias inspiradas em Lotman e na Escola de Tartu, particularmente na *Semiótica da Cultura*, a que tivemos acesso mediante tradução espanhola: **Semiótica de la Cultura**, Madrid, Ediciones Cátedra, 1979, trad. de Nieves Méndez). A Cultura, na lição de Juric M. Lotman, é por essência dirigida ao olvido; logra vencer o esquecimento transformando-se num dos mecanismos da memória.

A Cultura se apresenta como informação não hereditária que as sociedades humanas recolhem, conservam e transmitem. Assim, memória não hereditária manifestada em determinado sistema de obrigações e prescrições. Na acepção de Lévy-Strauss a Cultura começa quando se estabelecem regras.

A linguagem (como a Cultura) se manifesta:

1. como um sistema de comunicação;
2. que se serve de signos;
3. em que os signos estão organizados.

Distinguem-se três tipos de linguagem:

- a) natural (ex.: o português);
- b) artificial (ex.: o código de trânsito);
- c) secundária (ex.: a arte).

Para Lotman, “A arte é um sistema de modelização secundária” (SMS). A arte atua como super-estrutura da linguagem natural, pois, a partir desta se conformam os sistemas culturais: arte, literatura etc.

L.Hjemslev adverte que “não podemos conceber nenhuma outra forma de existência do que a que nos é dada pela língua”. Essas noções e citações constam do trabalho de Jorge Lozano, que organiza a *Semiótica de la Cultura de Juric M. Lotman*. Seguimos o seu caminho, adaptando algumas informações ao nosso objetivo.

A Cultura um sistema plurilíngue. Por exemplo, as relações entre o sistema verbal e o sistema icônico. Daí temos o plurilinguismo cultural. O escritor pode, por sua vez, escolher determinado gênero, determinado estilo ou tendência artística, com os quais pensa dirigir-se ao leitor.

A transcodificação de uma língua para outra está na base do funcionamento comunicacional da Cultura. Neste ponto, podemos contemplar a seguinte sequência:

a) o aprendizado da língua materna: sabidas as regras, a criança aprende a gerar os seus próprios textos;

b) o aprendizado da língua estrangeira: introduzem-se na consciência do aprendiz determinadas regras.

No primeiro caso, funda-se a Cultura como um aglomerado de textos. São **culturas textualizadas**, que se originam da expressão.

Já no segundo caso, a Cultura se apresenta como metatexto. Orienta-se pelo conteúdo. Aqui predomina a lei. Verificam-se as **culturas gramaticalizadas**.

A cultura gramaticalizada repousa sobre o Manual, que proporciona regras para produzir um número infinito de objetos. Opera-se a execução da lei, pois a justiça é mais importante. É como se correspondesse à máxima latina: **pereat mundus et fiat justitia**.

A cultura textualizada, por sua vez, repousaria sobre o Livro (sagrado), conjunto de textos que produzem modelos a imitar.

Tomemos pequeno desvio. A Cultura ibérica, na lição de Américo Castro. (**España en su Historia - o Cristianos, Moros y Judios**, Buenos Aires, Ed. Losada, 1948), reúne contribuições de três formas de

existir - a cristã, a árabe e a judaica - cujos princípios básicos se encontram em obras escritas, cujos princípios modelam “a forma hispânica de vida”.

Segundo Américo Castro a História pode ser vista como a biografia de um povo. Deve-se evitar o anedotário infinito para se tentar escrever a História. Os fatos não são História, mas índices ou sintomas dela. Enfim, o que existe de mais original e universal do gênio hispânico origina-se em formas de vida forjadas em novecentos anos de contextura cristã-islâmica-judaica.

O que nos interessa apontar os livros básicos daquelas culturas, a Bíblia (Antigo e Novo Testamento), o Alcorão e o Torá, como obras escritas, vertidas em letras. O panorama traçado por Américo Castro serve também para o Português, como língua e cultura. A nossa remota herança européia advém de culturas que se remetem a livros escritos. Assim, o que nos veio de sagrado está mais na escrita do que na oralidade. Como intentamos por em foco a obra de Graciliano Ramos, lembremo-nos do modo sacral com que o ficcionista tratava a escrita.

O complexo de impulsos linguísticos e de informações visuais compõe a Cultura Textualizada próxima da língua natural, aquela aprendida no berço, coordenadora da formação psicofísica do indivíduo. Língua e Cultura coincidem e envolvem a mente, o pensamento e a ação. A Cultura Textualizada é tão íntima e natural que se compara à própria circulação do sangue.

Já a Cultura Gramaticalizada empolga-se com as regras. É uma espécie de Livro das Leis. Vem do aprendizado dos deveres. Constitui uma cultura hipercodificada. Se o idioma materno é o equivalente da Cultura Textualizada, os demais idiomas adquiridos compõem a Cultura Gramaticalizada. São usados mentalmente condicionados às regras. Assim, no ensino, uma coisa é conhecer a língua materna; outra é empregar a língua estrangeira.

Diferentemente da língua natural, as línguas artificial e secundária são adquiridas como regras. A arte se sujeita ao código do gênero, da tradição, do fazer transmitido.

Graciliano Ramos cultivou a arte da escrita como um grave e sofrido esforço de atingir a perfeição. Fez da escrita, entretanto, um marco distintivo da oralidade. A sua inibição discursiva levou-o, a burilar o estilo, distanciando-o da efusão retórica da oralidade. A sua textualidade se vê comprometida com a norma e a noção do dever.

Voltando ao prefácio de Jorge Losano, temos que o Direito Romano se reporta mais às regras para cada caso, excluindo-se os desvios; já a **Common Law** anglo-saxônica apresenta generalidades, e se realiza na interpretação: resolvem-se casos análogos de modo análogo.

A. Moles, citado por Jorge Solano, propõe diferenciar a **cultura sistemática** (equivalente à cultura erudita) da **cultura mosaico** (equivalente à cultura popular).

Lotman aventa a hipótese de que o ato de comunicação não se restringe a uma transmissão passiva de informação, mas chega a ser uma **tradução**, uma recodificação da mensagem.

Pode não ocorrer perfeita comunicação, devido à interferência do **ruído**. Que vem a ser o ruído! Na lição de Lotman, na Teoria da Informação se denomina **ruído** a irrupção da desordem, da entropia, da desorganização na esfera da estrutura da informação. Quanto à escrita, a deterioração material do livro, a intromissão do censor, etc. constituem fatores de ruído no canal da comunicação.

Com a obra de Graciliano Ramos temos uma configuração peculiar da textura cultural. Ele desejou introjetar no tecido da cultura literária herdada da fonte portuguesa os sinais colhidos da cultura regional. Quis “abrasileirar” a língua portuguesa para fins narrativos, sem renúncia do modelo sintático. Prescindiu, de certo modo da codificação anterior, calcada no molde português. No fundo, proporcionou a “criolização” dos conteúdos culturais herdados. Trata-se da **mestiçagem** própria da cultura brasileira, sujeita a um plurilinguismo de nascerça.

A Graciliano Ramos acode dupla tradução. A primeira vem da passagem do registro oral para o registro escrito. Sua inibição para o diálogo ou para a manifestação em público era notória. Muitos admitem

que o consumo do álcool lhe proporcionava uma expansão comunicativa perante os outros.

No **Memórias do Cárcere**, em variados episódios, ele exprime a incapacidade para a manifestação improvisada diante de qualquer auditório. Assim se exprime no cap. 3 da Segunda Parte, “Pavilhão dos Primários”:

*“Homem rural, desconfiado e silencioso, propenso a estender-me em compridos monólogos, admirava-me do Coletivo, das lições especialmente da perícia daqueles citadinos na exposição de idéias em conversas simples e claras. Não conseguiria manifestar-me assim. De ordinário a expressão me fugia, decompunha-se o pensamento, e era uma tortura vencer a estupidez, procurar dizer qualquer coisa gaguejando um vocabulário escasso miserável. Na manhã luminosa, olhando postes e fios, prédios cinzentos, arvoredo e morro, ainda uma vez me aniquilei no pasmo que a palavra falada sempre me causa. (Memórias do Cárcere, vol. 1, Rio, Record, 1992, p. 219).*

A última sentença diz tudo; “o pasmo que a palavra falada sempre me causa”. Ademais, era-lhe difícil concentrar-se no discurso alheio. É o que comenta no mesmo capítulo:

*“Em geral discursos de quinze minutos me dão sono e bocejos. Tenho uma espécie de indiferença auditiva, só compreendo bem o que vejo escrito”. (ob. cit., p. 220).*

Para bem ajustar a qualificação da prosa de Graciliano Ramos, devemos, portanto, levar em consideração a “indiferença auditiva” e a afirmativa: “só compreendo bem o que vejo escrito”. O mundo das letras o seu exclusivo território intelectual.

Mais adiante, ao relatar a amizade que travou com Rodolfo Guioldi, se disse impressionado com a habilidade, expositiva do companheiro:

*“E a voz calma não se alterava, as idéias afluíam rápidas, o contexto me dava a impressão viva de prosa armada laboriosamente, no papel.” (ob. cit., p. 242).*

Ainda uma vez o cenário da palavra escrita. Mais tarde. Graciliano Ramos se aborrece ao ser interpelado pelo orador, e se defende na qualificação exclusiva de escritor:

*“Rodolfo se dirigiu a mim, meio descontente. Soubera que eu o considerava bom orador e aborrecia-se:*

*- Não faço discursos. Apenas converso.*

*- É o diabo. Certas palavras se acanham imerecidamente, respondi. Gosto de dar a elas o sentido exato. Não julgo oradores os que declamam solecismos e lugares-comuns. Aqui no Brasil há uma birra como a sua: ninguém quer ser literato, não sei porquê. Eu me considero literato, literato ordinário.” (ob. cit., cap.6, pp. 242-243).*

O impasse verbal aumentava ao defrontar-se com estrangeiros. Julgava-se de “língua perra” e “orelha dura”:

*“O meu desejo era ler apenas; a língua perra e a orelha dura me impossibilitavam relação verbal com estrangeiros. Desviando-se da letra, o meu juízo murchava.” (ob. cit., cap. 8, p. 249).*

Quem se familiariza com a Semiologia da Cultura sabe que cada segmento cultural vem a ser um universo de textos, um cruzamento interminável de peças textuais de origem diversa.

Graciliano Ramos procurou aprofundar-se na **cultura mosaico** (A. Moles) para levar a riqueza desta à **cultura sistemática**, sujeita a estudada mestiçagem.

Nas **Memórias do Cárcere** expõe uma anedota que traduz mais do que qualquer outro exemplo o plurilinguismo brasileiro:

*“Lembrei-me de um caboclo da minha terra, impelido ao sul finda a ilusão da borracha. De regresso, com chapéu de abas largas, roupa de casimira e relógio, esse tipo me dissera:*

*- 'Vossa mercê não imagina. Em São Paulo, há um bando de línguas. Língua Bahia, língua Mato Grosso, língua Paraná. São diferentes da nossa, mas o senhor entende. O que ninguém entende é a língua Japão: essa é uma língua filha da puta”.*  
(*ob. cit., vol. II, p. 177*).

Assim sendo, estamos acompanhando o primeiro exemplo de “tradução” de Graciliano Ramos: o que transita da oralidade para a expressão escrita. Existe outra: a que passa do popular para o erudito vale a pena transcrever trecho de carta que ele enviou a Heloísa Ramos, a 1º de novembro de 1932:

*“O S. Bernardo está pronto, mas foi escrito quase todo em português, como você viu. Agora está sendo traduzido para brasileiro, um brasileiro encarecido, muito diferente, desse que aparece nos livros da gente da cidade, um brasileiro de matuto com uma quantidade enorme de expressões inéditas, belezas que eu mesmo nem suspeitava que existissem. Além do que eu conhecia, andei a procurar muitas locuções que vou passando para o papel. O velho Sebastião, Otávio, Chico e José Leite me servem de dicionários. O resultado é que a coisa tem períodos absolutamente incompreensíveis para gente letrada do asfalto e dos cafés. Sendo publicada, servirá muito para a formação, ou antes para a fixação da língua nacional. Quem sabe se daqui a trezentos anos eu*

*não serei um clássico? Os idiotas que estudarem gramática lerão S. Bernardo, cochilando e procurarão nos monólogos de seu Paulo Honório exemplos de boa linguagem.” (cf. Graciliano Ramos de José Carlos Garbuglio, Alfredo Bosi e Valentim Facioli, S. Paulo, Ed. Ática, 1987, p. 49).*

Nada mais explícito do que “Agora está sendo traduzido para brasileiro”. Rever seus trabalhos foi a preocupação constante do escritor. De preferência no objetivo de cortar. Chegou a imaginar o corte extremo, até atingir a página em branco.

Daí ter-se tornado, entre nós, um Clássico. No entendimento de muitos (André Gide, por exemplo), Clássico é a arte da litotes. Litotes, conforme reza o dicionário de Augusto Moreno, é a figura da retórica pela qual se diz pouco para fazer entender muito. É o recurso da exiguidade. Marca a tendência ao silêncio, ou seja, à página em branco. Segundo informa Gilberto Mendonça Teles, “o culto do **Silêncio** faz parte de um ritual iniciático dos pitagóricos que só recebiam na sua sociedade os indivíduos que houvessem passado pela prova do silêncio: ficar dois a cinco anos sem dizer nada”. (**A Retórica do Silêncio**, S. Paulo, Cultrix/MEC, 1979, p.9). Adiante, comenta o ensaísta:

*“Ler é fazer falar os silêncios da linguagem. No espaço em branco do jornal lê-se a marca da censura. No espaço escrito do texto, lê-se nas entrelinhas, inteligentemente, o signo da liberdade criadora”. (ob.cit., p. 10).*

Em nossa pesquisa da textualidade de Graciliano Ramos, o que sentimos a gramaticalidade como estilo de vida e, conseqüentemente como estilo literário. Probo, exigente e obsessivo, fez da criação um duro ofício de redução fenomenológica e de compactação lexical. Achegando-se à oralidade, evitou de todos os modos a improvisação e a discursividade no sentido mais pejorativo dos termos. De certo modo, a sua criatividade somente prosperou nos canais da mais alta rigidez, de tenaz procura da

essência. Usou da linguagem natural para, recodificando-a, modelar uma arte narrativa de extrema secura e de máxima comunicação verbal. Foi capaz de gerar um metatexto próprio, de grande originalidade.

Resta-nos rebuscar a modelagem contextual que envolveu Graciliano Ramos. Da leitura dos textos autobiográficos, **Infância** (1946) **Memórias do Cárcere** (1953), tiramos o seqüestro da palavra ao menino e ao adulto. Sobre o primeiro, o menino, imperou a cena familiar, patriarcal e fundiária. Contra o segundo, operou a segregação e a censura política. Ambas as situações mutiladoras visavam ao silêncio da vítima.

A interdição da palavra vem da nossa herança escravagista. Ao cativo, tornado objeto, cumpria castrar o uso tanto do corpo quanto do espírito.

Já a censura é a arma tradicional das ditaduras, atrás das quais lateja o interesse econômico.

Graciliano Ramos muitas vezes refere-se sua incapacidade de diálogo e de exposição oral. Refugiou-se na escrita para traduzir o mundo interior e externar sua opinião.

A personagem Fabiano é emblemática: tem monólogos soltos, às vezes de revolta e de protesto. Mas na hora de manifestar-se ou de agir, recuava. Como no caso do soldado amarelo: após ser insultado, agredido e preso, quando se lhe oferece a ocasião de revidar, de cortar a cabeça do agressor, retrai-se resmungando “governo é governo”. Na sua irresolução, dá suporte à ética da dominação. Ao prestigiar a “lei”, a “ordem” e o “governo”, sofrendo o ímpeto contestador, reforça a **cultura gramaticalizada**, de codificação rígida, não obstante a intencionalidade sufocada.

**Infância e Memórias do Cárcere** retratam uma cultura baseada no domínio da propriedade. Representam literariamente o memorialismo artístico, homólogo, na sua configuração, ao formato institucional que textualiza o capitalismo. Naquele Nordeste, de riqueza basicamente fundiária, os agentes sociais guardavam estreito enquadramento, apresentando-se de fluida mobilidade no espaço, dadas as contingências

ambientais, mas, ao mesmo tempo, de viscoso deslocamento na escala social. Alta gramaticalidade, baixa textualidade.

A obra de ficção de Graciliano Ramos não deixa de duplicar o modelo cultural, pois, no fundo, recodifica os fornecimentos culturais, buscados na linguagem e na conduta das personagens. Todavia, no hibridismo estilístico, consegue impor a dicção original do autor, o seu idioleto, de elevado apuro formal e enorme poder de comunicação. A dura presença ideológica da gramaticalidade não sufoca nem alcança a criatividade que, aliás, enfrenta as regras como desafio e estímulo.

## BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Américo, **España en su Historia Cristianos, Moros y Judios**, Buenos Aires, Ed. Losada, 1948.

GARBUGLIO, José Carlos. BOSI, Alfredo, FACCIOLI. Valentim, **Graciliano Ramos**, S. Paulo, Ática, 1983.

LOTMAN, Juric, **A Estrutura do Texto Artístico**, Lisboa, Editorial Estampa, 1978, trad. de Maria do Carmo Vieira Raposo e Alberto Raposo.

\_\_\_\_\_ **Semiótica de la Cultura**, Madrid, Ediciones Cátedra, 1979, trad. de Nieves Méndez.

LOSANO, Jorge, "Introdución, a Lotman y la Escuela de Tartu", em LOTMAN, Juric M. **Semiótica de la Cultura**, pp. 9-37.

RAMOS, Graciliano, **Vidas Secas**, Rio, Liv. José Olympio, 1938.

\_\_\_\_\_ **Memórias de Cárcere** (2 voIs), 25ª ed., Rio, Record, 1992.

TELES, Gilberto Mendonça, **A Retórica do Silêncio**, Cultrix/MEC, 1979.

## AVÓS REBELDES NA LEMBRANÇA DE SEUS NETOS

(Centenário de um sonho monarquista na Estrada  
de Ferro Araraquarense)

Paulo BOMFIM

*Os dormentes da estrada inda galopam;  
Não são potros, nem rios, nem fazendas  
Onde chegar com malas e moendas  
De triturar vazios, e onde tocam*

*Sanfonas em varandas que hoje evocam  
Os mortos, as partilhas, as contendas.  
São apenas dormentes, quase lendas,  
Demandas e fronteiras que provocam*

*O cismar de meninos já crescidos.  
Só paisagens subindo na mangueira,  
E apitos em mourões apodrecidos.*

*Não são rios, nem potros, são crianças,  
É fumaça vestida marinheira:  
- Sonhai dormentes: Silenciai lembranças!*

Fui criança ouvindo contar histórias da ferrovia que transportava lembranças de nossa família e a saudade dos que nela trabalharam.

O neto de um velho operário da Companhia de Estrada de Ferro de Araraquara, contou que o avô ao morrer, pediu para ser cremado e que as cinzas fossem espalhadas ao longo daqueles trilhos.

O movimento cujo centenário celebramos, tem as origens bem estudadas pela historiadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti, no livro “Os Subversivos da República”, sendo também exaustivamente pesquisado pelo professor Osmar Gobatto, em obra ainda inédita intitulada “A Revolta Monarquista de 1902 no Estado de São Paulo”. Segundo ele, o movimento em Araraquara, surge de dois clãs: o de Carlos Batista de Magalhães e sua parentela de Arrudas, Freitas, Pitombos e Quadros, e dos Corrêas.

No centenário da revolução monarquista que embalou minha infância com os lances e as peripécias de uma família perseguida pelas forças republicanas, a figura de seu chefe cresce diante dos descendentes.

Carlos Batista de Magalhães, nasceu em Niterói em 30 de Junho de 1848, filho de Francisco Carlos Magalhães, natural do Porto, e de Bernarda Rodrigues Monteiro, bisneta de Francisco Rodrigues, Sargento-Mor de Guaratinguá.

Oriundo de família rica, estudou no Colégio Pedro II onde foi colega de Joaquim Nabuco e de Rodrigues Alves. Os três meninos participariam mais tarde da vida republicana com os corações fiéis à memória de seu Imperador.

*Se um século passou de sua morte,  
E o banimento fez-se pranto e bruma,  
A saudade imperial nasce da espuma,  
Que a nave foi deixando além da Corte.*

*As barbas brancas, o sereno porte,  
E os olhos cor do céu para onde ruma  
A lembrança do sonho que se esfuma  
Ao som do mar bramindo o canto forte.*

*Canto da terra, canto da saudade,  
Prece nascida sob a dor do exílio  
Que a todos exilou de uma verdade.*

*E Pedro é pedra basilar segundo  
A voz da História que retoma o brilho,  
O dom de Pedro retornando ao mundo.*

Quando o pai perde a fortuna, Magalhães toma-se viajante de casas comerciais indo parar em uma de suas andanças, em Araraquara onde se casa em 31 de Janeiro de 1874, com Leoncia Arruda de Freitas, filha de Justino Corrêa de Freitas, comerciante e farmacêutico, descendente do Capitão-Mor Antonio Corrêa de Lemos que foi Governador da Capitania de São Vicente em 1703, e de Ana Arruda filha do tropeiro Jesuino de Arruda e de Gertrudes de Arruda Lara, oriunda dos velhos troncos dos Arruda Leme e Almeida Lara.

Em 1876, Carlos Batista de Magalhães planta os primeiros cafezais da Fazenda Himalaia, que seria doada à filha Elisa (Zilota) e ao genro Sebastião Lebei. Em 1723, um antepassado de Zilota, o bandeirante Sebastião Sutil de Oliveira, pesquisou, juntamente com o frade Frutuoso da Conceição, ouro na serra de Araraquara. Daí o nome de “Estação do Ouro” onde o “Himalaia” se localizava, ao lado da fazenda “Santa Helena” de propriedade dos sogros de Magalhães.

Seis anos mais tarde ele cria, juntamente com José Cesário Bastos e Lino Jardim, o Clube Araraquarense. Em 1890, desgostoso com a República, embrenha pelo sertão em companhia do filho Nhonhô, ainda adolescente, e formam a Fazenda Cucuí.

No dia 17 de Setembro de 1895, o Presidente do Estado, Dr. Bernardino de Campos, tendo como Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o Dr. Teodoro Dias de Carvalho, concedia pelo Decreto nº 310, “licença a Guilherme Lebeis e Lara, Magalhães & Foz por si ou companhia que organizarem, para a construção e exploração de uma estrada de ferro de bitola de um metro entre trilhos, ligando a cidade de Araraquara à Vila de Ribeirãozinho” que, futuramente, passaria a se chamar Taquaritinga. Curiosamente, a Estrada de Ferro Araraquarense e o Partido Monarquista, nascem no mesmo ano!

Carlos Batista de Magalhães, primeiro presidente da ferrovia, juntamente com Antônio Lourenço Corrêa, João Borba, Rogério Pinto Ferraz, Antônio José do Nascimento, Antônio de Toledo Piza e outros companheiros de administração, inauguram em 12 de Outubro de 1898, as estações de Araraquara, Cruzes (Cesário Bastos) e Itaquê, (Bueno de

Andrade). Em 7 de Dezembro de 1901, os trilhos alcançariam a vila de Ribeirãozinho (Taquaritinga), realizando a primeira etapa de um grande sonho.

A partir de Ribeirãozinho, abria-se a nova marcha dos dormentes. Em Junho de 1912, tocavam Rio Preto e, a partir daí só a barranca do Rio Paraná deteria o ritmo das locomotivas devoradoras de distância.

Ao fundar a estrada de ferro, um dos primeiros atos do presidente Carlos Batista de Magalhães foi mandar fundir em suas oficinas, o medalhão com a efígie do Imperador Pedro II, recentemente falecido.

Contemplando essa relíquia que hoje se encontra no Museu do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sinto-me transportado àquele Agosto de 1902, quando os revoltosos, escolhendo o dia 22, aniversário de Araraquara, deflagram o movimento romântico que teria o professor Rafael Corrêa da Silva, da Faculdade de Direito de São Paulo, como ideólogo, e Carlos Batista de Magalhães seu capitalista e arregimentador de homens.

Magalhães sempre foi monarquista. Minha avó Zilota contava-me das idas, quando menina, ao Paço Imperial, levada pelo pai, para tomar a bênção do Imperador.

Quando da República, induzido por seus amigos, ingressou no Partido Republicano Paulista, mas a saudade do Império não o deixava em paz, e acaba jogando a fortuna e o prestígio pessoal numa aventura impossível.

Marcado por simpatia pela causa monárquica, o nome de Carlos Batista de Magalhães se dilui no texto do Decreto 310 de Setembro de 1895, aparecendo apenas como um dos sócios da Casa Bancária de Lara, Magalhães & Foz. O prestígio que o capitalista alemão Guilherme Lebeis gozava entre os republicanos paulistas, coloca-o simbolicamente à testa da companhia que se organizava para explorar a nova ferrovia.

No casamento de Guilhenne Lebeis com Escolástica de Arruda Botelho, (Sinharinha), entra na igreja carregando as alianças a menina

Lucila, filha do prócer republicano Cerqueira Cesar, e futura esposa do jornalista Julio Mesquita.

Conta Carlos Pinto Alves, que deflagrada a insurreição, vários membros da família, com seus apaniguados, invadem Matão, Santa Ernestina e Dobrada em cavalgadas na frente das quais, tremulava a bandeira imperial.

A conspiração que teria se iniciado em 1890, com o Imperador ainda vivo, perderia sua maior motivação com ele morto.

Em meio ao sebastianismo que agitava São Paulo, a “Carta aos Paulistas” que Francisco Glicério publica em “O Estado de São Paulo” de 11 de Julho de 1897, é a radiografia da crise que se aproximava e separaria para sempre, dois líderes da República: Prudente de Moraes e Glycério.

Quatro anos mais tarde, a ala de Campos Salles propugnando pelas candidaturas de Bernardino de Campos e Rodrigues Alves, se chocaria com Julio Mesquita que lutava pelos nomes de seu sogro Cerqueira Cesar e de Prudente de Moraes.

Nesse terreno oscilante, com o descontentamento campeando nos quartéis e na lavoura, entre o empastelamento de jornais e perseguições contra aqueles que ousavam discordar do regime, a nostalgia do Segundo Reinado arrastava seu manto sobre cidades e fazendas paulistas.

Segundo o historiador Edgar Carone, a revolta seria “resultado de uma aliança de várias tendências, que desgostosas com a situação política, se unem para derrubar o governo de Campos Salles e Bernadino de Campos.

Incentivados pelos dissidentes paulistas, monarquistas e militares, os revoltosos pensam que obteriam o apoio das classes comerciais e populares que ainda sofrem as graves conseqüências da política e das crises que se sucederam desde 1900”.

Maria de Lourdes Mônico Janotti afirma em sua tese que “embora civis e militares conspirassem a nível nacional, o movimento de 1902 foi predominantemente monarquista e paulista”.

Durante alguns dias, a bandeira do Império que acompanharia meu bisavô até o fim da vida, voltou aos mastros de Ribeirãozinho, onde seus correligionários Joaquim Mateus Corrêa, Leonardo Botelho e João Toledo Lara implantam um “Governo Provisório”.

A revolução que deveria eclodir também em outras cidades, foi sendo sufocada pela legalidade. Apenas Espírito Santo do Pinhal, manteria seu compromisso com a monarquia, e onde mais de oitocentos homens tomam a Câmara Municipal, a cadeia, e a estação da Estrada de Ferro Mogiana.

Terminado o levante, principia a caçada aos revoltosos que se refugiavam na mata virgem que acompanhava os trilhos da Araraquarense, perseguidos por ordem do chefe de polícia José Cardoso de Almeida.

Soldados invadem a casa de vovó Donana que, tranqüilamente em sua cadeira de balanço, aguardava os acontecimentos. Um tenente pergunta a ela se era sogra de Carlos Batista de Magalhães e mãe de Leão de Freitas. Ela acena com a cabeça e prossegue se balançando.

- A senhora é sogra do Dr. Pitombo e avó de Nhonhô?  
Responde que sim.

- Sabe onde estão escondidos?

- É claro que sei, responde.

- E onde então?

Donana aponta para o armário dizendo:

- Estão naquela gaveta.

O tenente enfurecido pede explicações, e a matriarca serenamente diz:

- Soldado, você já viu mãe denunciar filho? Pode me matar que não conto.

Pouco depois, os militares se retiravam enquanto a filha do tropeiro Jesuino de Arruda prosseguia se balançando na cadeira austríaca de palhinha.

Em 15 de Setembro, o Procurador da República, Bernardo de Campos, apontava como chefes da insurreição em São Paulo, dois professores da Faculdade de Direito, Rafael Corrêa da Silva e Francisco Penaforte Mendes de Almeida; Tomaz Sebastião de Mendonça e Leonardo Botelho, em Ribeirãozinho; Rafael Sampaio e José Inácio de Camargo, em São Carlos do Pinhal; José Aranha, em Campinas; Pedreira Cerqueira, João Sertório e o Barão de Mota Paes em Espírito Santo do Pinhal; e Carlos Batista de Magalhães e Antônio Lourenço Corrêa, em Araraquara.

Carlos Batista de Magalhães, foi preso e enviado ao Rio de Janeiro onde amargou seis meses de prisão, sendo depois libertado por influência de seu colega no Colégio Pedro II, o Presidente Rodrigues Alves.

Vinte e sete anos mais tarde, uma fotografia amarelecida tirada no Parque da Água Branca, registra o momento fugaz onde Carlos Batista de Magalhães, sua neta Lourdes e o bisneto Paulo, com três anos de idade, contemplam a câmara, com olhos de indagar.

O velho revolucionário passava às mãos do descendente, o amor às causas impossíveis.

*(Oração pronunciada no Instituto Histórico Geográfico de São Paulo no dias de outubro.*

*Na ocasião falaram também a Dra. Nelly Martins Ferreira Candeias, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico, a escritora Adelaide Magalhães, o Desembargador Sérgio Marcos Pitombo e o advogado José Carlos Dias, netos desses avós rebeldes que há um século viveram um sonho monarquista na Estrada de Ferro Araraquarense.)*

## A ABOLIÇÃO DOS ESCRAVOS NO CEARÁ\*

João Plutarco Rodrigues LIMA\*\*

Atendendo ao que determina os Estatutos, este é o mês que cabe a representação do Ceará as honras da reunião.

Desde que entrei neste seletto clube era o meu propósito trazer um pouco do episódio histórico que fez o Ceará libertar os seus escravos em 1884, isto é, quatro anos antes da Lei que fez livres os escravos no Brasil.

O assunto me parece pertinente, já que o país vive o dilema de uma esperada reforma agrária que já se arrasta por décadas e, como sabemos, o problema vai se tornando explosivo sem que existia uma solução à vista. A questão fundiária existente na época da abolição e o da reforma agrária atual continuam sem solução: continuamos no mesmo passo retrógrado de uma agricultura latifundiária e agora anti-ambientalista quando o mundo civilizado nos dá o exemplo benéfico de uma política agrícola moderna.

Mas, meus prezados irmãos e cunhados, embora sem querer alongar-me com assunto na sessão de hoje, não posso deixar de referir a longa e árdua luta dos emancipadores contra a página negra da escravidão.

No período da regência, a 7 de novembro de 1.831, o gabinete composto por Lima e Silva, Braulio Muniz e Costa Carvalho propos e foi referendado por Diogo Feijó, lei que considerava livres todos os escravos que entrassem em território ou portos do Brasil. Como se vê desde

---

(\*) Palestra preferida no Clube 21 – Irmãos Amigos em 19-05-96.

(\*\*) Médico e ex-professor universitário.

novembro de 1.831 já existia lei contra o regime escravo porém não cumprida pela classe dominante. Esta simples lei de 1.831 teria praticamente anulado a escravidão no Brasil, para o bem do nosso desenvolvimento. Este mesmo padre Diogo Feijó pedia, seis anos depois, em 1.837, uma lei de colonização para tornar desnecessária a escravidão. O apelo apenas aguçou a furia dos escravagistas que governavam o Brasil. A resistência oferecida pelos que viam na escravisão a forma única do desenvolvimento foi longa, pois o decreto do Marques do Pombal libertando negros e mestiços do território português, valeu apenas para o Portugal europeu. O combate inglês ao tráfico que se inicia em 1.807 impõe ao governo de D. João VI medidas “eficazes” para eliminá-lo. As protelações e os descumprimentos por parte de Portugal levaram aos ingleses a firmarem o tratado de 18 de Julho de 1.817 que permitia a marinha inglesa vistoriar qualquer embarcação portuguesa, embora houvesse reciprocidade. Esta reciprocidade, comentada por Oliveira Lima, é reduzida a nada, devido a superioridade naval da Inglaterra. Em 1.817, data do tratado é também a gloriosa data da nossa revolução republicana. Os revolucionários de Pernambuco escreviam que era necessário a emancipação e o extermínio do cancro da escravidão embora o quisessem de forma “lenta, regular e legal”. Portanto, o presidente Ernesto Geisel ao proclamar 1979 uma abertura “lenta e gradual” ao regime militar, não inovou em nada quanto ao nosso espírito “cauteloso” para resolver problemas fundamentais.

A resistência imposta pelo interesse dos escravagistas brasileiros levaram a Inglaterra a editar a chamada Bill Aberdeen de 8 de agosto de 1.845, lei que consistia em verdadeiro absurdo do ponto de vista do direito internacional por permitir de forma unilateral a busca de navios de outras nacionalidades e que, ainda, eram submetidos a juristição do Almiranhado britânico. O curioso de tudo isto é que a importação de braço africano ao invés de cair, subiu. Passou de 10.000 em 1.845 a 50.000 em 1.848 e provando a força e a coragem do interesse.

Quando se examina a luta pela emancipação dos escravos do Brasil, constata-se que o poder escravagista era tal, que gerava episódios pitorescos como o verficiado com o projeto do deputado Silva Guimarães. Pretendia o ilustre abolicionista, entre três propostas, que “o escravo

casado não pode ser vendido ou alienado de qualquer forma sem que o acompanhe o cônjuge, sob pena de nulidade da alienação”. E entre os argumentos apresentados, o mais forte dizia respeito ao aumento do adultério, caso não fosse coibida a separação do casal. O curioso é a Igreja nunca ter se manifestado sobre o assunto, apesar de insistir em que “o que Deus uniu, o homem não separa”.

Até o Imperador, embora timidamente, na Fala do Trono em 1.871, dizia que “considerações da maior importância aconselham que reforma da legislação sobre o estado servil para que não continue a ser uma aspiração indefinida e incerta. É tempo de resolver esta questão e vossa esclarecida prudência saberá conciliar o respeito à propriedade existente com esse melhoramento social, que requerem nossa civilização e até o interesse dos proprietários”. Como se vê, era voz corrente que a extinção no regime escravagista era uma imposição do progresso, conforme se constatou com imigração que se avantajou após a “Lei áurea”, criando em clima saudável de progresso em todo o país.

Mas, de positivo dessa Fala do Trono, resultou a Lei número 2.040 que determinava que “os filhos de mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre”. Comentando tempos depois, dizia Joaquim Novaes que, embora “imperfeita, incompleta, injusta e até absurda, como nos parece hoje, essa lei foi nada menos que o bloqueio da escravidão”. Naturalmente, os nascidos livres a partir da citada lei, somente adquiririam a liberdade ao 21 anos, sendo educados “na escravidão durante o tempo em que se formam o caráter moral, a inclinação e os hábitos dos indivíduos”. Joaquim Nabuco inicia a partir daí o que se chamou o abolicionismo radical, não mais o gradativo e moderado. Considerava ele que os nossos homens de Estado desejavam que a escravidão de desfizesse insensivelmente. “Era o respeito ao sagrado direito de propriedade e o estúpido medo de escangalhar a economia rural”.

A presença de Joaquim Nabuco na luta emancipadora, como filho do engenho de açúcar, era a adesão ao movimento libertador da Casa Grande inteligente. Desaparece a timidez na voz dos abolicionistas no Parlamento. Imediatamente a Joaquim Nabuco se unem André Rebouças,

Gusmão Lobo, Joaquim Serra, que no dizer Eváristo de Moraes “formando com as graças da inteligência, com as louçanias do estilo e com a riqueza da cultura, o cenário parlamentar de seu tempo”.

Era este, meus caros irmãos e cunhados, o clima do Brasil após a guerra do Paraguai. Era esse o palco onde se desenvolvia a luta em favor da liberdade não só como um bem da humanidade mas como fator de progresso.

E foi neste ambiente de luta e de radicalismo que passaremos a contar a participação do Ceará.

O próprio desenvolvimento das atividades pastoris impediram que o Ceará fosse um núcleo nacional da escravidão negra. Conta o Barão de Studart que os negros não se prestavam, nem eram resistentes às atividades para os grandes rebanhos. A importação da mão escrava se deu para o trabalho nas minas de Cariri. Somente no início do século XIX é que o governador Sampaio solicitou para o Ceará, em fevereiro de 1.818, a graça de poder importar escravos da África como havida sido concedido a outra Capitania, (se preferia ao Pará). De qualquer maneira o número de escravos no Ceará, embora superior a algumas provinciais do Nordeste, era bem inferior as do Sul brasileiro. Segundo dados de Pandiá Calágeras em 1.819 tinha o Ceará 201.710 habitantes e desses 55.439 eram escravos portanto 27,5%, quando no Maranhão já se contava 55,5% de população escrava.

Estes elementos são apresentados apenas para demonstrar a importância do ato de 1.884 que libertou os escravos no Ceará, pois o reacionarismo da época argumentou que o Ceará não tinha escravo e o episódio não teve qualquer repercussão no país. Seria o mesmo que dizer que, se o Piauí fizesse agora uma reforma agrária radical, o fato não teria nenhuma ressonância ao Movimento dos Sem Terra.

Pode-se dizer que o Ceará participa na longa campanha abolicionista com toda a força tanto da política como da inteligência. O padre Martimiano de Alencar pai do famoso escritor e político cearense José de Alencar era decididamente favorável a substituição dos escravos por colonos. Em 1.858, a resolução número 1.254 sancionada pelo presidente da Província do Ceará, Diogo Cavalcante de Albuquerque, autorizava o

Executivo a “depender a quantia de quinze contos de réis com a emancipação do 100 escravos que forem nascendo, de preferência do sexo feminino, os quais serão libertados na pia (baptismal): cem mil réis cada um” Dava-se o regulamento dos procedimentos. A Comissão nomeada para fiscalização da execução, pelos membros ilustres que a compõe, atesta a disposição da gente cearense para a causa da abolição: o padre Thomaz Pompeu de Souza Brasil (Senador Pompeu); D. Domingos Nogueira Jaguaribe (Visconde de Jaguaribe), Joaquim da Cunha Freire (Barão de Ibiapaba); José Francisco Albano (Barão de Aratânia), todos nomes que honraram a pátria e as letras nacionais, desde cedo, inteligentemente, a serviço da causa da liberdade e do desenvolvimento. É importante assimilar, muito importante para a época e pouco compreendido hoje, é que a medida também teve o apoio dos próprios proprietários de escravos que baixaram o preço com forma de colaboração, fato assinalado pelo Senador Pompeu em seu relatório final. Outro fato merecedor de menção é o que levou o presidente da Província, no Palácio do Governo, a 2 de Dezembro de 1.869, data do aniversário do Imperador, a libertar 33 escravos, noticiado pelo periódico “Jornal de Fortaleza” em 5 de Dezembro daquele ano. A Comissão acima referida, designou, nos diversos municípios cearenses, outras comissões (municipais) para efetivação da medida imposta pela Lei nº 1254. Pela relação delas, verifica-se a participação de juizes, padres, médicos o que demonstra toda a tendência do Ceará para esse movimento humanitário e liberal. Mas ao envolvimento oficial se seguiu ao da criação das múltiplas sociedades, que eram agrupamentos sociais de pessoas importantes, acima dos partidos políticos, que se batiam pela abolição.

A fundação da mais ativa de todas – Sociedade Libertadora – foi presidida pelo futuro Senador João Cordeiro que criou a “Sala do Aço” onde os membros juravam a defesa dos princípios e acima dos mais terríveis compromissos. “Além da propaganda, o grupo criou um jornal também chamado de “O Libertador” e era constituída por cidadãos que, posteriormente, tiveram ação importante na política republicana.

A Sociedade Libertadora estendeu o seu poder para o lado dos trabalhos da capatazia dos portos cearenses – Fortaleza, Aracati e Camocim.

O movimento entre os capatazes foi chefiado por um trabalhador preto que por esforço próprio obtivera sua alforria, Francisco Nascimento. Este extraordinário Jangadeiro chefiou a primeira greve portuária que recebeu apoio de todos os abolicionistas principalmente do grupo chefiado pelo futuro senador João Cordeiro. O movimento foi iniciado a 27 de Janeiro de 1.881 e terminou vitorioso em 31 de Janeiro. O lema vitorioso foi “No porto do Ceará não se embarca mais escravos”. O chefe jangadeiro foi cognominado de “Dragão do Mar” que passa a integrar o grupo de Libertadora. Em outra oportunidade em Agosto do mesmo ano de 1.881 nova tentativa de embarque de escravos e novo movimento que, desta vez, contou com o apoio do Comando da Força Policial do Estado que se recusou a agir contra os libertadores.

Muitos fatos e muitas lutas ainda poderiam ser narradas: a visita de José do Patrocínio ao Ceará mostrando à posteridade o significado da campanha que se desenvolveu no bravo estado nordestino. José do Patrocínio encontrou-se com o “Dragão do Mar” sob os aplausos da multidão que lotava o Passeio Público onde se realizou o grande comício. Em seguida, os municípios do Ceará começam a libertar o seus escravos.

Finalmente a 25 de Março de 1.884, em sessão solene com a presença do presidente da Província, Satiro de Oliveira Dias, ao lado do D. Joaquim José Vieira o nosso querido padre Vieira e dos cônsules estrangeiros credenciados, foi anunciado pelo presidente que: A província do Ceará não possui mais escravos.

A grande notícia logo toma conta do país e no comício comemorativo no Largo da Carioca, José do Patrocínio cognomina o Ceará de “Terra da luz”.

Joaquim Nobuco afirma em artigo publicado na imprensa do Rio que “O que o Ceará acaba de fazer não significa, por certo ainda o Brasil da liberdade, mas modifica tão profundamente o Brasil da Escravidão, que se pode dizer que a sua nobre província nos deu uma nova pátria. A imensa luz acesa no Norte há de destruir as trevas do Sul. Não há quem possa impedir a marcha dessa claridade”.

**BIBLIOGRAFIA**

- 1 – GIRÃO, Raimundo. **A Abolição no Ceará**. Publicação da Secretaria de Cultura do Ceará, Fortaleza, 1969.
- 2 – NOBUCCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Instituto Progresso Editorial S.A., São Paulo, 1949.
- 3 – FROTA, D. José Tupinambá. **História de Sobral**. Pia Sociedade de São Paulo, 1952.
- 4 – MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste**. Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1937.
- 5 – Morel, Edmar. **Dragão do Mar. O Jangadeiro da Abolição**. Edição do Povo Ltda., Rio de Janeiro, 1949.

## MARIÁTEGUI, POTENTADO DO PENSAMENTO MARXISTA

Gabriel KWAK

Não resta dúvida de que o socialista peruano José Carlos Mariátegui (1895-1930) foi uma das maiores cerebrações da historiografia internacional. Suas atuações como ensaísta, jornalista cultural, cronista, poeta, dramaturgo, professor das Universidades Populares Gonzalez Prada (UPGP) - ensinando a operários -, ativista político e fundador do Partido Socialista Peruano e da *Confederación General de los Trabajadores Del Peru* (CGTP) são as múltiplas faces de seu talento poliédrico.

Mariátegui nasceu em meio à grande efervescência nos círculos operários, com greves, organizações anarquistas etc. Logo, passou a freqüentar amiúde as confrarias literárias e se aproximou do poeta Abrahan Valdelomar. Exerceu intensa atividade jornalística, sempre contra os governos, o que lhe valeu perseguições políticas, prisões etc.

Foi reconhecido como o maior nome do pensamento marxista latino-americano. Empregava categorias de Marx para examinar a realidade da América Latina. Também seguia as pegadas do pensamento político de Lenine.

Tomaram-se célebres suas polêmicas com o revolucionário Haya de la Torre, ex-parceiro de jornadas políticas. Os dois divergiam quanto às táticas e estratégias revolucionárias mais acertadas. O contato de Mariátegui com a realidade européia (já que viveu de 1919 a 1923 entre França, Itália e Alemanha) constituiu um divisor de águas em sua vida.

A obra de Mariátegui traz subsídios valiosos para se repensar o conceito de nação, além de reunir argumentos substanciais em prol da

liberdade sindical. Faz-se respeitar, assim, como formulador de coordenadas para a organização da união das classes proletárias.

Também identificou em civilizações primitivas germes socializantes. “[Mariátegui] atribui grande importância às tradições coletivistas dos incas como elemento favorável ao desenvolvimento do comunismo entre as massas camponesas da região andina”, reconhece Michael Löwy, no livro *O Marxismo na América Latina*.

Como Mao Tsé-Tung, o sociólogo peruano acreditava na força do campo como ponta de lança de uma revolução proletária. Outro ponto nuclear de seu esforço teórico a problematização da questão indígena. Sua obra mais acatada, o clássico *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana* (único livro do autor traduzido para o português) vai até as raízes desse problema.

Para Mariátegui, não existe pleito mais nacionalista e vanguardeiro no Peru do que a luta pela causa indigenista. Em seu país os contingentes indígenas eram nada menos do que 4/5 da população. Por isso, em artigo de jornal intitulado *Nacionalismo y vanguardismo en la ideologia política* (novembro de 1925), o autor chama atenção para os tempos pré-coloniais da História do Peru. Ao dizer que “o passadismo contenta-se, entre nós, com frágeis lembranças galantes do vice-reinado”, Mariátegui quer salientar que a “peruanidade” não tem na colonização espanhola seu ponto de partida.

Com essas felizes observações, o pensur peruano desconstrói o discurso nacionalista dos reacionários, que se reportavam a um passado falso que eles queriam ver restaurado. Ademais, Mariátegui considera que, nos povos política ou economicamente coloniais, socialismo e nacionalismo são corda e caçamba. Menciona como exemplo disso as lutas populares pró-independência na China, Turquia e Egito dos anos 20. Ou seja, países em que o movimento contra o modo de produção capitalista se confundiu com as agitações contra o imperialismo.

Por ocasião do segundo aniversário da revista mensal *Amauta*, por ele fundada em setembro de 1926, escreveu um editorial salientando uma vez mais a filiação da publicação às causas socialista e indigenista.

Nessa oportunidade, Mariátegui advogou a necessidade de uma redefinição do que se entende pelos termos “revolução” e “esquerda”.

Nesse editorial, o mestre peruano propugna uma sociedade socialista nos moldes indo-americanos, esconjurando um sistema socialista europeia, fruto de uma mera importação. Nessa ordem de idéias, repeliu também o “reformismo”, bastante em voga na Europa desse período. Aliás, anos atrás, alhures, Rosa Luxemburgo marcou época ao se bater contra essa tendência.

Também reitera nesse texto seu compromisso histórico com o materialismo filosófico e com o empiricriticismo, ao recusar enxergar as contradições por uma lente por demais metafísica, ao repelir as “desventuras estéreis (...) de espíritos incapazes de aceitar e compreender a época”.

Seria bastante fecunda uma redescoberta do trabalho de Mariátegui, ou até mesmo uma descoberta, visto que o autor é pouco cultivado no Brasil. Até porque seus textos são claros, curtos e grossos, em linguagem jornalística, no lugar da linguagem monográfica, nem sempre atraente.

## BAILES E VALSAS NO BRASIL OITOCENTISTA

Samuel PFROMM NETTO\*

Da mesma forma que não existe na Europa uma certidão de nascimento da valsa, ignora-se qual foi o ano preciso em que ela surgiu no Brasil. É de se presumir que as valsas vieram para cá com d. João VI em 1816, quando a corte portuguesa se transferiu para o Rio de Janeiro. Datam das primeiras décadas do século 19 o início, entre nós, do interesse pela música de câmara e para piano e a difusão da dança e da música vocal de salão, assim como da ópera (Castagna, 1994).

Não se deve perder de vista que já em meados do século 17 o eixo econômico do Brasil deslocou-se do nordeste para o centro-sul, graças à expansão da mineração e à crescente importância que o porto do Rio de Janeiro passou a assumir nesse novo contexto, para o escoamento das riquezas da capitania de Minas Gerais. A sede do governo-geral, que até então estava em Salvador, na Bahia, foi transferida para o Rio. Salvador deixou, assim, de ser a capital, mas perdurou como a segunda cidade brasileira até o século 19. É, pois, no Rio de Janeiro e em Salvador que os pesquisadores devem buscar os primórdios da valsa entre nós. E também em São Paulo, como veremos adiante.

De acordo com Nizza da Silva (1994), no Brasil anterior à vinda da Corte portuguesa, “as danças de salão eram pouco freqüentes, preferindo os brancos adotar o *lundum* ou *lundu* dos negros. Depois, nas casas aristocráticas tornaram-se os bailes mais freqüentes e as danças eram as mesmas que em França ou Inglaterra”. O Brasil passou a dançar, então,

---

(\*) Prof. aposentado da USP e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Academia Paulista de História.

além das danças européias mais tradicionais, as quadrilhas, polcas, xotes, mazurcas... e valsas, valsas e mais valsas, tanto as que vinham da Europa como as primeiras valsas de compositores nacionais. Cabia ao dono da casa a indicação a cada dançarino da dama com quem devia dançar. Este costume foi observado entre nós por estrangeiros, se bem que comumente houvesse um mestre-sala para os homens e uma mestra-sala para as damas.

*Qualquer baile, e principalmente aqueles a que assistiam membros da Família Real, obedecia a um ritual claramente definido pela etiqueta da época. Tocava-se a sinfonia de abertura e determinadas pessoas abriam o baile. Seguiam-se minuetes, contradanças, valsas, “ril”, de acordo com a ordem estabelecida pelos mestres-sala. Era norma seguida por estes dar às damas um par diferente para cada dança (Nizza da Silva, op. cit., p. 238).*

Depoimentos de estrangeiros que estiveram no Brasil oitocentista, como Lindley (1802), Mawe (1809), Tollenare (1817), Denis (1819) e Maria Graham (1821), referem-se a festas e bailes nas primeiras décadas do século 19 em Salvador, nos quais se dançava ao som das músicas européias de então. Lindley diz que “em algumas casas de gente mais fina ocorriam reuniões elegantes, concertos familiares, bailes e jogos de cartas”. O inglês Mawe (1809-10) contrasta o Rio de Janeiro com Salvador, assinalando que na sociedade baiana havia mais finura, polidez, variedade e “gosto pela música”. Tollenare, que visitou Salvador em 1817, alude a danças que presenciou, como a gavota, a alemanda e danças inglesas. Denis, a propósito de residências baianas que visitou em 1819, refere-se às freqüentes reuniões de danças e música que se davam naquelas casas, assinalando que as danças em voga eram as inglesas, começando porém a aparecer as de França (cits. em Pinho, 1970). A inglesa Maria Graham (1821) conta que nas casas por ela visitadas em Salvador a sala tinha um espaço vazio destinado às danças, havendo sempre um piano, um violão ou ambos. Relata ainda que assistiu a uma festa na casa do consul britânico em Salvador, na qual, após um desentendimento com

os músicos, as danças passaram a ser animadas por algumas damas ao piano e a festa prolongou-se até depois da meia-noite (Graham, 1990).

Em 1830 Carolina Joanico de Callado, bisavó de Afonso Arinos de Mello Franco, descreveu a ceia e o baile particular oferecidos na Bahia ao seu marido e ao presidente da província. As danças foram alternadas com canto e piano e bandas militares tocaram nos jardins na residência do promotor de festa. A ceia foi servida às três da madrugada.

Pinho (op. cit.) menciona as recordações de Silva Lima sobre *soirées* baianas nas quais eram dançadas a mazurca e as quadrilhas francesas, por volta de 1840. Mais detalhados e esclarecedores a respeito das festas e danças na Bahia são, no entanto, os registros do príncipe Maximiliano da Áustria, que em 1860 compareceu a um baile oferecido pelo cônsul de seu país. Cadeirinhas conduziam convidados. Outros iam a pé, os homens em suas casacas negras e as mulheres em *toilettes* elegantes, como uma dama baiana que “caminhava elegantemente com plumas flutuantes e ampla crinolina” (Pinho, op. cit., p. 41). Maximiliano refere-se expressamente às valsas e quadrilhas dançadas na festa:

*No vasto salão oval, decorado com muito gosto, iniciaram-se as danças por uma quadrille d'honneur, que acabou em animada roda ou movimentada marcha... A civilização baiana não se apropriou do ritmo apressado de nossa valsa alemã, que é dançada em compasso moderado. Quando conduzi a bela dama com suas plumas de avestruz (a mesma que vislumbrara em caminho quando me dirigia para a festa), e quis dançar com ela uma arrebatada valsa no estilo vienense [o itálico é nosso], quase ela me desmaia nos braços (Pinho, op. cit., p. 42).*

Nas *memórias da viagem de SS. MM. às províncias da Bahia...* etc. (1859-61), acha-se o registro da ceia e do baile oferecidos pela Associação Comercial a d. Pedro II e sua esposa em Salvador no ano de 1859. No salão de baile feéricamente iluminado, compareceram 160 damas

e 600 cavalheiros. De acordo com um jornal, após a retirada de d. Pedro e sua consorte por volta da meia-noite, “as danças ainda continuaram, sem o protocolo da corte, com quadrilhas e contradanças, valsas e polcas até três horas e tanto da madrugada, quando foi servido o chocolate (Pinho, op. cit., p. 325-326).

No mesmo ano de 1859, a sociedade pernambucana recebeu igualmente suas majestades, homenageando-as com um baile oferecido no Recife pela Associação Comercial, a que compareceram 2000 homens e 600 damas, tendo d. Pedro II, nessa ocasião, dançado com as damas mais distintas de Pernambuco. Outro baile que ficou na história foi o do aniversário do Clube Pernambucano em 1864, “nos salões do elegante palacete do sr. Comendador Sarmiento, onde funciona o clube... inundados de luz e flores, e as senhoras cobertas de rendas, bicos e brilhantes distribuídos graciosamente, sobre as mais elegantes e ricas *toilettes*. A primeira quadrilha [foi dançada] às nove e meia da noite; o galope final às três da madrugada. Entre uma e outro, dançaram-se os quinze números programados.” (Pinho, op. cit. p. 75-77). Nos bailes dos salões nordestinos, pouco a pouco, as valsas passaram a fazer parte das músicas tocadas e dançadas no século 19.

A província de São Paulo figura de maneira simpática nas lembranças registradas pelo inglês John Mawe, pelo sueco Gustavo Beyer (1813) e pelo barão de Eschewege (1820). O depoimento deste último é de maior interesse, pois se refere às valsas: Acrescente-se a essas informações as que aludem à meia dúzia de grandes bailes paulistas, realizados no período que vai de 1846 a 1877, assim como as observações sobre os bailes paulistanos feitas pelo jovem poeta Álvares de Azevedo na sua correspondência, ora elogiosas, ora em tom sarcástico. O inglês John Mawe esteve na capital paulista em 1809-10, pouco após a migração da família real portuguesa ao Brasil. Tece rasgados elogios às mulheres paulistas, famosas por todo o Brasil por seus atrativos e amenidades, “sóbrias, amantes da dança e da música, vivazes e graciosas.” Referindo-se aos jantares de que participou, guardou recordações amáveis da dança, da música e do jogo após as refeições. Quanto a Gustavo Beyer, devemos-lhe observações acerca de um jantar oficial que lhe foi oferecido,

“com concerto e brilhante baile”, assim como de festas que tiveram lugar em Santo Amaro, correndo as horas entre canto, música e dança, com serenata à noite, e a um baile numa chácara, com 150 convidados. Neste último, os intervalos da dança foram preenchidos com modinhas brasileiras e outras músicas e cantos. A festa estendeu-se até às três horas da manhã.

As lembranças de Eschewege, anotadas por F. Sommer, referentes ao ano de 1820, talvez sejam o mais antigo registro da dança da valsa no Brasil, merecendo, pois, transcrição aqui. Trata-se de um baile realizado em 1820, comemorativo do aniversário do futuro d. Pedro I e oferecido pelo governador paulista Oeyenhausen (João Carlos Augusto D’Oeyenhausen Gravenburg, marquês de Aracatí, 1776-1838):

*Primeiro se ofereceu aos convidados chá e grande quantidade de doces... Em seguida a orquestra começou a usar os seus instrumentos em música de dança. A francesa era então ainda desconhecida. Dançava-se somente a écossaise (Schottich) importada da Europa. Tinha-se bem ouvido falar da valsa alemã, mas o fato de abraçar as damas era tido por inconveniente, como a senhora Melo Franco contou ao seu patrício Eschewege, que por isso não se aventurou a com ela arriscar-se a essa dança, e seu marido que a outra dama solicitou uma valsa recebeu uma recusa. Também a orquestra não acertava os compassos da nova dança, se bem que Eschewege tivesse assobiado para ela dez vezes a melodia da valsa “Ach, du lieber Augustin”... Dançou-se até meia-noite, depois do que serviram-se os mais delicados refrescos. Depois da festa, centenas de negros com librés coloridas esperavam as senhoras diante do palácio do governo, a fim de conduzi-las para casa nas cadeirinhas pintadas e douradas, ou nas redes tecidas artisticamente (apud. Pinho, op. cit., p. 90).*

Uma carta enviada de São Paulo por Azevedo Marques, o *Mestrinho*, a um irmão residente em Santos, no ano de 1824, dá notícia de um baile oficial na capital paulista, no qual foram dançadas contradanças e “uma valsa” (Rezende, 1954).

Perduram registros a respeito de grandes bailes ocorridos em São Paulo desde 1846 até 1877. O primeiro e o segundo, ambos em 1846, estão ligados à grande festa oferecida a d. Pedro II e a d. Teresa Cristina, um deles promovido pelos capitalistas paulistas por ocasião do aniversário da imperatriz e o outro realizado na casa de d. Gertrudes Galvão de Oliveira Lacerda Jordão, na esquina das ruas Direita e São Bento. De 1851 é o baile presidencial oferecido pelo baiano José Tobias Nabuco de Araújo, presidente de São Paulo em 1851-52 e pai de Joaquim Nabuco, no palácio do governo. Em 1866 o maestro, compositor e professor Emílio do Lago, natural de Mogi Mirim, à frente da orquestra do teatro de São José, para o deleite dos paulistanos, executa valsas, quadrilhas e aberturas de óperas etc. É de 1868 um sarau literário-musical seguido de baile, nos salões da Sociedade Concórdia, no qual, além das danças e de solos e duetos, o estudante Castro Alves declama versos do poema inédito “Os escravos” e o menino Henrique Oswald toca piano. Em 1874, a sociedade paulista dança na residência do senador Barão de Souza Queiroz, na esquina da rua do Ouvidor (posteriormente José Bonifácio) com a rua São Bento, em baile oferecido ao Conde d’Eu e esposa. Novo baile em homenagem ao Conde d’Eu, em regozijo pela inauguração da estrada de ferro São Paulo-Rio de Janeiro, tem lugar no palacete da Assembléia Provincial em julho de 1877. Em setembro do mesmo ano, por ocasião da inauguração de uma área ajardinada aberta aos fregueses, a casa “Stadt Bern” (esquina da rua de São Bento com a de São José, atual Líbero Badaró), entre copos de cerveja, apresentou a orquestra do antigo teatro São José, que, além de outras músicas, tocou “a nova valsa *Jungfrau*” (Martins, 1973, p. 211). Na capital paulista “amiudavam-se, certamente, as reuniões e os bailes; as salas abriam-se com mais freqüência; o retraimento cedia à sociabilidade”, observa Pinho (op. cit., p. 107). Mais e mais os pares rodopiavam ao som de valsas do século dezenove.

Na correspondência familiar do poeta paulista Álvares de Azevedo (1831-1852), de retorno a São Paulo em 1848 após os anos em que

viveu e estudou no Rio de Janeiro, há várias referências a festas e bailes de que participou, nas quais o tom predominante é negativo: “nunca vi um lugar tão insípido como hoje está São Paulo.” Moteja dos “bailes de meia tigela” paulistanos, que terminavam antes da meia-noite, embora elogie alguns deles, como o realizado na residência dos Sousa Queiroz. A despeito disso, não deixa de freqüentar os bailes das sociedades Concórdia Paulistana, Filarmônica e Assembléia Paulistana, conquanto declare que não dança e que é “inimigo de prestar-me ao debique passeando com madamas.” Curva-se porém, à formosa e elegante condessa de Iguaçú, à Bela: “achei muito imã nessa realidade risonha que aí corria *valsando* [o grifo é nosso], dançando, passeando – incansável e incansada sempre.” Refere-se a Maria Isabel de Alcântara Brasileira, filha da marquesa de Santos e de d. Pedro I. As salas da marquesa de Santos se abriam freqüentemente, nos palacetes do Acu e do Carmo, para festas, recepções, reuniões dançantes, bailes mascarados, em meados do século 19 (Azevedo, 1976).

Em correspondência à irmã, datada de 1865, Alfredo de E. Taunay alude às moças e aos bailes de Campinas. São do autor de “Inocência” estas frases:

*As moças daqui [Campinas] são muito amáveis, conversam animadamente; já tivemos convites para diversos bailes e saraus.*

*A nossa permanência em Campinas tem sido a mais agradável, já não sei a quantas festas, saraus, jantares e bailes temos assistido (apud. Pinho, op. cit., p. 103).*

Talvez surpreenda o leitor contemporâneo a notícia de que as valsas, da mesma forma que as mazurcas, polcas e xotes, faziam parte das danças e músicas dos carnavais de outros tempos. Menezes (1969), que relembra os bailes de máscaras no teatrinho existente no Pátio do Colégio, na Paulicéia de outrora, na segunda metade do século 19, reproduz trecho de um anúncio saído a esse respeito no jornal “O Correio Paulistano”. O anúncio convidava os paulistanos para os grandes bailes mascarados nas

quatro noites de carnaval. Tinham como uma das suas atrações “uma bela banda de música que executará brilhantes quadrilhas, *schottish* e valsas, terminando os bailes com o entusiástico Galope Infernal” (p. 82). O autor citado alude aos “pomposos e animadíssimos bailes carnavalescos na chácara pertencente ao comerciante Caetano Ferreira Baltasar (na qual surgiu um famoso grupo momístico, “Os Zuavos”) e aos bailes de máscaras promovidos no hotel das Quatro Nações, no Tívoli Paulistano e no Teatro São José. Bailes com valsas.

As apresentações públicas das bandas de música no século 19 geralmente brindavam o público heterogêneo que comparecia às retretas com as valsas mais apreciadas de então. Na capital paulista, atual Jardim da Luz (antes Jardim Botânico e Jardim Público a partir de 1838), lugar privilegiado para as reuniões mundanas desde a primeira metade do século 19, fazia-se ouvir a banda de música da sociedade particular musical Euterpe Comercial, com séde à rua da Imperatriz (hoje Quinze de Novembro), que contava com numerosos músicos pertencentes à colônia portuguesa local. A banda “tomava conta do coreto e deliciava os aristocráticos freqüentadores com o seu concertinho dominical” (Menezes, op. cit., p. 151). O clube Euterpe Musical teve papel importante na antiga São Paulo. “Promovia reuniões sociais, dançantes, cultivando a música e a boa conversação, além de ser ponto de jogos lícitos e de realizar festejos carnavalescos, mantendo escola para instrução elementar de música e dança e excelente banda de música” (Almeida, 1997, p. 39).

No pequeno Jardim do Largo do Colégio (hoje Pátio do Colégio), o público reunia-se aos domingos para aplaudir os concertos das bandas de música do Corpo de Bombeiros e do Corpo da Polícia Permanente (depois Força Pública e mais recentemente Polícia Militar). A mesma banda apresentava-se igualmente no coreto do Jardim do Largo do Teatro (posteriormente praça João Mendes), em concertos realizados às quintas-feiras e aos domingos (Milano, 1949). Entre outras bandas de música paulistanas do século 19 e início do século 20, vários autores se referem às da comunidade italiana (banda dos Bersagliere e banda Ettore Fieramosca); a banda alemã, ligada ao clube Germânia; a Giuseppe Garibaldi, de Vila Mariana; a Dezesseis de Julho, de Santo Amaro; a dos meninos do

Instituto Ana Rosa; a banda Guido Mônico; a Banda de Música Italiana, regida pelo maestro Vecchia; a Lira da Lapa; a XV de Novembro, igualmente da Lapa, que depois passou a ser a Banda dos Empregados de São Paulo Railway e por fim Corporação Musical Operária da Lapa (cfr. Vinci de Moraes, 1997, pp. 147-158).

Nas recordações que nos deixou a respeito de São Paulo de fins do século 19 e início do século 20, Americano (1957) lembra as idas à chácara aos domingos, quando os jovens comiam, caçoavam, riam e cantarolavam a *Valse Brune* de Georges Krier, com versos de Georges Villard (“C’est la valse brune des chevaliers de la lune”...), o *Ideal* de Tosti ou uma barcarola italiana. Recorda os concertos da banda da Força Pública no coreto do Jardim da Luz, das seis às oito da noite, uma vez por semana, sob a regência do maestro Antão, que tocava valsas de Waldteufel para “apreciadores de música de todas as classes sociais. Todos os homens, mesmo operários, usavam colarinho, gravata e chapéu, todas as mulheres usavam chapéu” (p. 220). As valsas também eram ouvidas nas operetas, na interpretação de companhias italianas – operetas como “*Os sinos de Corneville* [Planquette, 1877], *O vendedor de pássaros* [Zeller, 1891], *Gheisha* [Jones, 1896], *O camponês alegre* [Fall, 1907], *O conde de Luxemburgo* [Lehár, 1909], *A casta Suzana* [Gilbert, 1910] e outras no gênero vienense” (p. 251).

Nos começos do século vinte, as tocatas no Jardim da Luz corriam por conta da Banda da Força Pública, sob a regência do maestro Joaquim Antão Fernandes, aos domingos, das 18 às 20 horas. A banda executava “valsas de Waldteufel, Strauss e trechos de óperas, operetas e sinfonias”, de acordo com Penteado (1962, p. 51).

Apesar da escassez de informações disponíveis a respeito dos bailes e das valsas no Rio Grande do Sul, é de se crer que, tal como em outros pontos do país, a valsa paulatinamente se imiscuiu na música e na dança apreciadas pela gente jovem da querência gaúcha durante o século 19. Em Damasceno (1956) aqui e ali há indicações disto, em alusões a retretas de bandas militares nas ruas e nos coretos, a “festinhas íntimas” que se realizavam nas casas de famílias mais abonadas e que “invariavelmente terminavam com bailes movimentados e lutas mesas de doces”, a

apresentações de pequenas orquestras, a grandes bailes. Bailes de gala tinham lugar na *Soirée Portoalegrense*, “cujos salões se decoravam e ornamentavam de lustres, festões e guirlandas”, por volta de 1866. O teatro São Pedro abrigava, além das representações teatrais, espetáculos musicais. Às vezes, espetáculos mistos, que incluíam concertos, dramas e(ou) comédias. Uma dessas noitadas de arte, patrocinada pela Sociedade “Parthenon Literário”, que se empenhava na campanha abolicionista, teve lugar na Porto Alegre de 1869 e incluiu um concerto pela orquestra do maestro Joaquim José de Mendanha, que executou, entre outras músicas, a valsa de concerto de Petrelle denominada “O assédio de Leda”. As valsas compareciam igualmente nas apresentações de operetas por companhias francesas, em obras de Offenbach, Hervé, Suppé, Lecocq e outros, na segunda metade do século 19.

Eis como um jornal noticiou um baile realizado em 1860 na sociedade “*Soirée Portoalegrense*”, sob o patrocínio da sociedade alemã “*Liedertafel*”:

*Às dez e meia começou o baile, que durou sem interrupção até às três horas da madrugada. Como de jure, as quadrilhas francesas acharam-se em imperceptível minoria. Dançaram-se três em toda a noite... As valsas, polcas, mazurcas e xotes, todas essas ligeiras criações da coreografia do Norte, em que a imagem arrebatada do amor sincero e ardente se substitui no baile às metódicas combinações do galanteio superficial e plácido das nossas nações do Meio-dia, tomaram espaço a noite inteira, enchendo com turbilhões de graça e de harmonia o mal-acostumado salão da Soirée Portoalegrense. Realmente, esse dançar continuado, fêrvido, incessante, todo alma, animação e movimento, fazia contraste com as pálidas e compassadas reuniões da nossa sociedade dançante... (apud. Damasceno, op. cit., p. 352-353).*

## BAILES E VALSAS NA CORTE

Sede do governo geral do Brasil a partir de 1763 e do governo português que se transferiu para cá em 1808, o Rio de Janeiro se manteve como capital do Brasil independente de 1822 até 1960, quando a capital federal passou a ser Brasília. Principal centro político e administrativo brasileiro ao longo de quase duzentos anos, o Rio de Janeiro foi, durante todo esse tempo, igualmente um centro de intensa atividade social, cultural e artística que se irradiava pelas províncias, depois estados. No Rio dos tempos imperiais a dança e a música floresceram, revelando compositores e músicos, ensejando a criação de salões e sociedades, ampliando o gosto por bailes e serões, multiplicando os professores de piano e mestres de dança, os conjuntos musicais e as bandas de música. E as valsas conquistaram a capital do império.

Em meados do século dezenove, era grande o número de professores de dança existentes no Rio de Janeiro. Em outubro de 1840, Philipe Caton e esposa anunciavam o ensino de “todas as danças do costume”, quer em sua residência, quer em casas particulares e colégios. Prosperaram os negócios de impressão e da venda de partituras, ao mesmo tempo que partituras impressas no exterior eram oferecidas aos músicos e às famílias brasileiras. Bom número dessas partituras consistia em valsas – valsas importadas, vienenses, francesas, e valsas brasileiras.

A impressão musical só passou a ser feita no Brasil após a vinda de d. João e da corte portuguesa, caindo por terra a proibição que até então impedia a instalação e o funcionamento de tipografias entre nós. Esses primórdios foram precedidos pela vinda (e venda) de partituras impressas no exterior, muito embora as fontes disponíveis silenciem a esse respeito.

Tardamente introduzida no Brasil, a impressão de músicas vinha sendo feita na Europa desde a segunda metade do século 15. A primeira música impressa teria surgido na Alemanha em 1473, mas em 1476 Ulrich Hahn imprimiu um *missale*, reivindicando para si o pioneirismo na impressão musical. Hahn empregou blocos de madeira nos quais gravava as notas em alto relevo por meio de entalhe. O refinamento e expansão da

impressão musical ocorreram graças notadamente à invenção de novas técnicas como as gravações em chapas de cobre ou *intaglio* (desde o século 16), a impressão por meio de litografia (1796) e a fotolitografia, na segunda metade do século 19.

Os principais centros de impressão de músicas localizavam-se em Paris, Londres, Amsterdam, e, desde fins do século 18, principalmente em Leipzig e Viena. Companhias européias de editores e impressores, como a famosa firma Breitkopf & Härtel, fundada em Leipzig em 1719, exportavam suas partituras para o mundo inteiro. Elas por certo abasteceram o incipiente mercado brasileiro quando não havia impressão local e continuaram a fazê-lo mesmo depois, por longo tempo. É provável que os numerosos impressores dos Estados Unidos tenham igualmente fornecido partituras impressas aos brasileiros desde o século 19, como se verifica em velhas partituras de procedência norte-americana guardadas por famílias tradicionais ou à venda nos alfarrabistas. Os norte-americanos contavam com vários editores independentes, como as casas Harms, Remick, Witmark e New World, que no século 20 se uniram para formar a “Music Publishers Holding Corporation” (1929).

Naqueles tempos tão distantes que desconheciam as gravações sonoras, o rádio, o cinema e a televisão, a divulgação da valsa como forma de dança e gênero musical se fez por toda parte recorrendo a partituras impressas e a cópias manuscritas dessas partituras. Eram comuns, até as primeiras décadas do século vinte, os cadernos do tipo horizontal providos de pautas, nas quais os músicos profissionais e amadores copiavam diligentemente as valsas, mazurcas, polcas e xotes em voga, valendo-se da pena metálica encaixada na caneta e da tinta contida num tinteiro, pois inexisteram as canetas-tinteiro.

No minucioso estudo de Pequeno (1998) sobre a história da impressão musical no Brasil, lê-se que vários impressores brasileiros publicaram partituras de valsas na primeira metade do século 19. O francês Pierre Laforge, que iniciou no Rio de Janeiro em 1834 a impressão regular de peças musicais na sua “estamparia de música” à rua do Ouvidor, editou no Rio de Janeiro em 1837 as partituras das *Doze valsas para piano* de Cândido Inácio da Silva. Igualmente em 1837 João Bartolomeu Klier

publicou na corte a coleção *Terpsicore brasileira*, com partituras de valsas, danças etc. É de 1847 a *Coleção de doze valsas* de Francisco Xavier Bontempo, editada por Heaton e Rensburg igualmente no Rio de Janeiro.

Em 1846 foi instalada e passou a funcionar a Casa de Filippone & Cia., apontada por vários estudiosos como a “primeira verdadeira editora musical” do Rio de Janeiro. Filippone iniciou em 1848 a publicação de *O Brasil musical*, periódico que até 1875 editou partituras para piano e canto de mais de quinhentas obras, mantendo uma média de duas publicações por mês. Além de publicar peças avulsas, a editora de Filippone (Filippone e Tornaghi, a partir de 1855) lançou numerosos álbuns ou coleções de peças para piano, canto, flauta, concertina etc. Pequeno (op. cit.) refere-se a outras casas publicadoras de partituras no Rio de Janeiro da primeira metade do século 19, casas que presumivelmente teriam editado valsas, como, por exemplo, as firmas de Salmon (sucessora de Laforge e adquirida mais tarde por Narciso José Pinto Braga), J. J. do Rego e Frederico Briggs (mais tarde Briggs e Ludwig). Curiosamente, Mercedes Pequeno silencia a respeito de periódicos que divulgavam composições brasileiras (música e letra), como *Ramalhete das Damas* (1843), *A Marmota*, editado por Francisco de Paula Brito, que circulou até 1861, e o *Jornal das Famílias*, editado desde 1863, *Trovador, jornal de modinhas* (1869), *O Sorriso, jornal de modinhas* (1872) ou *Trovador Brasileiro* (1880). Parte significativa da produção brasileira de valsas teve agasalho nessas publicações periódicas do século 19.

No estudo de Pequeno (op. cit.) nada consta a respeito da impressão musical na Bahia. Siqueira (1979), entretanto, alude à existência desta desde os primeiros anos do Brasil independente. Menciona a “copistaria de música” de João Pereira em Salvador, que publicou modinhas, uma das quais traz na partitura impressa o ano de 1825. Em 1844 eram impressas partituras na copistaria de música situada na capital baiana à praça da Constituição, nº 59. Exemplos dessas antigas partituras impressas na Bahia fazem parte dos acervos da Escola [Nacional] de Música, no Rio de Janeiro, e da Biblioteca Nacional.

Pequeno não menciona igualmente os livros e álbuns que, desde meados do século 19, reproduziam músicas (e letras) de autores

nacionais, publicados pela Garnier, Quaresma, por Ribeiro dos Santos, Teixeira e outras editoras, com títulos como estes: *Trovador, Cantora brasileira, Nova coleção de modinhas, Cancioneiro popular brasileiro, Trovador de esquina, Lira de Apolo, Canções populares do Brasil, Lira popular brasileira, Álbum de modinhas brasileiras...*

A impressão e edição de partituras de valsas e músicas de outros gêneros teve sensível expansão no país durante a segunda metade do século dezenove, passando a abranger outras províncias, como São Paulo, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Sul. Algumas casas editoras brasileiras mandavam imprimir partituras no exterior, principalmente em Leipzig. No Rio de Janeiro, surgiram novos impressores-editores, como Mercês (1852), T. B. Dinis (1854), Severino, Januário da Silva Arvelos, Victor Préalles, Tiago Henrique Canongia, os Bevilacqua – Isidoro, Eugênio, Ângelo –, Narciso José Pinto Braga, Artur Napoleão, viúva Guigon e filho, Buschmann e Guimarães...

São Paulo contava com algumas oficinas que imprimiam músicas desde 1863, mas só no fim do século passou a haver impressão regular de partituras, iniciada pela firma de Henrique Luís Levy e filhos (Luís e Alexandre). Em Pernambuco a impressão musical teve início em meados do século 19, destacando-se em Recife a impressora de Victor Préalles, que deixou o Rio em 1871 para fixar-se na capital pernambucana. Em Recife e em Belém do Pará, em fins do século, ganhou notoriedade a casa publicadora de José Mendes Leite, que começou com a venda de instrumentos musicais em 1886 e mandava imprimir suas edições na Alemanha. A impressão inicial de partituras no Rio Grande do Sul está ligada à litografia de Carlos Bernardino de Barros e Raymundo Alves da Mota, que publicaram “músicas escolhidas e arranjos para piano e canto” a partir de 1855, segundo informação de Damasceno (1956).

A notável contribuição de Mercedes dos Reis Pequeno, principal fonte das informações aqui contidas, para o mapeamento da impressão musical no país, aguarda pesquisadores que, dando continuidade ao seu trabalho, busquem sistematicamente nas partituras, nos álbuns e nas revistas oitocentistas esse autêntico caudal de composições de outrora, muitas delas de extrema beleza e hoje em dia totalmente

ignoradas. Há valsas em profusão nesse conjunto, que merecem ser revividas, difundidas e apreciadas pelos que sabem prestigiar o que é belo.

Boa parte da obra de Pinho (1970) trata dos salões, bailes e festas na corte nos tempos do Brasil imperial. Dança, música, poesia, conversação, amores e mexericos reinavam nos salões. Os bailes eram concorridíssimos. Interessam-nos particularmente as menções que Pinho faz a respeito das valsas. Estas eram mais e mais referidas nos anúncios do século 19, por volta dos meados deste, um indício seguro da sua crescente popularidade. Em anúncio estampado pelo *Jornal do Comércio* em maio de 1840, o sr. Milliet informava os interessados que sua loja tinha à venda uma “coleção completa de valsas de Strauss e de quadrilhas de contradanças de Musard e Tolbecque, tudo com grande orquestra, ou separadamente para flauta, rabeca ou piano”. Acabava, além disso, de receber “um novo repertório de valsas e quadrilhas”. Outro anúncio, publicado pelo mesmo jornal em junho de 1841, sob o título *valsas da moda*, oferecia as seguintes partituras de valsas:

De Strauss: *Os foguetes; As rendas de Bruxelas; A coroação; Vozes pátrias; As rosas; Plomela; As homenagens; O arco-íris; A mais bela Gabriela e muitas outras.*

De Lanner: *Presburgo; Os sonhos de amor; As pátrias; O romper do dia e outras.*

De Labitzky: *Woronosoff; Lembrança de almanack; Júlia; Paulina; Elisa; Aurora etc.*

O anúncio acrescentava que “cada caderno dessas peças contém cinco a seis valsas além da introdução e todas compostas pelos famosos Strauss, Lanner e Labitsky, que neste momento gozam da maior fama neste gênero de composição. Preço 2\$ cada caderno, à venda em casa de E. e H. Laemmert, Rua da Quitanda nº 77.”

Valsava-se, pois, na corte, e ao som de valsas famosas. “A dança absorvia, então, com a música e o teatro, a alta sociedade. Dançava-se, dançava-se muito. Os bailes multiplicavam-se”, assinala Pinho (op. cit., p. 121). Mais adiante, a propósito de um baile da corte em regozijo pela

coroação do imperador, realizado em 1841, acrescenta, contudo que “a dosagem moderada das danças testemunha a cerimônia e o medo com que então procurava forçar as portas dos grandes salões a valsa deliciosa, mas ainda *parvenue*: para três contradanças francesas, somente uma valsa.” (p. 130). Em nota, Pinho acrescenta que nesse baile as princesas, nos intervalos das contradanças, valsavam com a marquesa de Maceió e as filhas de José Caetano de Andrade Pinto e José Maria Velho da Silva. Valsavam pudicamente. Pares femininos.

No mesmo ano de 1841, o *Jornal do Comércio* noticiou o baile oferecido ao imperador pela Sociedade Assembléia Estrangeira, para celebrar-lhe a coroação. Deu destaque às valsas e quadrilhas tocadas alternadamente pela orquestra dirigida por L. F. Milliet (maestro de orquestras de baile, compositor e professor de clarineta e guitarra), “que nessa noite fez executar algumas valsas e contradanças novas de sua composição que muito agradaram”. O baile, que terminou às quatro horas da manhã, reuniu mais de mil pessoas.

No parágrafo de abertura da obra que dedicou aos salões e damas do Segundo Reinado, Pinho (op. cit., p. 7) deixa bem claro que dançar não era a única arte que se praticava num salão. Neste, “esmeravam-se várias artes: a de receber ou preparar um ambiente de cordialidade e espírito; a de entreter a palestra ou cultivar o *humour*; dançar uma valsa ou cantar uma ária, declamar ou inspirar versos, criticar com graça e sem maledicência, realçar a beleza feminina nas últimas invenções da moda”.

Os bailes no Rio de Janeiro de meados do século realizavam-se “no Cassino Fluminense, no Cassino da Floresta, na Recreação Campestre, na Filo-Euterpe, em dezenas de outras sociedades e clubes dançantes”. Este trecho faz parte do capítulo “Tempo de valsa”, da biografia de Casimiro de Abreu por R. Magalhães Junior (1965). Prossegue o autor citado reproduzindo a indagação de um cronista daqueles tempos: “Se não fossem os bailes, que seria do bom povo fluminense?... A polca cederia terreno às valsas germânicas, que eram agora ameaçadas pela invasão das Schottisch, de origem também alemã... O conflito estava travado entre “a doidejante valsa, a estouvada polca e a cadenciada Schottisch.” Era indispensável ir ao baile com um par de luvas em estado

de novo. Não podia um rapaz tomar em suas mãos as de uma moça, como hoje, epiderme contra epiderme. Anunciado um grande baile, havia logo verdadeira corrida às luvarias” (pp. 113-114).

Pertence à história da valsa no Brasil um pomposo baile que teve lugar na corte em setembro de 1842, oferecido a um visitante ilustre: o príncipe Adalberto da Prússia. Nessa noite, o príncipe valsou pela primeira vez. Eufórico, registrou no seu diário de viagem: “Valsei!” O príncipe comentou que “essa expressão só podia ser bem apreciada, com seu justo valor, por quem, como ele, sem o menor jeito para a dança, se vira no meio da sala, a girar como um astro num sistema planetário, a esforçar-se por um equilíbrio que periclitava em mil tropeços, desde o apressado ritmo da música que voava avante como um fantasma e o arrastava, até os demais dançadores e os cantos da sala e a escorregadiça maciez do soalho” (Pinho, op. cit., p. 130).

Ao contrário do desajeitado e tímido príncipe prussiano, nosso segundo imperador gostava de dançar. Jovem, com pouco mais de vinte anos, em baile por ele oferecido, dançou todas as quadrilhas “e algumas valsas”. Solteiro, amigo de festas, segundo a expressão bem-humorada de Pinho, “esquentava as juntas em quadrilhas e valsas” e “não se retraiu quando o uniram em matrimônio político, que não quadrara bem a seu gosto pessoal” (p. 135). Em 1852, no concorrido baile de encerramento das Câmaras, d. Pedro dançou 19 vezes, tendo sido executadas, na ocasião, seis valsas, quatro xotes e vinte quadrilhas. O baile estendeu-se até às cinco horas da manhã. A propósito desse baile em meados do século, anota Pinho que “a valsa firmava seu império”. Enquanto d. Teresa Cristina claudicava no compasso cadenciado e volteava com cautela ao braço do seu par, o imperador “rodopiava com a bonita Viscondessa de Mont’ Alegre e com seu *flirt* Maria Eugênia Guedes Pinto”, a Mariquinhas Guedes, um “romancezinho quase inocente”. Mariquinhas dançou, assim, “com seu régio admirador... a valsa que aconchega”, atraindo “as vistas que criticam” e desafiando a malícia dos invejosos (p. 139).

A aristocracia da corte também dançou valsas no “Palácio de Cristal” de Petrópolis. Bailes suntuosos, concorridos. Foi num baile – o

baile da Ilha Fiscal – que a monarquia teve seu *requiem*: em meio a valsas, quadrilhas e polcas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N.M.1997. **São Paulo de Castro Alves**. São Paulo: Sociedade Guarulhense de Educação.
- AMERICANO, J.1957. **São Paulo naquele tempo, 1895-1920**. São Paulo: Saraiva.
- AZEVEDO, A.1976. **Cartas de Álvares de Azevedo**. São Paulo: Academia Paulista de Letras.
- BEYER, G. 1992 [1814]. **Viagem a São Paulo no verão de 1813**. Trad. A. Loeffgren. Prefácio e notas de O. Nogueira de Matos. Campinas: Instituto de Ciências Humanas da PUC.
- CALLADO, C. J. 1830. [Carta manuscrita a d. Francisca Joanico, Bahia, 15.7]. Cit. em W. Pinho, 1970.
- CASTAGNA, P. 1994. Música. Em Nizza da Silva, coord., pp. 571-575.
- DAMASCENO, A. 1956. **Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: Globo.
- DENIS, F. 1819. Cit. em W. Pinho, 1970.
- ESCHEWEGE, W. L. 1820. Cit. em W. Pinho, 1970.
- GRAHAM, M. [Lady Calcott]. 1990 [1824]. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp.
- LINDLEY, T. 1969 [1805]. **Narrativa de uma viagem ao Brasil**. São Paulo: Nacional. (Cit. em Pinho, 1970.)
- MAGALHÃES Jr., R. 1965. **Poesia e vida de Casimiro de Abreu**. São Paulo: Edameris.
- MARTINS, A. E. 1973 [1911-12]. **São Paulo antigo**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura.
- MAWE, J. 1944 [1812]. **Viagens ao interior do Brasil, principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde. (Cit. em Pinho, 1970.)
- MENEZES, R. 1969. **São Paulo dos nossos avós**. São Paulo: Saraiva.
- MILANO, M. 1949. **Os fantasmas de São Paulo antiga**. São Paulo: Saraiva.

- NIZZA da Silva, M. B., coord. 1994. **Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo.
- PENTEADO, J. 1962. **Belenzinho, 1910**. São Paulo: Martins.
- PEQUENO, M. R. 1998. Impressão musical no Brasil. Em M.A. Marcondes, ed. **Enciclopédia da música brasileira**, 2ª ed. São Paulo: Art/ PubliFolha. Pp. 370-379.
- PINHO, W. 1970. **Salões e damas do Segundo Reinado**. 4ª ed. São Paulo: Martins.
- REZENDE, C.P. 1954. Cronologia musical de São Paulo. Em A.E. Taunay e outros, **São Paulo em quatro séculos**. Vol. 2. São Paulo: IHGSP/ Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Pp. 233-268.
- SIQUEIRA, J. 1979. **Modinhas do passado**. Rio de Janeiro: Autor.
- TOLLENARE. 1817. Cit. em W. Pinho, 1970.
- VINCI de Moraes, J.G. 1997. **As sonoridades paulistanas**. Rio de Janeiro: Funarte/Bienal.

## FRITZ MÜLLER UM PRÍNCIPE DA NATUREZA

Duílio BATTISTONI FILHO

A ciência brasileira pôde contar, no século XIX, com o trabalho de inúmeros naturalistas que aqui vieram com o propósito de estudar a nossa fauna e flora. E um deles foi o alemão Fritz Muller, natural da aldeia de Windischolzhäusen, perto de Erfurt, onde nasceu em 31 de março de 1822. Menino ainda freqüentava a botica de um avô e observava a conversa dos mais velhos. A verdade que a botica daquele tempo, estava longe de alcançar uma categoria que pudesse chamar científica. Ao lado de drogas presumivelmente curativas, vendiam bebidas alcoólicas misturadas a extratos vegetais, que os fregueses vinham tomar ali mesmo, no balcão, como numa taberna. Os aprendizes manipulavam plantas e raízes de acordo com fórmulas em boa parte remanescentes da farmacopéia medieval.

Movido pela curiosidade freqüentou o curso de farmácia, mas sua meta era cursar Medicina na Universidade de Berlim, na qual estudou somente um ano por achá-la muito agitada para o seu gosto. Por isso, resolveu transferir-se para a Universidade de Greifswald, mais aprazível, às margens do Báltico, na Pomerânia, onde se formou. Paralelamente à Medicina sentia uma profunda paixão pela natureza, pois a Botânica e a Zoologia o atraíam sobremaneira. Mesmo depois de formado em Medicina diria que o seu estudo teve pouca aplicação posterior.

Havia nesses anos grandes discussões políticas, religiosas e sociais que o influenciaram profundamente. Tanto é verdade que participou da corrente filosófica da esquerda hegeliana e do movimento democrático que queriam derrubar a monarquia. Contudo, ficou profundamente amargurado com a derrota de 1848 que fortaleceu o poder monárquico.

Decepcionado, mostrava desejos de deixar o país. Corriam histórias fantásticas sobre o acesso fácil à riqueza do Novo Mundo. O europeu médio estava fascinado pela miragem dos trópicos. Na Inglaterra, companhias para a exploração de minas, estavam sendo formadas, cujo objetivo principal era a América do Sul. Mas nem só imperava o interesse material. O movimento *Sturm und Drang* criou na Alemanha um clima propício a essa fuga para o desconhecido. Fritz conhecia Alexander von Humboldt e ficara fascinado quando este naturalista realizou uma célebre viagem à América do Sul. Também Karl von Martius figurou com destaque nesse rol de admiradores pioneiros.

Em 1852 finalmente Fritz resolveu vir para o Brasil, pois tinha conhecimento de uma colônia alemã no Vale do Itajaí, fundada pelo Dr. Hermann Blumenau, em Santa Catarina. Recém-casado veio a bordo do veleiro *Florentim* com a esposa Karoline e uma filha. Com ele veio seu irmão August. Depois de três meses de viagem chegaram afinal ao que seria no futuro a cidade de Blumenau.

Os irmãos Muller ficaram provisoriamente hospedados na casa do Dr. Blumenau, a melhor da colônia, não fosse ele o seu chefe e fundador. Depois de breve descanso, imediatamente os dois irmãos se entregaram a um duro trabalho braçal a que não estavam afeitos. Derrubar árvores era uma atividade perigosa, além de cansativa. Pouco tempo depois, puderam construir suas casas, em lotes pequenos que tinham recebido. Inicialmente, Fritz como médico atendia os companheiros de aventuras não cobrando honorários; mas como perdiam muito tempo nas viagens pelos rios ou pelas picadas, aceitavam algum presente, que podia consistir em verduras e legumes, uma galinha, um pato ou leitão, conforme o trabalho.

Dois anos depois da chegada, os irmãos Muller venderam seus lotes e compraram outros na margem do Itajaí, num lugar de terras melhores. Ali Fritz construiu uma nova casa mais confortável. Instalado na nova residência começa a estudar alguns espécimes da flora e da fauna que mais lhe despertavam interesse e curiosidade. E por essa época deixa crescer uma barba imponente. Para o trabalho científico dispunha apenas

de um pequeno microscópio que ganhara de presente de um antigo professor.

Aos poucos, as relações com o Dr. Blumenau ficaram tensas por causa do conservadorismo deste e pelo seu áspero temperamento. Temia que Fritz conquistasse os colonos com suas idéias materialistas e anti-religiosas. Em vista dessa situação, Fritz partiu, em 1856, com sua família para Desterro (hoje, Florianópolis), capital da província, onde se dedicaria ao magistério, ensinando matemática e história natural.

Ao lecionar no Liceu Catarinense, ganhou a simpatia de todos, pois suas aulas eram movimentadas, divertidas e gostava de fazer boa pilhéria. Um de seus alunos foi um negro e que seria o futuro poeta Cruz e Souza, a maior expressão do Simbolismo brasileiro.

Foi no período do Desterro que ele tomou conhecimento da obra capital de Charles Darwin, *A origem das espécies*. Já admirava o sábio inglês pelo relato da viagem exploratória a bordo do *Beagle*, que contribuía para a sua ânsia de conhecer o mundo tropical. Entusiasmado com o livro, resolveu dedicar-se a comprovar as teorias darwinianas, usando os escassos meios de que dispunha. Escreveu seu único livro *Für Darwin* (Pró Darwin) que tinha apenas 92 páginas, tomando como ponto de partida os crustáceos, comparando os tipos superiores e inferiores, como também os apêndices de machos e fêmeas.

Na Inglaterra Darwin ficou sabendo da existência do livro e recebeu um exemplar de Fritz. Teceu os maiores elogios ao alemão e estendeu-se em comentários sobre pormenores científicos. Assim teve início uma correspondência amistosa entre ambos. Há alguns aspectos curiosos nessas cartas, como aquele em que Darwin aconselhava Fritz a tomar cuidado com a sua saúde e se proteger das constantes enchentes de Blumenau. Essa correspondência durou até a morte do sábio inglês, em 1882.

Darwin promoveu a tradução do livro, que saiu em Londres, em 1869, com o título de *Facts and arguments for Darwin* (Fatos e argumentos em favor de Darwin). O livro de Fritz projetou-o nos meios científicos europeus. Na Alemanha, onde o darwinismo encontrava forte resistência,

a obra do obscuro naturalista expatriado teve intensa repercussão. Trouxe uma fundamentação valiosa ao evolucionismo e contribuiu para desencadear uma verdadeira orgia filogenética e ao conhecimento da embriologia dos vertebrados.

Por razões políticas como a mudança do governo da província e atritos com a igreja católica, fizeram com que ele retornasse sua casa no Vale do Itajaí, depois de onze anos lecionando no Desterro. Encontrou um núcleo urbano inteiramente diferente. Aumentara o número de casas de comércio e de pensões para hospedar os recém-chegados. O grande fator do desenvolvimento econômico da colônia era sua poderosa indústria madeireira.

Fritz prossegue sua tarefa de pesquisador, até porque para isso recebia um ordenado do governo provincial, de cinquenta mil réis, já que estava vinculado ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Nesse período fez algumas de suas observações científicas mais importantes, sempre a pé ou a canoa, pois detestava andar a cavalo. Estudou a natureza viva, em contraste, com a ciência de laboratório, como os sambaquis, as plantas leguminosas e fez observações que vão da vulgar bananeira à requintada orquídea.

As coisas ficaram mais difíceis a partir de 1874, quando o governo provincial interrompeu o pagamento do pequeno ordenado que continuara enviando ao professor, a título de financiamento de suas pesquisas científicas. O naturalista ficou desgostoso lamentando que *no futuro minha atividade de botânico se limitará a derrubar árvores e capinar minhas roças de milho e o meu trabalho de zoólogo estará reduzido a retalhar um porco para a cozinha*. Porém, na qualidade agora de naturalista itinerante do Museu Nacional faz expedições para além dos contrafortes da serra onde ficavam os campos curitibanos, cujo clima agradável era ideal para o surgimento de uma flora diferente. O pesquisador realizou outras expedições em 1877 e 1878, notadamente a Dona Francisca (Joinville), São Francisco e São Bento do Sul.

O doutor Muller era muito comedido; evitava discussões, não ligava para os assuntos domésticos, vivia apenas para os seus estudos,

para as suas plantas. Andava quase sempre descalço e em mangas de camisa.

O novo Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, ao qual estava subordinado o Museu Nacional decidiu que os naturalistas viajantes deveriam obrigatoriamente ter residência na capital da República. Muller não concordou e pediu demissão. Assim mesmo, foi convidado, pela sua autoridade moral e sua disposição para a luta, a assumir a superintendência (prefeitura) de Blumenau. Todavia, não conseguiu aplacar os republicanos nem agradar aos correligionários. Sua administração durou apenas 27 dias num clima de grande exacerbação de ânimos.

A obra de Fritz Muller, editada pelo sobrinho Alfred Muller, também naturalista, compreende, além de *Für Darwin*, 248 monografias, artigos e relatórios, reunidos em quatro volumes. Sua fama ultrapassou as fronteiras do Brasil. Recebeu várias honrarias acadêmicas, como títulos de doutor *honoris causa* das universidades de Bonn e Tübingen.

Em 1893 sofreu uma grande tragédia com a morte da esposa Karoline. Quatro anos depois foi atacado de uma tromboflebite seguida de septicemia vindo a falecer. Roquete-Pinto descreveu-o *como homem raro, que conhecia o segredo de manusear as frágeis borboletas com os dedos calosos, que o machado e o enxadão jamais conseguiram inutilizar para as delicadezas do microscópio.*

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

CASTRO, Moacir Wernecke de. **O Sábio e a Floresta: a extraordinária aventura do alemão Fritz Muller no trópico brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

PIAZZA, Walter P. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis. Ed. da UFSC, 1983.



## QUARTO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE JOÃO MAURÍCIO DE NASSAU (1604-2004)

Hitoshi NOMURA

ESALQ-USP

No século XVII a Holanda resolveu atacar o Brasil, colônia de Portugal, para tomar posse das usinas açucareiras da região nordestina. Os holandeses invadiram Salvador em 8 de maio de 1624. O governador-geral Diogo de Mendonça Furtado, por ter sabido por espíões espanhóis de que a Holanda pretendia atacar a Bahia, avisou o rei de Portugal que era necessário fortificar a cidade, mas ele não se convenceu disso. A esquadra holandesa era composta de 26 navios, 3.300 marinheiros e 450 canhões, chefiada por Jacob Willekens. A cidade foi bombardeada no dia seguinte, e a maioria dos seus habitantes fugiu. O governador foi preso e enviado para a Holanda. Eles se apropriaram de ouro, prata, toras de pau-brasil e muitas caixas contendo açúcar. Esse domínio durou um ano. Houve resistência de brasileiros e portugueses chefiada por Matias de Albuquerque. A Espanha, então aliada de Portugal, enviou uma frota de 52 navios de 12.000 marinheiros no dia 22 de março de 1.625 e os holandeses se renderam em 1 de maio desse ano.

Em 1.630 os holandeses voltaram e conseguiram subjugar os habitantes da cidade do Recife e depois se apropriaram de sete das dezenove capitanias que compunham o Brasil.

Johan Mauritius van Nassau-Siegen nasceu na cidade de Dillenburg, Alemanha, em 17 de agosto de 1604. Ele era irmão do Príncipe Guilherme de Orange, que fundou os Países Baixos (ou Holanda). Com 14 anos de idade ingressou na carreira militar. Na Universidade da Basiléia ele estudou matemática, teologia, filosofia e música. Com apenas 25 anos

de idade recebeu a patente de Coronel, tendo lutado contra a Espanha. Foi em agosto de 1636 que a Companhia das Índias Ocidentais o convidou para ser o governador-geral do Brasil Holandês. O convite foi aceito e ele chegou a Recife em 1637.

Nassau foi considerado um bom administrador, tendo concedido empréstimos aos plantadores luso-brasileiros para reerguer os engenhos de açúcar. As religiões foram liberadas, a produção de açúcar aumentou e os índios receberam tratamento adequado.

Na comitiva do Príncipe vieram os pintores: Eckhout e Post, o médico Willem Milaenem e outros especialistas em variados assuntos. Milaenem faleceu em 1637 e foi substituído por Willem Piso, que atuou como médico particular de Nassau e chefiou os serviços médicos da Companhia. O diretor desta Companhia, Johan de Laet, é quem convidou Georg Marcgraf e Hendrick Crantz e os recomendou a Nassau para virem ao nordeste holandês. Piso estudou as plantas e suas aplicações na medicina, enquanto que Marcgraf (1610-1643) se dedicou à astronomia e ao estudo dos animais. Piso voltou à Holanda em 1644. Nos livros biográficos consta que Marcgraf faleceu na África em 1644, mas o ictiólogo inglês Peter Whitehead, analisando os documentos da época, concluiu que deve ter desaparecido em outubro de 1643 em Angola, não em julho ou agosto de 1644. O livro *Historia Naturalis Brasiliae* é de autoria de Marcgraf e Piso e foi publicado em 1648 por conta de Nassau, a parte zoológica foi organizada por Johan de Laet. A tradução brasileira foi publicada pelo Museu Paulista em 1942 e traz muitas informações sobre animais e plantas (usos na medicina), com inúmeras ilustrações. Foi o primeiro tratado de botânica e zoologia da época. Só muito tempo depois foram descobertos os manuscritos de Gabriel Soares de Souza (1540?-1591) (*Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, publicado em 1825) e de Frei Cristovão de Lisboa (1583-1652) (*História dos Animais e Árvores do Maranhão*, escrita entre 1624 e 1627), publicada em 1967, com edição luxuosa em 2000. Os fundamentos da história natural brasileira foram lançados pelo Padre José de Anchieta (1531-1597), em sua carta de 31 de maio de 1560 intitulada *Epistola quam plurimarum rerum naturalium quae S. Vicentii provinciam incolunt sistens descriptionem*, que foi

publicada pela primeira vez em espanhol (incompleta) em 1565 e o original latino em 1799; a versão portuguesa saiu em 1876.

A obra de Marcgraf e Piso foi aproveitada por Carl von Linné (1707-1778) para descrever e nomear cientificamente tanto os animais quanto as plantas, em sua obra *Systema Naturae* (1758).

Os pintores Albert Eckhout (1610-1664) e Frans Post (1612-1680) retratam em suas pinturas os tipos humanos, assim como vegetais e animais, que ainda hoje são muito apreciados pelos estudiosos. Os ictiólogos Peter Whitehead (inglês) e Martin Boeseman (holandês) fizeram uma análise da Holanda brasileira, estudando os animais, as plantas e o povo retratados pelos artistas acima (1989).

Nassau se desentendeu com os dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais e se demitiu do cargo em 6 de maio de 1644. Três anos após a sua volta à Holanda Nassau foi nomeado Governador de Kleve, Alemanha, onde faleceu em 1679, quando contava 75 anos de idade.

Os holandeses foram expulsos do nordeste brasileiro em 1654 e o seu domínio no nordeste durou de 1630 a 1654 (24 anos).

O tricentenário do falecimento de Nassau mereceu um simpósio que foi realizado na cidade de Recife, PE, em 1979, mas seus anais não foram publicados. No quarto centenário do seu nascimento (17 de agosto de 2004) haverá um simpósio, que está sendo organizado pelo historiador Gerhard Brum, professor da Universidade de Siegen.

## BIBLIOGRAFIA

ANCHIETA, J. 1799. **Josephi de Anchieta epistola quam plurimarum rerum naturalium quae S. Vicente (nunc S. Pauli) provinciam incolunt sistens descriptionem.** Typis Academiae, Lisboa, 2+49+1.

BUENO, E. 2003. **Brasil - uma História.** Editora Ática, São Paulo, 447 pp.

LISBOA, C. - 1967 - **Historia dos Animais e Árvores do Maranhão.** Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, XII + 194 folhas + facsímile de 194 folhas (há edição especial de 2000, de Lisboa, em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil).

SOUSA, G.S. - (1851) 1971 - **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 389 pp. (há várias outras edições).

WHITEHEAD, P. J. P. - 1979 - Georg Marcgraf and Brazilian zoology. pp. 424-471. in: E. van den Boogaart, H. Hoetink & P. J. P. Whitehead (eds.) - 1979 - Johan Maurits van Nassau-Siegen, 1604-1679 - **A humanist prince in Europe and Brazil - Essays on the occasion of the tercentenary of his death**. The Hague, 538 pp., ill.

WHITEHEAD, P. J. P. & Boeseman, M. - 1989 - **A portrait of Dutch 17<sup>th</sup> century Brazil - Animals, plants and people by the artists of Johan Maurits of Nassau** (North-Holland Publishing Company, Amsterdam/Oxford/New York, 358 pp., 101 plates).



## A VISITA DO PRÍNCIPE ALFRED, DUQUE DE EDIMBURG A PONTA D'AREIA EM 1860

Eduardo André Chaves NEDEHF\*

Às 4 horas da tarde de 29 de junho de 1860, a bordo da fragata a vapor *Erialus*, chegava em visita ao Brasil o segundo filho da Rainha Victoria da Inglaterra, o Príncipe Alfred, Duque de Edimburg. Após o hasteamento do pavilhão real inglês no vapor, as Fortalezas de Santa Cruz e São João fizeram as honras de estilo com salvas de 21 tiros de canhão.

No dia 2 de julho o Príncipe Alfred é recebido no Arsenal de Marinha pelo ministro inglês William Christie, pelo engenheiro Robert Milligan, funcionário do Barão de Mauá, e pelo mordomo da Casa Imperial. A seguir todos embarcaram na nova galeota imperial, recém-construída nos Estaleiros da Ponta d' Areia, em Niterói, para os quais se dirigiram.

A galeota era movida a vapor, tinha casco duplo metálico e era finamente decorada e dotada de móveis de produção nacional em estilo Luís Filipe; a bombordo e a estibordo ostentava duas gigantescas armações de madeira talhada e dourada com o brasão imperial. Cada compartimento era finamente revestido e acortinado com brocado vermelho e fios de ouro de procedência francesa, único material importado da embarcação, não por falta de produto nacional, mas pelo gosto da Imperatriz pelo artigo daquela procedência. O Príncipe ficou impressionado com a maquinaria a vapor e principalmente com as instalações da Fábrica e Estaleiro de Ponta d' Areia.

Tudo foi registrado por um repórter do *Jornal do Commercio* a convite do Barão de Mauá.

---

(\*) Historiador, descendente do Visconde de Mauá, Chanceler do Memorial Visconde de Mauá.

Após um lauto “lunch” servido a todos, os convidados tomaram o trem da Estrada de Ferro também construída pelo Barão de Mauá alguns anos antes.

Novamente o Príncipe e sua pequena comitiva mostraram-se impressionados com o progresso do Império do Brasil.

Chegando a Petrópolis o Duque de Edimburg prestou continência a Suas Majestades Imperiais e às Princesas. No dia seguinte, às 4 horas da tarde, era a vez de Sua Majestade o Imperador D. Pedro II retribuir a visita do jovem Príncipe. Vestindo seu uniforme de almirante desembarca na fragata inglesa e é saudado com salva de 21 tiros de canhão.

Às 4h30min Sua Majestade Imperial e o Duque de Edimburg e respectivas comitivas embarcam na nova galeota imperial rumo ao cais Pharoux, onde desembarcaram e tomaram carros especiais com destino ao Paço Imperial de São Cristóvão. Lá foi servido um jantar de honra ao ilustre visitante. O Príncipe fez questão de cumprimentar o Barão de Mauá pela bela recepção do dia anterior, e aproveitou para presentear o jovem engenheiro Milligan, também presente ao jantar, com um belo relógio de algibeira com corrente de prata.

Não tendo o Barão de Mauá comparecido à recepção ao Príncipe na sua própria fábrica, o ministro William Christie não compareceu ao jantar no Paço, evidenciando a extrema animosidade entre os dois.

À noite todos foram assistir a uma peça no Teatro São Pedro (atual São Caetano), terminando ali a visita oficial do Duque de Edimburg ao Rio de Janeiro.

A antiga galeota imperial, denominada inicialmente galeota real, construída em 1808 na Bahia, era movida a remos pelos imperiais marinheiros e faz parte atualmente do acervo do Espaço Cultural da Marinha.

A nova galeota imperial, movida a vapor, foi construída pelo Barão de Mauá no Estaleiro e Fábrica da Ponta d' Areia. O *Jornal do Commercio* publicou em 1860 uma gravura que a representa.

## O ASTRÔNOMO ABRAÃO ZACUTO E SEU ALMANAQUE PERPÉTUO

Carlos Francisco MOURA

Almanaque Perpétuo de

**Abraão Zacuto (Venecia, 1502)**

Tradução de Avelina Correia de la Red, 184 pg.

I.I.E.I.P. Instituto Interuniversitário de Estudios  
de Iberoamérica y Portugal - Universidad de  
Valladolid

47100 Tordesillas - ESPAÑA

Abraão Zacuto foi aquele célebre astrólogo-astrônomo judeu que muito contribuiu para os progressos da navegação astronômica em Portugal e na Espanha, e por tabela em outros países.

Nascido por volta de 1450 em Salamanca, Abraam bar Samuel bar Abraham Zakkut era descendente de família judia francesa que procurara refúgio na Espanha. Sua formação obedeceu a rigorosa tradição talmúdica, ministrada por seu pai Samuel Zacuto e por Isaac Aboab II. Desde logo revelou grande interesse pela astronomia. Não consta que tenha estudado na Universidade de Salamanca, mas se declarava doutor em artes e medicina.

Protegido pelo bispo de Salamanca, D. Gonzalo de Vivero, Zacuto passou a investigar astronomia, e escreveu a obra *Hajibbur Hagadol*. Com a morte do bispo, Zacuto passou a serviço do Mestre da Ordem de Calatrava, prosseguindo nos estudos.

Em 1492 os judeus foram expulsos da Espanha, e Zacuto refugiou-se em Portugal. Dado seu prestígio, foi nomeado por D. João II astrônomo real, cargo em que foi confirmado por D. Manuel. Permaneceu em Portugal até o decreto da expulsão dos judeus (dezembro de 1496), ou melhor, até um pouco depois, sendo ele e o filho dos poucos que partiram depois de vencido o prazo estabelecido. Passou a viver em Tunes, na Turquia e na Síria. Faleceu depois de 1510, segundo uns, ou depois de 1522, segundo outros.

O texto do hebraico *Hajibbur Hagadol* foi escrito em 1473-1478, mas só ficou conhecido na Europa depois da publicação, em 1496, do resumo traduzido em latim por outro judeu, José Vizinho, discípulo de Zacuto. Essa edição caracteriza-se por algumas particularidades destacadas por Artur Anselmo na obra *Origens da Imprensa em Portugal*. Foi concluída a impressão em fevereiro de 1496 na oficina judaica de Samuel e Abrão d'Ortas, em Leiria, e trata-se do segundo dos nove únicos incunablos portugueses. Antes dele só o *Breviarium Bracharense*, impresso em 1494 em Braga, por João Gherlic. Dessa impressão de Leiria há duas versões, uma com os cânones em latim e outra com os cânones em castelhano. Há a hipótese de a edição ter sido subvencionada pela Coroa Portuguesa, pela importância que tinha para a navegação. Artur Anselmo salienta também ter sido “a única impressão gótica saída dos prelos latinos”.

Essa edição saiu com dois títulos em latim, o primeiro, *Tábua das Tabuas dos Movimentos celestes do astrônomo Zacuto*, e o segundo, *Almanach Perpetuum*, pelo qual passou a ser mais conhecido.

Em 1986 saiu em Lisboa, pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda, uma edição fac-similar do *Almanach Perpetuum* com introdução do Prof. Luís de Albuquerque. O texto em latim e em caracteres góticos restringe a consulta a limitado número de especialistas.

Temos agora a satisfação de ver publicada pela Universidade de Valladolid uma tradução espanhola de fácil acesso ao estudioso.

Trata-se de tradução, não da edição de Leiria, mas de outra edição saída seis anos depois, em Veneza (1502).

O texto é precedido por uma introdução histórica da Prof<sup>a</sup> Maria Montserrat Leon Guerrero, que aborda os temas: A Escola de Toledo e os progressos científicos do século XVIII; a ciência hebréia e as escolas ibéricas; as obras astronômicas de Abraão Zacuto (*Hajibbur Ha-Gadol* e *Almanach Perpetuum*); as fontes bibliográficas de Zacuto; a influência de sua obra; a estrutura geral do *Hajibbur Ha-Gadol* e do *Almanach Perpetuum*.

A tradutora, Prof<sup>a</sup> Avelina Carrera de la Red precedeu o texto do *Almanach* de um *Apunte Bio-Bibliográfico*, de um estudo da edição de Veneza, e dos critérios que adotou no seu trabalho.

O título desenvolvido é *Almanaque Perpetuo de todos los Movimientos Celestes, Recientemente Corregido con la Mayor Exactitud. Como Complemento lleva unas Adiciones Que se le Han Hecho*.

A obra compõe-se de duas partes. A primeira é o *Almanaque Perpetuo Dei Rabi Abraham Zacuto y los Cánones o Problemas para Comprensión del Mismo*. A segunda, *Las Normas de Cálculo ó Cánones de las Tablas del Primer Móvil o de las Direcciones*.

A primeira parte se divide em 23 problemas, sendo o primeiro a “Exposición del Orden General y del Uso de las Tablas Periódicas Diárias del Movimiento Circular Perpetuo. Sucessivamente, vão sendo expostos os outros problemas e apresentadas as soluções. Como se tem acesso às tábuas em geral; como determinar a “cifra” ou em que dia da semana começa qualquer ano ou mês; obtenção dos números dos ciclos, o solar e o lunar (número áureo); cálculo do “intervalum carnispriviale” e quando caem as festas móveis de cada ano; como achar o movimento do Sol, ou seu lugar verdadeiro mediante as *Tábuas*; como conhecer o movimento do planeta em uma hora; lugar verdadeiro da Lua, de Saturno, Marte, Júpiter e Mercúrio; o lugar verdadeiro de Vênus tanto em longitude como em latitude; o lugar verdadeiro das estrelas fixas, tanto em longitude como em latitude; o lugar verdadeiro da Cabeça e da Cola do Dragão; cálculo da latitude e da longitude da Lua; como saber por antecipado o dia e a hora da conjunção e da oposição dos planetas; como determinar, pelas *Tábuas*, o movimento exato de um eclipse do Sol que ocorrerá em qualquer

ano, suas dimensões e sua duração; como prever eclipses da Lua; entrada do Sol em qualquer signo; início das 12 casas do céu.

A segunda parte se divide em 10 problemas. O primeiro é como calcular a declinação de um planeta ou de uma estrela que tenha uma posição conhecida; como calcular facilmente a ascensão reta de um planeta ou de uma estrela qualquer; idem, para ascensão oblíqua ou descensão de um planeta ou estrela, ou de um ponto dado sobre a Eclíptica; cálculo da medida de um arco diurno do Sol ou de uma estrela; determinação razoável dos inícios das 12 casas do Céu; elevação do pólo boreal sobre o círculo da posição de uma estrela ou de um ponto qualquer do céu; como achar segundo as regras da arte a direção de um significador qualquer, a respeito de um dado lugar; e, finalmente, como calcular o local do Zodíaco até ao qual chegará a direção de um significador qualquer em um ano dado.

A seguir ao texto do *Almanach* há um utilíssimo *Vocabulário*, que esclarece a significação dos termos científicos da tradução espanhola e respectiva grafia latina do original da edição de Veneza: *Accidente* (*Accidens*), *Argumento* (*Argumentum*), *Ascendente* (*Ascendens*), *Ascension* (*Ascensio*), *Aspecto* (*Aspectus*), *Auge* (*Aux*), *Cabeça del Dragón* (*Caput Draconis*), *Casas celestes* (*Caeli domicilia*), *Conjunción* (*Conjunctio*), *Declinación* (*Declinatio*), etc.

Fecha o livro um anexo com exemplos das Tábuas do *Almanaque Perpétuo*.

Não só pela íntegra do texto do *Almanach* em versão inteligível até para os não especialistas, como pelos textos adicionais explicativos, a edição é preciosa e preenche uma lacuna que esclarece o embasamento astronômico do início das navegações portuguesas.



## O ANIVERSÁRIO DE JUNDIAÍ, POR QUE SEM UMA COMEMORAÇÃO OFICIAL?

Regina Dragiça KALMAN\*

Todos os municípios se orgulham em lembrar e comemorar sua emancipação. Assim acontece quando há uma data precisa para isso, dia 21 de março, quando diversos municípios da região, como Itupeva, Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Cabreúva e Francisco Morato. Dia de comemoração, revalorização da história local e o orgulho dos seus municípios em relação sua cidade, onde alguns nasceram ou escolheram para viver.

Jundiaí surgiu como um povoado espontâneo no século XVII com a chegada de famílias vindas da Vila de São Paulo de Piratininga, capitania de São Vicente, que chegaram ao pé da **Serra do Japi** e do Vale do Tietê ao lado do seu afluente o riacho Guairá, chamado pelos indígenas do local de **Jundia-y**, (rio dos jundiás, nome comum a diversos peixes que não tinham escamas, mas barbas, da qual fazem parte os bagres). Com o tempo, foi esse nome que foi adotado ao arraial. O interesse sobre a história do início de Jundiaí, foi que gerou a pesquisa de historiadores e pesquisadores leigos sobre o assunto. Um deles, o professor Nelson Foot esteve três vezes na Torre do Tombo em Portugal procura da Carta de “Foral” sem encontra-la. Segundo vários pesquisadores, o povoamento começou espontaneamente durante o ciclo do bandeirismo e da devassa da terra.

---

(\*) Professora de História na Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo. Bacharel e Licenciada em Sociologia, Licenciada em História, Artes e Pedagogia. Bacharel em Jornalismo e Direito. Especialista em História do Brasil. Escritora, poetisa, cronista e artista plástica. Residente em Jundiaí.

Segundo a pesquisa mais corrente, citada também por Mário Mazzuia no seu livro "*Jundiá e sua História*", a origem do povoado deu-se com as famílias de Rafael de Oliveira, o moço, e da família da viúva de Petronilha Antunes, que trouxeram familiares e trabalhadores e escravos, com um aglomerado de aproximadamente 300 pessoas.

Foi construída uma igreja no povoado em 15 de agosto de 1639, com o nome de Nossa Senhora do Desterro de Jundiay.

No arraial foi plantada foi produzida a economia do engenho, e cresceu a ponto de passar a ser elevado à categoria de Vila em **14 de dezembro de 1655**, na então capitania de São Vicente, com o nome de **Vila Formosa de Nossa Senhora do Desterro de Jundiay**, com direito à sua Câmara Municipal, desmembrando-se da Vila de Parnaíba e seu território abrangia um vasto território por ser uma das primeiras regiões exploradas no interior da capitania de São Vicente, pois os povoamentos não ultrapassavam o pico do Jaraguá e seguia até os limites do atual Estado de São Paulo. Por isso, popularmente a Vila de Jundiay era conhecida como "Mato Grosso de Jundiay", usada inclusive para seguirem ao interior, principalmente pelos bandeirantes, que seguiram pelo rio Tietê ou atravessavam a Vila. Inúmeros municípios atuais faziam parte da Vila de Jundiay.

Em 11 de julho de 1771, a Vila de São Paulo, foi elevada cidade, sob o título de Cidade Imperial de São Paulo, e como cabeça de Comarca da Província, então Jundiá passou a ser regido pelo Governo de São Paulo.

Durante o segundo império, na segunda metade do século XIX, a monocultura econômica do país, se manteve no café e alguns fazendeiros jundienses também trocaram a cana-de-açúcar pelo plantio do café. Com o enriquecimento econômico e de sua importância política, a Vila Formosa de Nossa Senhora do Desterro de Jundiay, foi elevada à categoria de cidade, em **28 de março de 1865**, com o nome de Jundiá, numa região muito menor do que a antiga Vila. Em 30 de julho de 1875 foi instalada a Comarca pela segunda vez, pelo juiz de Direito Joaquim José do Amaral.

Na segunda metade do século XX, a região de Jundiaí diminuiu ainda mais, pois os municípios de Itatiba, Itupeva, Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Jarinu, entre outros, tornaram-se emancipados.

## HISTÓRIA

Historicamente, Jundiaí era usada como passagem pelos bandeirantes que se dirigiam ao sertão, pela estrada conhecida como *Estrada Velha de São Paulo e Estrada Velha de Campinas* (hoje Estrada Vereador Geraldo Dias), também usada como passagem no século XIX, durante a Guerra do Paraguai. Antes de seguirem, ficavam hospedados na estalagem do “Barão da Ponte” (apelido dado ao português, proprietário da pousada), que ficava ao lado da Ponte de Campinas (hoje fábrica Universa).

Durante a monarquia, a zona rural enriqueceu-se com a cultura cafeeira, e a necessidade do escoamento do produto precisava ser feito até o porto de Santos, foi quando surgem no século XIX estradas de ferro, com a *Santos-Jundiaí*, a *Estrada de Ferro Paulista*, depois *FEPASA*, que seguia de Jundiaí ao interior da província de São Paulo. A *Estrada-de-Ferro Sorocabana* iniciava em Jundiaí e seguia até o interior paulista depois desativada, (atualmente é a avenida dos Ferroviários). Um dos grandes proprietários de fazendas de café em Jundiaí durante o império Antonio de Queiroz Telles, Barão de Jundiay, hospedou por duas vezes o imperador D. Pedro II e sua esposa, a imperatriz D. Teresa Cristina na sua casa urbana, conhecido como o Solar do Barão, na rua Direita, onde hoje abriga o Museu Histórico e Cultural de Jundiaí (hoje rua Barão de Jundiaí, na praça Pedro de Toledo).

## IMIGRAÇÃO ITALIANA

Com a vinda dos imigrantes italianos, no século XIX com o apoio do jundiaiense Dr. Antonio de Queiroz Telles, Visconde de Parnahyba, um dos filhos do Barão de Jundiay, que foi o Presidente da Província de

São Paulo em 1887. O Visconde era abolicionista, tendo inclusive antecipado a abolição em suas terras. Preocupado com a falta de mão-de-obra nas fazendas, facilitou a vinda de imigrantes italianos para trabalharem nas fazendas de café. A hospedaria onde ficavam os italianos, é hoje o **Memorial do Imigrante** no Brás em São Paulo capital. Dr. Antonio Queiroz, passou a sustentar, mais tarde, o título de Conde de Parnahyba.

Criou em Jundiaí um núcleo nas suas terras, o **Núcleo Colonial “Barão de Jundiaí”**, que negociou com os futuros imigrantes italianos, que já vinham ao Brasil, donos de terras no local, e que foi início da colonização italiana no município, e que trouxe uma economia diferente à região, principalmente o cultivo da cultura da uva e do vinho, o que acabou por tomar a região muito conhecida, e Jundiaí passou a ser chamada a **“Terra da Uva”**.

Além da cultura da uva e do morango, em Jundiaí surge também um parque industrial principalmente de telhas e cerâmica. Jundiaí começou a diversificar sua economia.

No século XX foi construída a via Anhanguera, como estrada de rodagem do Estado, passando dentro do município de Jundiaí, fazendo com que fosse também aproveitada pela indústria, tornando a região um pólo industrial dos mais importantes do Estado de São Paulo, tanto pela história, como pela geografia privilegiada, um pólo entre a capital, São Paulo e a cidade de Campinas.

Jundiaí surgiu no século XVIII, mas pouco patrimônio arquitetônico testemunha isso, a não ser o **Solar do Barão** (tombado pelo CONDEPHAAT), a **Ponte Torta**, usada como ponte para o bonde puxado a cavalo, que seguia da cidade para a estação de trem, o prédio do **Grupo Escolar “Siqueira de Moraes”**, na rua Barão de Jundiaí, hoje **Biblioteca Municipal**, o **Ginásio “Conde de Parnaíba”** na rua Barão de Jundiaí, atual **EE. Conde de Parnaíba**, hoje com um prédio acrescido no fundo do seu terreno, porém respeitando o antigo edifício, o **Mosteiro de São Bento**, com um altar barroco de Sant’Anna, a **Catedral Nossa Senhora do Desterro**, o **marco zero** do início do povoado, que embora tenha passado por diversas reformas, ainda um edifício significativo no centro de Jundiaí.

Algumas poucas casas ainda mostram o que já foi o centro histórico, diminuindo cada vez mais os setores históricos da cidade.

## POLÊMICA

Jundiaí tem duas datas que podem tornar-se oficiais: 14 de dezembro (14/12/1655), que comemora o arraial à elevação categoria de Vila, ou 28 de março (28/3/1865), que comemora sua elevação à categoria de Cidade. No entanto, desde 1992, devido a tanta polêmica em escolher uma das duas datas, a Câmara Municipal de Jundiaí, por lei municipal, declarou que o feriado municipal que era comemorado em dois dias de feriado municipal passou a ser comemorado no dia **2 de novembro** (dia de finados), que nada tem com a história específica da cidade.

Está na hora de escolher uma das datas realmente históricas para Jundiaí e torná-la oficial, corrigindo assim uma grande falha que faz com que Jundiaí não tenha o aniversário comemorado como todos os municípios que já fizeram parte dela. E mesmo não tendo mais o vasto território que anteriormente faziam parte da Vila Formosa de Nossa Senhora do Desterro de Jundiay, a cidade de Jundiaí importante pela sua localização geográfica, política, social e econômica do Estado de São Paulo, portanto, merece que seu aniversário seja oficializado e comemorado com dignidade.

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

Tema debatido no “**Projeto Cidadania**” durante as aulas de História, na EE. Dr. Antenor Soares Gandra, em Jundiaí, durante os anos de 2003 e 2004, com o objetivo de fazer os alunos, além do conhecimento da história local, participarem mais ativamente da vida política, principalmente a municipal, além de verem como é possível integrar a História do Brasil com a História Regional e serem agentes da História, interferindo no presente, isto, participarem como cidadãos nas ações do Poder Executivo e do Poder Legislativo municipal, estadual e até federal, e fazerem parte dessa História ao colaborarem e fiscalizarem os nossos

representantes num país com sistema republicano democrático como é o Brasil, principalmente depois da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CIPOLATO, Aldo - *“Os Italianos mundo, no Brasil ,em São Paulo e em Jundiáí”*, in **Museu de Jundiá I**, Jundiáí, Prefeitura Municipal de Jundiáí, 1974.

COMPANHOLE, Adriano & outros - **Aditamentos História da Fundação de Jundiáí**, Jundiáí, 1994.

GOSSNER, Walter - *“História”* in **Museu de Jundiáí II**, Jundiáí, Prefeitura Municipal de Jundiáí, 1975.

GOSSNER, Walter - *“Ivoturucuaia, o Bairro mais antigo de Jundiáí”* in **Museu de Jundiáí II**, Jundiáí, Prefeitura Municipal de Jundiáí, 1975.

FILIPPINI, Elizabeth - *“Núcleo Colonial Barão de Jundiáí e a Cidade”* in **Cem anos de Imigração Italiana em Jundiáí**, Jundiáí, Estúdio Ro, s/d.

KALMAN, Regina Dragiça - *“Não há uma explicação clara para fundação de Jundiáí”* in **Jornal de Jundiáí**, Jundiáí, Ed. Jundiáí, Edição especial de aniversário, 14/12/1993.

MAZZUIA, Mário - **Jundiáí e sua História**, Jundiáí, Edição patrocinada pela Prefeitura Municipal de Jundiáí, 1979.

MORAES, Joaquim Pires - *“Troncos de Jundiáí”* in **Museu de Jundiáí I**, Jundiáí, Prefeitura Municipal de Jundiáí, 1974.

OLIVEIRA, Anna Luiza Cravinhos Mesquita de - **Jundiáí Terra Querida**, Jundiáí. Ed. Literarte, s/d.

PEREIRA, Eduardo Carlos - *“Construções Rurais de imigrantes italianos no Núcleo Colonial Barão de Jundiáí”* in **Cem Anos de Imigração Italiana em Jundiáí**, Jundiáí, Estúdio Ro, s/d.

ROCHA, Helen Degani - *“Arrolamentos das Fontes Históricas de Jundiáí”* in **Museu de Jundiáí I**, Jundiáí, Prefeitura Municipal de Jundiáí, 1974.

STAFUZZA, Antônio Maria - *“Crepúsculo de um mito”* in **Museu de Jundiáí I**, Jundiáí, Prefeitura Municipal de Jundiáí, 1974.

STAFUZZA, Antônio Maria - *“Primórdios de Jundiáí”* **Museu de Jundiáí II**, Jundiáí, Prefeitura Municipal de Jundiáí, 1975.

TOMANIK, Geraldo Barbosa - *“Jundiáí e sua História”* in **Letras Acadêmicas da Academia Jundiáense de Letras**, vol. X, 2004.



## A COROAÇÃO DE NAPOLEÃO (RELATO DE MME. DE REMUSAT)

Chegado a Notre-Dame, o Imperador demora-se algum tempo no arcebispado para aí se revestir do trajo de cerimônia, que parecia esmagá-lo um pouco. A sua fraca figura fundia-se sob este enorme manto de arminho. Uma simples coroa de louros lhe cingia a cabeça; parecia uma medalha antiga. Mas estava extremamente pálido, verdadeiramente comovido, e a expressão do seu olhar parecia severa e um pouco perturbada. Toda a cerimônia foi imponente e muito bela. O momento em que a imperatriz foi coroada produziu um movimento geral de admiração, não pelo ato em si, mas ela estava tão graciosa, caminhou para o altar tão bem, ajoelhou-se dum maneira tão elegante e ao mesmo tempo tão simples, que satisfez todos os olhares. Quando teve de ir do altar para o trono, ela teve um momento de alteração com as cunhadas, que lhe levavam o manto com tanta repugnância que vi o instante em que a nova imperatriz não poderia continuar a andar. O imperador, que se apercebeu disso, dirigiu a suas irmãs algumas palavras secas e firmes que puseram toda a gente em movimento. O papa, durante toda esta cerimônia, teve sempre um pouco o ar duma vítima resignada.

(Gustavo de Freitas, 900 textos e documentos de História, 118-9)

\*

## A INCOMPARÁVEL OBRA DA CASA DE AVIS

A Casa de Avis realizara obra incomparável. Dera um império ao pequeno reino saído do condado de Portucale; fizera desse reino,

durante certo momento, a nação mais poderosa do mundo. Era uma dinastia de soldados e comerciantes, nos primeiros tempos. Com D. João III transformou-se numa potência agrícola.

Concluiu-se que, inicialmente, o monarca não sabia o que fazer com o Brasil. O interesse luso levava-o a defender a terra, mas não tinha de como fazê-lo. Dois concorrentes o ameaçavam, espanhóis e franceses. Na falta de plano organizado continuou com a política paterna. Mandou uma expedição militar perseguir os corsários. A experiência serviu para mostrar-lhe a ineficácia. Propostas surgiram de colonização. O rei, ainda desnorteado, resolveu atendê-las, mas as custas do deficitário tesouro real. Surgiram as primeiras vilas, e com elas a certeza da impossibilidade de a Coroa continuar sozinha a exploração de terra tão vasta. Não houve solução senão recorrer ao já conhecido sistema das capitâncias hereditárias: o concurso particular. Mas, o sistema não resultou bem na terra nova. Outra mudança de rumo: o governo geral. A divisão de esforços neste regime misto – capitães-donatários cuidando de suas terras, por um lado; poder central, ajudando-os e fiscalizando-os por outro – deu bons frutos. A colônia prosperou. No sucesso, porém, não deve ser esquecido fator essencial, a exploração econômica – foi a cana-de-açúcar, acima de tudo, que fixou o homem ao solo. Nasceram cidades, abrem-se caminhos, aperfeiçoa-se a vida. Forma-se uma unidade política brasileira na costa, facilitada talvez determinada pela solidariedade econômica.

O Brasil deixa de ser simples campo de competição de comerciantes europeus ou pouso de aguada para as naus que demandavam às Índias, para ser vasta e rica colônia de intensa exploração agrícola. E isso se fez essa mudança no reinado de D. João III, graças não só aos cuidados da Coroa, senão também – e especialmente – à sabedoria com que o príncipe soube escolher os homens que pôs à frente da obra, dos quais se destacam, forçosamente, Martim Afonso de Sousa, Duarte Coelho, Tomé de Sousa, D. Duarte da Costa e, por fim, Mem de Sá.

(Vicente da Costa Tapajós, *A política administrativa de D. João III*, 112-113).  
Editora da Universidade de Brasília, 1983).

**ASSIER, ADOLPHE D' (1828 – ?)**

Apesar de ter publicado um livro bastante “geral” sobre o Brasil, tratando de assuntos relevantes, como a sociedade, costumes, raças, paisagens, instituições, etc., poucas são as referências a Adolphe d’Assier na bibliografia brasileira. Seu livro nunca mereceu tradução e nem Afonso de Taunay que resenhou a tantos viajantes em seus numerosos livros, em nenhum deles se ocupou do autor de **Le Brésil contemporain**.

Alfredo de Carvalho a ele se refere em **Moras de leitura**, livro de 1907, colocando-o ao lado de Biard, Seidler e Expilly, como “aventureiro”, “visionário” e “charlatão”, desses que tinham como principal objetivo denegrir a imagem do Brasil perante os europeus. Não nos parece comedido o conceito do historiador pernambucano. Tem falhas e às vezes afirmações pouco corretas o livro de d’Assier, não há dúvida. Mas qual o livro de viajante estrangeiro que não as tem? Parece-nos mais justo apreciá-los pelo que eles têm de válido e não apenas pela parte negativa que eventualmente possam oferecer.

Mais prudente nos parece a apreciação de Moema Parente Augel, que julgamos oportuno transcrever:

*“Consta esse livro de cinco capítulos e uma conclusão, assim distribuídos: a floresta virgem, as raças, a vida crioula, as instituições, a colonização e conclusão. No quarto capítulo, trata de Pernambuco e da Bahia, assim como do Rio de Janeiro e da corte. Quanto à Bahia, fala um pouco sobre a fisionomia da cidade, os costumes, as festas, a seita dos sebastianistas, estranha a quantidade de negros que vê pelas ruas e se refere bastante negativamente a eles, achando que ‘o horror ao trabalho é de tal modo enraizado entre*

*os negros Mina, que eles se acreditariam desonrados em levar na mão o mais pequeno objeto. Por isso levam tudo à cabeça', observando o horror dos brancos em andar a pé, hábito que consideram indigno, servindo-se do cavalo ou da cadeirinha".*

Capítulos interessantes são os que se referem às fazendas e às diversas atividades nas regiões pastoris, bem como as páginas finais, em que considera "l'avenir du Brésil". Reconhecendo ter sido severo em algumas de suas apreciações, justifica-se na frase final:

*"Le meilleure manière de témoigner sa sympathie à un peuple qui a droit à votre reconnaissance, c'est d'être vrai". Les éloges complaisants l'endorment dans une sécurité funeste. La vérité le réveille et lui indique la route qu'il a à parcourir pour accomplir ses destinées".*

Antes de **Le Brésil contemporain**, que é de 1867, havia d'Assier publicado dois artigos sobre o Brasil na "Révue des Deux Mondes", em 1863 e 1864, conforme abaixo se especifica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Edição original: **Le Brésil et la société brésilienne: moeurs et paysages**. Révue des Deux Mondes", vol. 33, tomo 45. Paris, juin 1963.

**Le Mato virgem: scènes et souvenirs d'un voyage au Brésil**. "Révue des Deux Mondes", vol. 34, t. 46, Paris, juin 1864.

**Le Brésil contemporain: races, moeurs, institutions, paysages**. Paris, Durand et Lauriel, 1867 320p.

Ed. brasileira: Augel, Moema Parente – **Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista, p. 106-107**. São Paulo, Cultrix, 1980.



Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referências bibliográficas indicam-se as datas em que foram publicadas.

### 430. PARANÁ E GOIÁS EM CRÔNICAS DE VIAGEM (1)

Em 1844 três jovens paranaenses, estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, empreenderam um passeio ao Paraná, na época ainda pertencente a São Paulo, como “Comarca de Curitiba”. Um dos excursionistas, Salvador José Corrêa Coelho, descreveu a viagem, publicando o respectivo relato 16 anos mais tarde, portanto em 1860. Volumezinho de 87 páginas, impresso em São Paulo pela Typographia da Lei, na rua “do Jogo da Bola”, nº 5. Esta rua “do Jogo de Bola” é a que atualmente se denomina Benjamin Constant e que estabelece ligação entre a Praça da Sé (na época ainda não existente) e o Largo de São Francisco.

Mais de um século depois, em 1966, fez-se, por iniciativa do Instituto Histórico Paranaense e aos cuidados da Livraria Kosmos Editora uma reedição facsimilar, limitada apenas a quinhentos exemplares do curioso e raríssimo relato da excursão dos três jovens paranaenses. A esta reedição Newton Carneiro antepôs prefácio advertindo o leitor quanto ao interesse do livrinho. Boa parte da viagem foi feita por regiões das quais praticamente não existem descrições, ou seja o litoral de São Paulo e do próprio Paraná. O passeio foi circular: foram por um caminho e voltaram por outro.

Na ida seguiram a rota costeira, descendo a Santos e alcançando Paranaguá, via Itanhaém, Peruíbe (que mal existia), Iguapé e Cananéia. De Paranaguá foram a Morretes e subiram a serra até Curitiba, donde foram a Lapa, terranatal do autor do relato. Na volta, tomaram a rota dos tropeiros

que de São Paulo demandavam o sul do País: Palmeiras, Ponta Grossa, Castro, Itararé, para alcançarem São Paulo, via Itapetininga e Sorocaba.

Adverte Newton Carneiro que o relâto do jovem paranaense vem todo entremeado – como de hábito na época – de numerosas citações literárias de Ovídio, Dante, Camões, e às vezes alusões folclóricas ou frase de incrível pieguice, chegando a tornar a leitura insuportável. Recomenda mesmo que o leitor salte essas divagações a fim de melhor poder saborear os registros interessantíssimos que o livro contém sobre o que o autor observou na viagem: descrições geográficas, aspectos humanos, condições econômicas das regiões percorridas e até referências históricas, como, entre outras, a relativa à revolução que em 1842 eclodiu na província de São Paulo.

No tempo decorrido entre a viagem e a publicação do livro – quase vinte anos – ocorreu algo muito significativo para o Paraná: a sua emancipação de São Paulo, tornando-se, a partir de 1853, uma província autônoma. O jovem autor não se conforma com o nome “Paraná” dado à nova província imperial, preferindo que ela continuasse se chamando “Curitiba”, como no tempo em que pertencia a São Paulo. 16-04-05

### **431. PARANÁ E GOIÁS EM CRÔNICAS DE VIAGEM (2)**

Uma bem cuidada reedição fac-similar promovida há alguns anos, pela Universidade Federal de Goiás, integrando a coleção “Documentos Goianos”, deu-nos a conhecer precioso relato de viagem à então Província de Goiás, em 1882. Seu autor, Oscar Leal, embora muitos o considerassem português pelo fato de quase todos os seus livros terem sido publicados em Portugal, era natural do Rio de Janeiro, nascido em 1862; tinha, portanto, apenas vinte anos quando empreendeu a viagem que descreveu no livro publicado em 1892, dez anos após a realização de sua jornada às terras goianas.

O prefaciador de nova edição (Goiana, 1980) informa ser escasso o material de que se pode dispor sobre o viajante, embora em Sacramento Blake haja preciosas referências à sua vida, através das quais

se percebe quão versátil, inquieto e boêmio ele foi. Filho de portugueses, foi mandado a educar-se em Portugal. Tão logo se formou, regressou ao Brasil, iniciando, a partir de então, uma série de viagens pela América Latina e depois pela Europa. Era formado em cirurgia dentária, segundo informa Sacramento, não se sabendo se chegou a exercer a profissão. Tudo indica ter sido pessoa de posses. Revelou-se ainda, divertido prestigitador e animador teatral, devendo ter causado sucesso nos sertões de Goiás, segundo conjectura o prefaciador do livro.

E é, ainda, o próprio prefaciador, Professor Ático Vilas Boas da Mota, quem afirma ter descoberto nas páginas de Oscar Leal a figura do repórter, cujas análises nem sempre são profundas e cujas críticas não vão além do pitoresco ou do romântico. Mas, reconhece que certas passagens do livro valem como documentário de costumes. “Último andorilho romântico que nos visitou”, assim a ele se refere o ilustre professor da Universidade Federal de Goiás, responsável pela revelação aos de hoje, tirando-o do esquecimento em que jazia, do interessantíssimo relato que não representa apenas uma simples descrição de viagem, mas “sem qualquer sombra de dúvida, uma cadeia de vivências, destacando-se a figura do curioso viajante de maneira muito integral, cujo retrato de corpo inteiro apoia-se na maneira de enxergar o mundo pelo lado otimista, engraçado e irônico”.

Enfim, é das melhores coisas de nossa literatura de viagens e só se tem a louvar a sua reedição na preciosa série “Documentos Goianos”, publicada pela Universidade Federal de Goiás, sob a direção da Professora Gilka Vasconcelos Ferreira Sales. 23-04-05.

## 432. INGLESES NO INTERIOR DO PARANÁ

Nunca tive interesse especial por genealogia, embora como pesquisador de História não posso deixar de reconhecer a contribuição que ela traz aos estudos históricos. E cheguei mesmo, em tempos que já vão bem longe, a escrever alguma coisa sobre o assunto, para atender a um pedido do saudoso Carlos da Silveira, interessada em conhecer minha

família paterna, os “Matos do Vale do Paraíba”, como ele dizia. E o que escrevi não deve ter sido muito ruim, pois o ilustre genealogista e historiador aproveitou o integralmente num dos seus escritos.

Há já algum tempo, tive ocasião de receber, enviado pelo Instituto Histórico Paranaense, um belo volume contendo a genealogia da família Mercer, que me despertou grande interesse. É que o livro, sem sacrificar a genealogia que é o seu objetivo precípua, veio a se constituir em excelente contribuição à história do povoamento de uma das mais importantes regiões da Paraná, qual o Vale do Tibagi. O assunto me tocou de perto. Quando menino, tive um tio que foi um dos povoadores, no começo do século passado, da importantíssima região.

Tomou-se meu tio de tal entusiasmo pelo Tibagi (na época pouco povoado) que pretendia levar a família toda para lá. Cada vez que nos visitava, seu único assunto era o Tibagi. Dizia ser a melhor região do mundo e, por ele, o Brasil inteiro teria se mudado para o novo paraíso. Muito de propósito, apelidei-o de “Tiobagi”...

Voltando ao livro que provocou este comentário. Em 1870, desembarcaram no Rio de Janeiro cinco jovens ingleses, de uma tradicional família do condado de Kent. Dotados de espírito de aventuras, os jovens quiseram correr mundo. Traziam a esperança que acompanha toda pessoa que deixa a sua pátria, isto é, encontrar a “terra da promessa”, onde se pudesse viver em paz e na abundância. Não se agradaram do Rio (apesar da enorme colônia inglesa aí existente), pois amedrontaram-se da febre amarela que, então, grassava terrível na capital do Império.

Ouviram falar do Paraná como uma província próspera, para onde se voltavam todas as esperanças e donde chegavam a todo instante notícias de riqueza fácil e abundante. Partiram para Paranaguá, subiram a serra e instalaram-se em Curitiba, onde cada qual tratou de organizar sua vida. Em 1872, um deles, Herbert Marrison Mercer, deixou a capital, embrenhando-se no “sertão do Tibagi”, então em alvissareiro e promissor progresso. A partir deste momento (pág. 107) e praticamente até o fim, torna-se o livro de alto interesse para a história do povoamento e desenvolvimento da região que abrange não apenas o Paraná, mas de

interesse para o conhecimento de uma das mais significativas áreas do sul do Brasil.

### 433. AINDA OS INGLESES NO PARANÁ

O livro que nos sugeriu estes comentários foi publicado em Curitiba, em 1988, em edição particular. Seu autor, Luís Leopoldo Mercer (apelidado Lulu) já havia publicado, dez anos antes, e entre outras coisas, um “História de Tibagi”. Na atividade genealógica de que resultou o livro em pauta, editado postumamente (pois seu autor falecera em 1986) mostrou-se investigador incansável. Estendeu suas pesquisas a várias cidades e Estados, onde “repassou cartórios e tabelionatos, desempoeirou registros paroquiais e revelou arquivos municipais, como bem diz o apresentador do volume. Mais ainda: em idade avançada e já com a saúde precária, abalçou-se a ir à Inglaterra pesquisar as origens de sua família.

Embora o livro trate de numerosos outros títulos genealógicos (Taqes, Borges, Ribas, Bittencourt...) todos entrelaçados, julgamos de singular importância o título referente ao ramo inglês – os Mercer – por se tratar de tema pouco explorado na bibliografia histórica brasileira, este de acompanhar passo-a-passo as andanças dos estrangeiros radicados no interior do país. No mais das vezes, como temos testemunhado em inúmeras pesquisas os novos nada sabem de seus ascendentes, muitas vezes nem de suas raízes nos países de origem.

Sob este aspecto o livro de Lulu Mercer é talvez único na bibliografia brasileira. A pesquisa realizada pelo autor, a precisão dos dados citados, as fotografias não só de pessoas, mas de documentos, que ilustram e fundamentam a crônica desses ingleses do Tibagi, tudo isto dá ao livro um sentido de compreensão e veracidade que o torna de leitura agradável mesmo para os que não tenham interesse especial por genealogia.

Significativos os passos em que o livro narra os encontros dos “seus ingleses” com outro inglês ilustre quem na mesma época, andava meio perdido pelo interior do Paraná, estudando possibilidade de construir uma ferrovia: o engenheiro Thomas Bigg-Wither, autor de importante livro

sobre o sul do Brasil, publicado em Londres em 1878. É dos livros mais interessantes de estrangeiros que escreveram sobre nosso país. Mereceu duas traduções: a primeira, em capítulos, na antiga revista “Eu sei tudo” (de saudosa lembrança) e a segunda na coleção “Documentos Brasileiros”, da Editora José Olympio, em tradução de Themistocles Linhares. Nesta o título “Pioneering in South Brazil” foi totalmente alterado para “Novo caminho no Brasil meridional”. A tradução anterior intitulou-se “Explorando o Brasil meridional”, mais de acordo com o original. Creio ter sido dos poucos a arrancar as páginas do “Eu sei tudo” e mandar encaderná-las, dando-lhes o sentido de permanência que o texto bem merecia. A edição da revista foi publicada entre junho de 1951 e abril de 1953, enquanto que a da editora José Olympio apareceu em 1974. O tradutor desta (ou o editor) não se dignou fazer qualquer referência à edição anterior, dando ao leitor a falsa impressão de ser a primeira vez que o valioso livro se publicava entre nós, 4-6-1985.

## **CENTROS UNIVERSITÁRIOS**

### **CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS**

Faculdade de Análise de Sistemas  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Faculdade de Engenharia Ambiental  
Faculdade de Engenharia Civil  
Faculdade de Engenharia de Computação  
Faculdade de Engenharia Elétrica  
Faculdade de Geografia  
Faculdade de Matemática  
Faculdade de Química

### **CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA**

Faculdade de Ciências Biológicas  
Faculdade de Ciências Farmacêuticas  
Faculdade de Enfermagem  
Faculdade de Fisioterapia  
Faculdade de Fonoaudiologia  
Faculdade de Medicina  
Faculdade de Nutrição  
Faculdade de Odontologia  
Faculdade de Psicologia  
Faculdade de Terapia Ocupacional

### **CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO**

Faculdade de Administração  
Faculdade de Ciências Contábeis  
Faculdade de Ciências Econômicas

### **CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

Faculdade de Biblioteconomia  
Faculdade de Educação  
Faculdade de Educação Física  
Faculdade de Serviço Social

### **CENTRO DE CIÊNCIA DA LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO**

Faculdade de Artes Visuais  
Faculdade de Jornalismo  
Faculdade de Letras  
Faculdade de Publicidade e Propaganda  
Faculdade de Relações Públicas  
Faculdade de Turismo

### **CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Faculdade de Teologia e Ciências Religiosas  
Faculdade de Ciências Sociais  
Faculdade de Direito  
Faculdade de Filosofia  
Faculdade de História

Editoração: Beccari Propaganda e Marketing

Rua Pedro Álvares Cabral, 183 - Campinas - S.P. - Fone Fax (19) 3255-6311

E-mail: [editora@beccari.com.br](mailto:editora@beccari.com.br)

Impresso por: Gráfica e Editora Flamboyant Ltda

Rua Dr. João Quirino Nascimento, 493 - Campinas - S.P. - Fone Fax (19) 3252-6835

E-mail: [flamboyant@dglnet.com.br](mailto:flamboyant@dglnet.com.br)

